



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

HISTORIA POLITICA DO BAIXO MÉDIO SÃO  
FRANCISCO: um estudo de caso de corq  
nelismo

Maria Alba Guedes Machado Mello

SALVADOR - BA

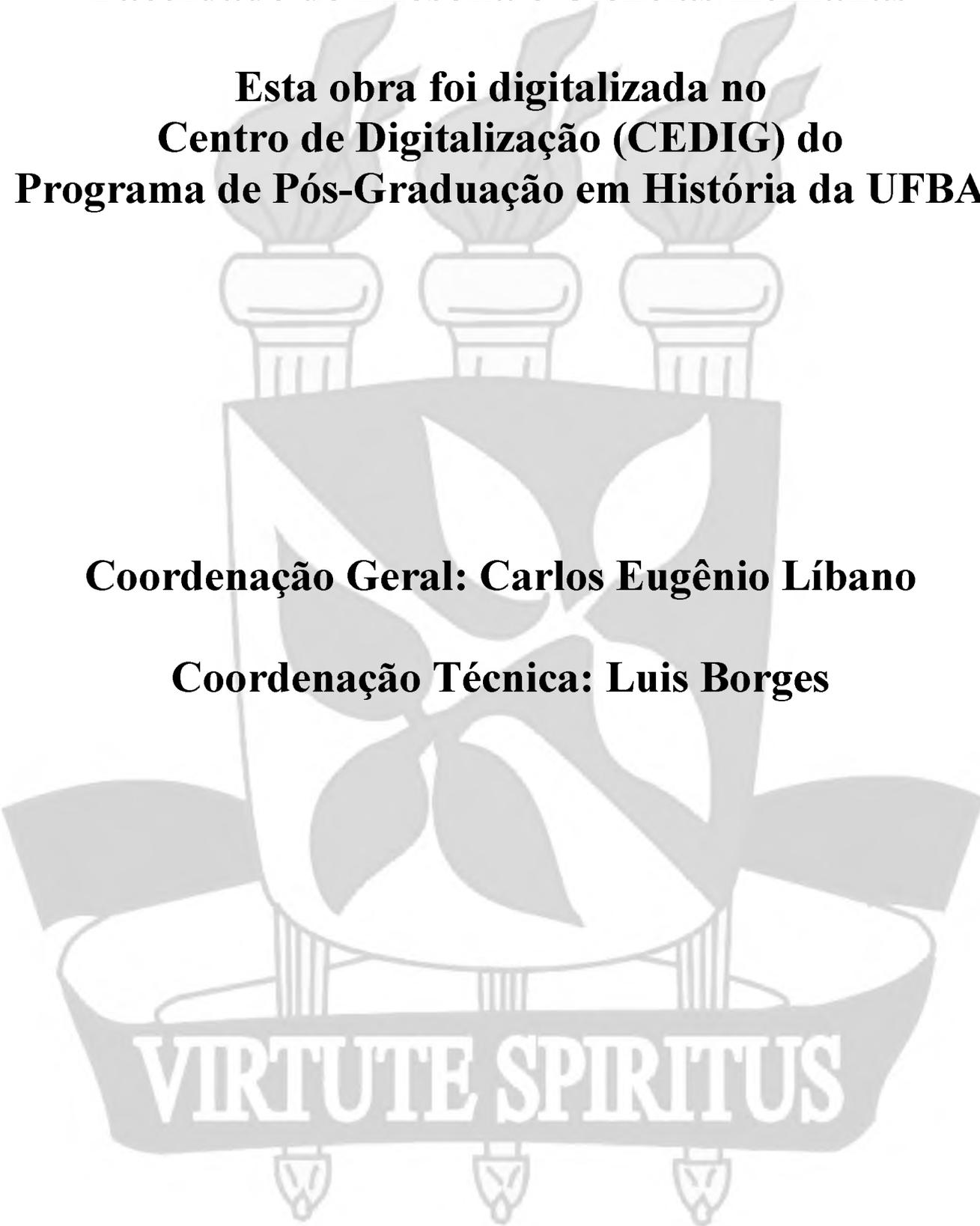
Novembro, 1989

**Universidade Federal da Bahia - UFBA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

**Esta obra foi digitalizada no**  
**Centro de Digitalização (CEDIG) do**  
**Programa de Pós-Graduação em História da UFBA**

**Coordenação Geral: Carlos Eugênio Líbano**

**Coordenação Técnica: Luis Borges**



**VIRTUTE SPIRITUS**

**2009**

**Contatos: [lab@ufba.br](mailto:lab@ufba.br) / [poshistro@ufba.br](mailto:poshistro@ufba.br)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

HISTÓRIA POLÍTICA DO BAIXO MÉDIO SÃO FRANCISCO:

um estudo de caso de coronelismo

De: Maria Alba Guedes Machado Mello

Orientação: Mário Augusto da Silva Santos

Dissertação apresentada ao Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Banca Examinadora:

---

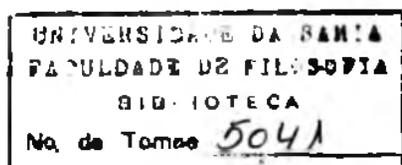
Prof. Mário Augusto da Silva Santos (Orientador).

---

Profa. Consuelo Novaes Sampaio.

---

Prof. Gustavo Aryocara Falcão



À Lutia, minha mãe, primeira  
professora, quem me estimu -  
lou o gosto pelo saber.

## A G R A D E C I M E N T O S

- . Toda minha mais íntima gratidão a Sara e Pedro que me permitiram usar o tempo que deveria lhes ser dedicado para pesquisa e elaboração desta dissertação;
- . aos amigos do Maranhão, pelo afeto e acolhimento com que, em tempos d'outrora, aproximaram-me do mundo rural;
- . aos moradores de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova e aos demais deponetes, pela disponibilidade ao prestarem seus depoimentos;
- . à força moral e apoio logístico, no cotidiano, do "serpentário" do qual faço parte: Boleco, companheira em muitas formas na consecução deste trabalho, Kris, responsável também pelas artes gráficas, Luiza, Bia, Monica e Eugênia;
- . aos mui queridos amigos pelas ajudas mais diversas: Carmem-flor, Antonio Cunha, Lúcia Lobato, Marco Antonio e Rosa Maria, José Carlos, Angela Belas, Ana Lúcia Borges e especialmente a Antonio Guerreiro;
- . a Ubiratan Castro Araujo quem orientou o projeto inicial e a maior parte desta pesquisa, pela sua forma de ser que instiga e expande a criatividade da gente;
- . a Mário Augusto, orientador da fase final desta dissertação, pela paciência e confiança constantes;
- . ao pessoal do Serviço de Documentação e Biblioteca do CEI/SEPLANTEC, Solange e Graça, pelo carinho com que sempre me receberam.

## R E S U M O

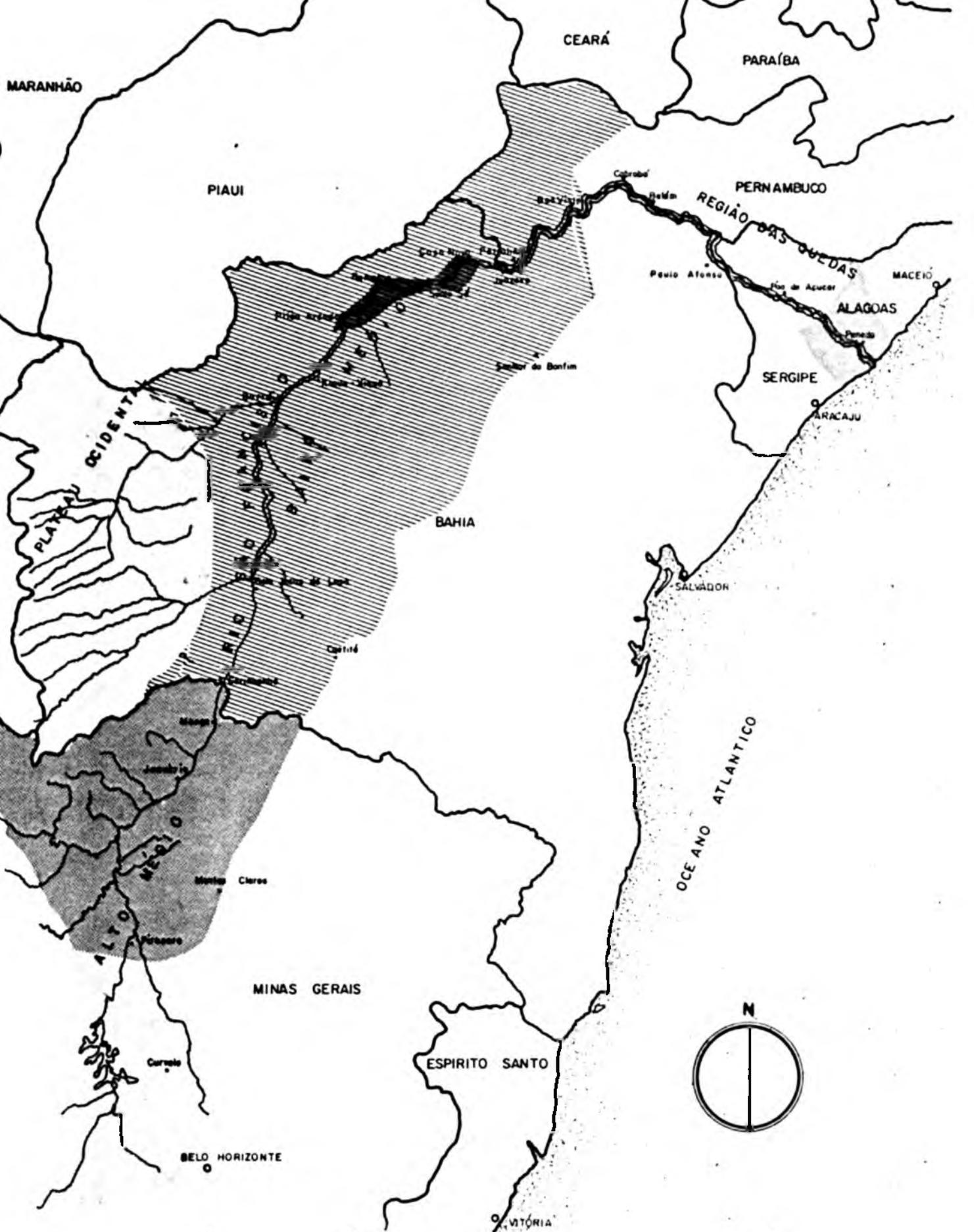
Este é um estudo da história política de quatro municípios da região do baixo médio São Francisco que procura utilizar o modelo interpretativo do coronelismo distinguindo entretanto as particularidades regionais. O ponto de partida é a discussão dos trabalhos consagrados sobre o tema onde se problematiza o enquadramento do estudo de caso. Aborda a formação histórica da sociedade regional para contextualizar o processo de constituição e consolidação do poder local que está enfocado sobretudo nos mecanismos de mando: sejam economicos, sociais ou propriamente políticos. Também analisa a dinâmica do sistema político regional dando destaque à trajetória do coronel Franklin Lins de Albuquerque como expoente máximo do mando coronelista nesta região. O trabalho pretende demonstrar que o coronelismo é uma forma de mando cuja manutenção pode estar muito mais dependente da capacidade de ajuste das lideranças às circunstâncias históricas mais gerais do que da sua força de expansão.

## R É S U M É

Ceci est une étude de l'histoire politique de quatre villages de la région du milieu du fleuve São Francisco que cherche à utiliser le modèle interprétatif du "coronelisme" en faisant la distinction, cependant, des particularités. Le point de départ est la discussion des travaux consacré au thème où se problematise l'étude de cas. On aborde la formation historique de la société régionale pour bien situer le processus de constitution et de consolidation du pouvoir local, surtout à travers des mécanismes de commandement, qu'ils soient économiques, sociaux ou proprement politiques. On analyse, aussi, la dynamique du système politique régional, en soulignant la trajectoire du Colonel Franklin Lins de Albuquerque comme le point maximum du commandement "colonelista" dans cette région. Le travail a la prétention de démontrer que le "coronelisme" est une forme du commandement dont le maintien peut être bien plus dépendant de la capacité d'adaptation des dirigeants aux circonstances historiques plus générales que sa force de coercition.

# I N D I C E

INTRODUÇÃO .....	1
CAPITULO I	
O Coronelismo como Modelo Explicativo do Mandonismo Rural ..	10
CAPITULO II	
A Formação Histórica do Baixo Médio São Francisco.....	38
1. Antecedentes.....	38
2. Circulação de Mercadorias.....	48
3. Consolidação do Poder Regional.....	60
4. Revolução de 30 e seu significado para a região: um novo pacto social.....	91
CAPITULO III	
A dinâmica do sistema coronelista no Médio São Francisco...	102
A trajetória de Franklin Lins de Albuquerque.....	106
CONCLUSÕES.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133



**A HISTÓRIA POLÍTICA DO BAIXO MEDIO SÃO FRANCISCO  
UM ESTUDO DE CASO DE CORONELISMO**

MAPA DA REGIÃO  
ESCALA - 1:6.000.000

NOV. 89

## I N T R O D U Ç Ã O

## INTRODUÇÃO

A escolha do tema coronelismo advém do reconhecimento da sua importância para a formação histórica do Brasil e particularmente da Bahia, onde até o momento de fortalecimento das instituições sociais, cujo marco é a Revolução de 30, é justamente o de florescimento do sistema coronelista. Há também a consideração da sua importância social sobretudo neste momento de transição democrática que inclui nos seus mecanismos de sustentação, práticas políticas conservadoras. São de conhecimento público, sobretudo nos momentos eleitorais, as práticas consagradas pelos velhos coronéis: a fraude eleitoral, o voto de cabresto, as coerções econômicas, o uso da violência policial, além do desvio de fundos públicos para custear campanhas de candidatos governistas. O clientelismo e o empreguismo na administração pública é evidenciado na recorrência a "pistolões" ou influências políticas para o acesso do cidadão aos seus direitos sociais. O exercício cotidiano da cidadania ainda é visto como uma prática invulgar e ameaçadora dos privilégios sociais. O clientelismo expande-se para o espaço urbano permeando as relações sociais como um todo, até mesmo as relações de trabalho, deixando de ser exclusividade do mundo político rural. Tais marcas de herança coronelista fundamentam a relevância do estudo do processo histórico de constituição e reprodução do mandonismo político pois, desvendar a lógica destas relações é, concretamente, uma contribuição à sua superação como também uma luta contra sua permanência.

No presente trabalho fez-se um estudo de caso na região baiana do Vale do São Francisco, e mais precisamente no baixo médio.

A bacia do São Francisco é dividida segundo suas condições físicas e atividades econômicas em Bacia Superior que vai das cabeceiras do rio até a corredeira de Pirapora; Bacia Média que abrange de Pirapora às cachoeiras de Paulo Afonso e Bacia Infe

rior que compreende o trecho de Paulo Afonso até a foz. A Bacia Média foi dividida, para finalidades de exploração, em quatro sub-regiões:

- a) Média Superior - de Pirapora a Carinhanha
- b) Média Inferior - de Carinhanha a Cabrobó
- c) Planalto Ocidental - bacias dos rios Corrente e Grande
- d) Região das Quedas - Cabrobó a Porto das Folhas (ZARUR, 1947)

O Baixo médio São Francisco corresponde à região da bacia média inferior e seu trecho baiano é de Carinhanha a Juazeiro.

O coronelismo, como modelo explicativo da organização política do mundo rural, não dá conta das especificidades dos estudos de caso; seja nas suas visões localistas, seja nas suas versões centralistas. Há a dificuldade em articular os elementos econômicos com os elementos políticos que explicam o sistema coronelista. A idéia de que o isolamento e o atraso de determinadas regiões é que permeiam o florescimento do coronelismo, não pôde ser comprovada neste estudo de caso.

O presente estudo procurou aprofundar o conhecimento do sistema coronelista através do enfoque dos mecanismos de mando, presentes na região do baixo médio São Francisco durante as quatro primeiras décadas deste século por considerar-se este o momento privilegiado da consolidação, da essência do sistema coronelista. Nesta perspectiva, não se colocou a discussão sobre a principalidade do poder econômico e/ou as relações entre as instâncias administrativas do poder; não há a preocupação em atribuir a um determinado fator — econômico ou político — a responsabilidade da constituição do poder coronelista. O importante é perceber quais os elementos/instrumentos utilizados pelos coronéis para manterem-se no poder. Justamente porque a região em questão foge aos padrões estabelecidos como sustentáculos do coronelismo é que se procurou investigar, dentro da sua formação histórica, os mecanismos de mando ali vigentes. No baixo médio São Francisco o

padrão de riqueza é dado pelo gado e não pela propriedade da terra. Existe uma razoável articulação econômica inclusive com o comércio exportador. O governismo como postura política não é uma constante no período balizado e no entanto é quando floresce o coronelismo na sua forma mais acabada. Por outro lado, pode-se constatar que apesar do padrão sócio-econômico da região ser o mesmo, o perfil da dominação política é bastante diversificado nesta sociedade regional. Foi a partir destas observações iniciais que se buscou entender o sistema coronelista através do estudo das circunstâncias da emergência, permanência e reprodução dos coronéis locais. Como as circunstâncias em que deveria ser produzida a presente pesquisa não poderiam dar conta de todos os municípios da região do baixo médio São Francisco, optou-se por delimitar o espaço geográfico em quatro municípios que guardassem entre si relações de solidariedade mais estreitas. Tomando Pilão Arcado como referência principal, pois é daí que emerge a maior liderança coronelista do São Francisco, definiu-se o universo da pesquisa aos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova.

A indagação central que norteia este trabalho é a busca das especificidades do mando coronelista, nos municípios em questão, procurando analisar seus diversos aspectos, a fim de distinguir as peculiaridades e as possibilidades de enquadramento nas interpretações mais genéricas do sistema coronelista que tantas heranças deixou na prática política do exercício do poder.

O trabalho de pesquisa sobre o tema utilizou fontes escritas e fontes orais. A História Oral procurou preservar também a memória sertaneja através da coleta de depoimentos dos moradores locais. Esta foi uma forma de construir uma visão mais verticalizada e também mais abrangente da sociedade local na medida em que os depoimentos foram coletados em categorias sociais diversas. A coleta dos depoimentos seguiu a linha de reconstituição das histórias de vida baseando-se na consideração de que a memória de

um indivíduo é antes de tudo uma memória social pois burilar o passado é resgatar o que de mais significativo ficou.

A construção do depoimento é, entretanto, um trabalho comum entre pesquisador e depoente. Existe um roteiro prévio onde o pesquisador coloca as suas principais preocupações quanto aos acontecimentos e mesmo encadeamento dos fatos históricos. Porém o ponto de partida do depoimento é a história de vida daquele que participou como agente ou testemunho dos fatos narrados. O pesquisador vai apenas orientando a narrativa no sentido de sublinhar e aprofundar os pontos de intercessão entre o individual e o coletivo, isto é, entre os aspectos mais intimistas e sociais dos fatos narrados, pois sabe-se que o indivíduo é parte constitutiva do todo social não podendo ser considerado à parte ou contrapondo-se ao mesmo. Na narração, os indivíduos vão colocando o fato e o seu significado que no decorrer do tempo já foi devidamente criticado. Logo, a narração do fato incorpora não só o significado que teve para um indivíduo, ou um grupo, como também a crítica que no decorrer da história vai sendo elaborada. Assim, é com a sua visão atual, do tempo presente, que os depoentes resgatam o seu passado.

Entretanto, não se pode pretender que um depoimento revele toda a realidade histórica ou mesmo toda a vida do depoente. O depoimento, apesar de ser coletado em momentos diferentes, não traduz nem a integralidade do indivíduo, nem a da sociedade. O depoimento é apenas um momento, mas, sem dúvida, o mais significativo. Procurou-se um universo mais amplo possível de depoentes para que a diversidade de visões favorecesse uma abrangência maior na apreensão da realidade histórica. Em todos os municípios que compõem o objeto do estudo (Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova), entrevistaram-se indivíduos das categorias sociais essenciais à formação histórica da região: comerciantes — grandes e pequenos — e fazendeiros, categorias que, apenas a partir dos

anos 60, se especializam; políticos, filhos e/ou parentes próximos dos velhos coronéis; lavradores e pescadores, funções ainda muito associadas, embora depois da barragem do Sobradinho (1978) os pescadores comecem a especializar-se; ex-barqueiros e também alguns funcionários públicos que outrora exerciam outras funções sociais. Com esta diversificação da categoria profissional dos entrevistados construiu-se um rol bastante amplo de depoimentos. Foram coletados 150 depoimentos no período de agosto de 1985 a janeiro de 1987, dentre os quais apenas 23 foram realmente trabalhados. A amplitude do universo de depoentes propiciou uma visão multifária do processo histórico em questão.

Embora já no momento de tomada dos depoimentos vá-se fazendo uma análise preliminar, é depois do depoimento construído que se procede à análise propriamente dita. Na medida em que o pesquisador vai coletando o depoimento, ele já coloca em discussão a visão dos depoentes entrevistados, procedendo assim o cotejamento e a articulação entre as diversas visões. Todavia, não houve, por parte da pesquisadora, uma preocupação em estabelecer a verdade. A compreensão que norteou a pesquisa foi a de que a verdade é justamente a composição das diferentes visões, entendida no sentido de sua integração.

O trabalho de análise propriamente dito consistiu em distinguir, nos depoimentos, os fatos, suas críticas e seus significados. Buscou-se então, para efeito deste trabalho de dissertação, apenas o fato, às vezes incorporando também a crítica, mas não se incluiu o significado, exatamente porque tal análise fugiria dos propósitos iniciais do trabalho, diluindo o objeto particular da pesquisa. Daí porque os depoimentos citados são criticados apenas superficialmente pois, a rigor, sua crítica passaria por uma análise do discurso.

De uma maneira geral os depoimentos concentram-se na história política, na atuação dos coronéis e principalmente na relação com

a clientela. As falas — independente da origem de classe do depoente — deixam transparecer uma compreensão e até mesmo cumplicidade com o coronel; há o reconhecimento do sucesso e/ou eficácia do seu desempenho. Por outro lado, há uma manifesta insatisfação pela exploração econômica a que são submetidos os lavradores, vaqueiros e pequenos comerciantes. Observa-se que apesar da descrição detalhada da organização da produção, os lavradores têm uma visão mais restrita dos processos sociais que os políticos e os comerciantes. Esses últimos são concretamente os melhores informantes pois a diversificação dos seus contatos permite uma visão mais geral da sociedade em questão. É interessante perceber que não há contraditoriedade entre as informações prestadas, a não ser alguns desajustes temporais que foram esclarecidos no próprio conjunto dos depoimentos. O consenso sobre a atuação dos coronéis é notório diversificando apenas no significado dos fatos que para os políticos têm um caráter heróico enquanto que para os expropriados de uma maneira geral têm um conteúdo de inexorabilidade tendo que, portanto, desenvolver estratégias de convivência as mais diversas. Muitos depoimentos conseguem determinar o fim do coronelismo muitas vezes associado à morte biológica dos velhos coronéis e há, quase sempre, a inferência de que seus sucessores não souberam dar continuidade àquela forma de mando. Contudo, apontam as semelhanças entre grupos de jagunços e força policial, chefe político e liderança partidária, clientelismo e empreguismo no sentido de identificar nos últimos apenas uma nova roupagem dos primeiros. É uma visão crítica mas que não se apercebe da capacidade de adaptação e renovação dos mecanismos, exatamente porque deixa transparecer um sentido de imutabilidade.

Um outro tipo de fonte foram os relatórios de viagem feitas pelo São Francisco no final do século passado e início deste. São trabalhos sempre descritivos com diferentes níveis de elaboração e têm uma preocupação essencialmente econômica e por extensão so

cial: não contempla, absolutamente, temas políticos. Aí encontraram-se as informações básicas sobre os processos de povoamento, estruturação das atividades econômicas, articulação com a economia do Estado etc.

Consultou-se também grande parte da bibliografia sobre a região, produzida entre os anos 30 e 50, geralmente a partir de encomendas — públicas e/ou privadas — e com visitas ao diagnóstico das potencialidades econômicas. Esta bibliografia é essencialmente descritiva e faz abordagem quase sempre propagandística do potencial regional. Mesmo com esse teor fornece dados relevantes como por exemplo a demanda internacional dos produtos regionais.

De uma maneira mais estrita fez-se uso de jornais da época para alguns aspectos mais específicos (revolta sertaneja, por exemplo) no intuito de perceber as repercussões de determinados fatos na sua contemporaneidade e poder discutir a memória social hoje vigente.

Além destas fontes, foi utilizada uma bibliografia geral consagrada ao tema, a partir da qual se discute a abordagem teórico-metodológica deste trabalho.

No que diz respeito à estrutura formal, estabeleceu-se a seguinte ordem expositiva: o capítulo I pretende dar conta da discussão do coronelismo enquanto modelo explicativo e define a abordagem teórica para o estudo de caso do baixo médio São Francisco e particularmente para os municípios de Pilão Arcado, Remanso, Santo Sé e Casa Nova; o capítulo II reconstitui a formação histórica da região em estudo, nas quatro primeiras décadas deste século, buscando explicar a formação do poder na região através do processo de povoamento e ocupação, da base econômica e mecanismos de mando dos coronéis, dos pactos e alianças internas e externas à região e também com as instâncias administrativas do Estado, e as repercussões da revolução de 1930 e o reordenamento político decorrente; o capítulo III analisa a dinâmica do poder regional

sobretudo os mecanismos de mando dos coronéis da região e distingue a trajetória do coronel Franklin Lins de Albuquerque como objeto de análise mais detalhada, justamente por ser este o grande mandatário da região.

Enfim, espera-se com este trabalho de pesquisa poder estar con-tribuindo para uma melhor compreensão do processo de formação política do baixo médio São Francisco que, por certo, foi bastante significativa para a constituição do mandonismo político no Estado.

C A P I T U L O    I

## O CORONELISMO COMO MODELO EXPLICATIVO DO MANDONISMO RURAL

O presente capítulo pretende avaliar algumas abordagens sobre o tema procurando destacar quais são os elementos centrais que alguns autores elegem para explicar o fenômeno coronelista, tanto no seu processo de constituição e manutenção como na sua superação.

Procurou-se somente revisar os principais trabalhos da área que elaboram generalizações sobre o sistema coronelista e alguns estudos de caso referentes à Bahia sem contudo pretender-se um levantamento exaustivo.

Entre os trabalhos mais consagrados está o de Vitor Nunes Leal (1975) que explica o fenômeno coronelista como um resultado da superposição de uma estrutura agrária arcaica e um sistema político modernizado. Isso terá como decorrência "um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras" (p.20), que será o mecanismo-eixo do coronelismo — o sistema de reciprocidade.

Para o autor, este sistema de reciprocidade fundamenta-se na necessidade de reconhecimento mútuo entre o coronel (local) e o governo estadual, das suas respectivas lideranças políticas. Essa mútua legitimação é o que sustenta a estabilidade política do país. LEAL atribui ao coronel um papel fundamental na vida política do país. Para demonstrar como se efetiva esse papel, recorre ao contexto social no qual se insere o coronel e assim o define: na estrutura agrária do país, predomina o latifúndio, a partir do qual se consolida toda dominação, pois, na medida em que detém o principal meio de produção (terra), o latifundiário consegue subordinar toda a massa trabalhadora, cujo comportamento será de total obediência e dependência, o que para o autor é miserável, ignorante, desassistida e por isso vê o patrão como benfeitor.

Diz LEAL referindo-se ao voto de cabresto:

"É perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente " (p.36).

A atuação do coronel se exacerba então no mandonismo (perseguição dos adversários) e no filhotismo (favorecimento dos aliados) que irão desorganizar a administração municipal, já que esta não conta com funcionários capazes. Porém, este poder do coronel só é possível por causa da rarefação e/ou ausência do poder público.

LEAL entende que a dominação coronelista deve ser debitada também à falta de autonomia municipal que atua em duplo sentido: por um lado enfraquece o poder público (municipal) permitindo a hipertrofia do poder privado (dono de terras) que se incursiona neste poder público enfraquecido; por outro é um mecanismo de subordinação do coronel ao governo estadual. O autor reconhece que "o bem e o mal que os chefes locais estão em condições de fazer aos seus jurisdicionados, não poderiam assumir as proporções habituais sem o apoio da situação política estadual para uma é outra coisa " (p.44).

Sendo então a autonomia municipal restritiva, seja pela penúria orçamentária, seja pelo excesso de encargos, seja pelas limitações ao princípio da eletividade da administração municipal (p.50) as relações governo estadual versus coronel irão se assentar na concessão extra-legal que o primeiro poderá ou não fazer ao segundo. Assim, o governo estadual subordina a municipalidade nas mãos do coronel operando uma curiosa inversão no exercício da autonomia local (p.51). Daí por concessão do governo estadual, os coronéis obtêm o "direito" à nomeação das autoridades municipais, a conveniência do Estado para a violência policial e a "vista grossa" do governo no uso dos recursos públicos. LEAL identifica então duas fraquezas fundamentais que sustentam o sistema coronelista:

"fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza de samparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que ar rastaram a existência no trato das suas propriedades"(p.50).

Vale ressaltar ainda que, para LEAL, o coronel exerce uma função de legitimador do governo estadual e federal pela sua força eleitoral; é este, em última instância, o "trunfo" que possui o coronel para negociar/trocar favores com o governo estadual.

O eixo explicativo de LEAL é, em síntese, o seguinte: a propriedade de fundiária, base do poder, e a falta de autonomia municipal, me canismo de subordinação do coronel ao governo estadual, determinam a necessidade de estabelecer um sistema de reciprocidade que será consubstanciado sobretudo na prática político-eleitoral.

Considerando como elementos mantenedores do sistema coronelista a propriedade fundiária e a função eleitoral do coronel, LEAL aponta como fatores de superação do coronelismo o processo de industrialização, o desenvolvimento dos meios de comunicação, o aperfeiçoamento do processo eleitoral e a vitalização do município pela Constituição de 1946. Reclama "uma alteração fundamental em nos sa estrutura agrária" (p.257) como único meio de extirpação definitiva das práticas coronelistas na vida política do país.

Estudando a vida política no Estado da Paraíba, Jean BLONDEL (1975) entende que o coronelismo "não é senão um caso particular do sistema do "chefe político", (p.59) fenômeno de dominação política análogo a uma das origens do feudalismo na Europa. O chefe político teria surgido, inclusive, da primeira forma de vida social que foram os grupamentos de defesa, semelhantes a um clã que impôs a necessidade de um chefe. O sertão como uma região isolada onde as relações sociais eram brutalizadas foi um locus perfeito para o aparecimento de chefes políticos. Eis como o autor explica o surgimento do chefe político:

"Um homem, por sua força, ou porque ele defenda melhor os outros, ou porque se torna indispensável nas dificuldades da existência, conquista, pouco a pouco, sobre o sertanejo, um poder de fato. As condições de vida estão agora muito transformadas. (...) Mas os hábitos permanecem. Se a influência da capital se desenvolve pouco a pouco, a evolução se produz lentamente. O isolamento criou uma organização em clãs que ainda não desapareceu e continua a exercer sobre a vida cotidiana influência considerada" (p.43-44).

Tratando sempre o coronel como um caso particular de chefe político, o autor afirma que:

"O 'chefe político' é o sucessor deste chefe de clã do qual houve muitos exemplos no sertão, na época em que era essencial a necessidade de fazer reinar a ordem; é também o sucessor do proprietário de terras que cultivava a cana-de-açúcar na zona litorânea. É ele que serve de intermediário entre o mundo exterior e o campo e é por seu intermédio que este se interessa pela vida política e vota" (p.59).

BLONDEL reconhece então o papel do coronel de organizador do mundo rural, sobretudo no que concerne ao exercício do direito/deveres políticos, como p. ex. o voto, que para o autor se deve quase que totalmente ao coronel pois este além de estimular o camponês a votar, propicia-lhe as condições práticas deste exercício: é o coronel quem imprime cédulas, fornece transporte, alimentação etc, condições sem as quais não seria possível uma eleição.

A contribuição que BLONDEL traz para a discussão do modelo coronelista está sobretudo na tipologia que elabora do chamado chefe político. Os chefes políticos classificam-se em dois tipos:

- 1º direto, que tanto pode ser individual ou monárquico como diz o autor, como familiar ou colegial, quando cada membro domina uma zona e a família permanece unida com uma única liderança;
- 2º indireto, quando existe uma divisão quase que feudal no poder;

neste caso o chefe político exerce seu poder através de pequenos chefes políticos e/ou cabos eleitorais, sem estabelecer uma relação direta com o eleitorado.

BLONDEL chama a atenção ainda de que as funções oficiais estão sendo cada vez mais utilizadas para constituição/manutenção do eleitorado, numa clara inversão da tendência inicial quando era por força do seu prestígio que o coronel apropriava-se de determinadas funções públicas.

O autor reconhece certa evolução da vida política no sentido da superação de velhas formas principalmente pela diminuição da fraude, pelo ajuste da legislação (como p. ex. o fim do voto em separado) e pelo aparecimento dos partidos políticos embora ainda sem substância ideológica. Entretanto, não advoga o desaparecimento do coronelismo. São suas palavras:

"Não é, pois, certo que, no futuro, se verifique necessariamente o desaparecimento progressivo desses chefes tradicionais. Mas misturados a nossos tipos políticos que os assimilarão, talvez mais do que a eles irão se opor, vão, entretanto transformar a natureza da vida política" (p.14-15).

Outra visão é a de Maria Isaura de Queiroz (1975) que explicando o fenômeno coronelista afirma:

"Pode-se dizer, pois, que o mando político do coronel era resultante de sua posição econômica, em primeiro lugar, que dava ao indivíduo a possibilidade de exercício de poder, colocando-o em situação de fazer favores; a existência de parentela era condição importante de apoio para a conservação do poder dentro do conjunto de parentes; mas entre os parentes aquele que apresentasse as qualidades indispensáveis: o grande coronel era sempre um 'primus inter pares'"(p.178).

QUEIROZ irá interpretar o fenômeno coronelista fundamentando-se nestes dois elementos: o poder econômico e o poder político do co

ronel advindo das relações de solidariedade vertical e horizontal no seio da parentela(1).

No nível econômico a autora relativiza a importância da propriedade fundiária argumentando que durante a primeira República — período histórico onde o coronelismo assumiu sua forma mais acabada — a abundância de terras fazia com que esta assumisse valor econômico na medida em que houvesse capital para sua exploração, não se constituindo portanto, a simples posse em fator de riqueza. Segundo a autora, foi, na realidade, o comércio o meio privilegiado de se fazerem fortunas, cuja conservação dar-se-á por heranças e casamentos.

Para explicar a natureza da dominação política a autora vai buscar como determinação o social que identifica organizando em grupos de parentela, cuja definição em suas próprias palavras é a seguinte: como grupo, apresentava, pois, a parentela, três aspectos interligados — o político, o econômico, o do parentesco — mostrando que a sociedade na qual estava implantada era de estrutura sócio-econômica e política ainda pouco diferenciada em seus setores de atividades (p.167). No seio desta parentela irá se desenvolver um tipo de relação de reciprocidade ou "contra-prestação" ou "dom e contra-dom", em última instância, uma solidariedade vertical e horizontal, modelo que se estenderá ao setor político.

A autora chama a atenção de que tais laços de solidariedade não levam necessariamente à harmonia, mas, ao contrário, à uma "clara dialética de oposições", embora indique a prevalência da solidariedade pois o conflito é apenas na disputa pela chefia de parentela e portanto acontece sempre entre candidatos a chefes políticos.

"Quando a luta tinha lugar no interior de uma parentela seguia uma linha que cortava a pirâmide em fatias, de alto a

---

(1) Solidariedade vertical diz respeito às relações entre classes sociais diferentes; solidariedade horizontal, às relações no interior de uma mesma classe social.

baixo, e não uma linha separando camadas sócio-econômicas, as quais se mantinham coesas; resultavam desta linha novas pirâmides de parentela, internamente estratificadas também" (p.170).

QUEIROZ observa ainda que as disputas entre parentelas (ou brigas de famílias) tão comuns na primeira República são também fator de reforço à solidariedade interna.

Considerando parentela como grupos de famílias extensas ligadas por laços de parentesco carnal, espiritual (compadrio) e alianças matrimoniais, faz a autora uma tipologia, classificando as parentelas como: igualitárias, semelhante à estrutura clânica e onde predomina a solidariedade horizontal; e estratificada, mais heterogênea, baseada na solidariedade vertical e horizontal, complexa sócio-economicamente onde a cidade tem um papel fundamental pois é sede do poder. Para a dominação/comando da parentela é condição 'sine qua non' o carisma; e o coronel é, em última instância, o chefe de uma parentela.

A partir deste enfoque a autora irá definir o papel fundamental do coronel na sociedade global que é a sua força eleitoral.

O voto assume aí uma conotação de posse na relação chefe versus eleitores e torna-se mecanismo essencial na constituição do poder do coronel. A forma de obtenção do voto vai desde a barganha e "levava os grandes e médio coronéis a todo um comportamento de paternalismo diplomático e de etiquetas refinadas, com relação a seus imediatos" (p.163), até à forma coercitiva onde opressão, violência e crueldade são armas, justamente porque tal relação de troca (voto) está inserida numa estrutura de dominantes e dominados."

É interessante perceber, entretanto, que quando a autora busca os fatores de decadência do coronelismo, vai mudar sua linha de abordagem. Para explicar a constituição do coronelismo, considera so

bretudo os aspectos mais internos à sociedade local; mas a extinção do fenômeno será explicada pelos processos mais globais da sociedade: crescimento demográfico, industrialização e urbanização, que gerando um enfraquecimento da solidariedade vertical — haja visto o adensamento das camadas médias emergentes daqueles processos — mantém apenas a horizontal e ainda uma maior divisão social do trabalho implicando num desdobramento e diluição do poder coronelista. Contudo, a autora nota que o desaparecimento do coronelismo foi progressivo e irregular no país. São suas palavras:

"Dominando em parte a grande indústria, o grande comércio, as grandes organizações de serviços públicos ou privados ; com membros seus exercendo as profissões liberais, os coronéis e seus parentes, possuidores além do mais de grandes propriedades rurais, se mantiveram nas camadas superiores da estrutura sócio-econômica e política do país, numa continuidade de mando que persiste, em alguns casos, até os nossos dias (...). Compreenderam porém os grupos familiares de camadas elevadas que seus interesses econômicos estavam ligados, e que a competição não se fazia mais no campo político, e sim no campo econômico. Foram, pois, os coronéis abandonando pouco a pouco uma ação direta no cenário político, transferindo esta atuação para as camadas médias e para os profissionais liberais" (p.185).

QUEIROZ, portanto, explica o fenômeno do coronelismo basicamente pelo tipo de relações sociais predominantes no meio rural, isto é, a parentela, entendendo o político apenas como uma extensão destas relações onde o voto é elemento essencial, jogando com os aspectos econômicos para explicar parte da supremacia do coronel e a decadência da estrutura coronelista.

Em outro trabalho, onde QUEIROZ estuda as características ao mandonismo desde a Colônia até a Revolução de 1930, ela atribui a manutenção do poder dos coronéis à força das armas:

"As lutas travadas pelo domínio do município tinham como resultado o apoio do governo estadual ao vencedor e consequente ocupação de cargos públicos por seus amigos" (p.93).

Na verdade, a este tipo de política onde todos aderiam a todos a autora denomina de adesismo que vai muito mais além do governismo. Pois a vitória de um chefe político implicava na adesão de todos os demais, seja de municipal, estadual ou federal. Isto é: fosse a disputa política pelo poder municipal, estadual ou federal, ao vencedor as outras instâncias prestavam reconhecimento imediato e portanto, legitimidade.

Havia entretanto o jogo político de alianças, no qual a autora atribui o papel de oposição aos coronéis pois o não alinhamento do coronel ao governo estadual era motivo para o governo federal usar esta oposição caso fosse da sua conveniência. E isto era fato notório; como diz QUEIROZ:

"Tanta ciência tinham desta política as oposições dentro dos estados que as revoluções estouravam de preferência quando o governo estadual se mostrava incompatibilizado com o governo central; e as oposições estaduais se dirigiam então ao governo federal, solicitando auxílio que aberta ou veladamente lhes era concedido; já no caso do governo estadual ter sido sempre fiel ao central, restava à oposição cruzar os braços e esperar que um ventinho de discórdia soprasse entre ambos" (p.100-101).

Esta base da vida política que para a autora resulta de uma sociedade latifundiária e paternalista tem continuidade mesmo após a Revolução de 1930 que não só foi realizada com o apoio dos coronéis, como incorporou-os ao poder. Isto prova, segundo QUEIROZ, que a era do coronel no Brasil não acaba com a Revolução de 1930, como afirma alguns autores.

Abordagem diversa é feita por Raimundo FAORO (1985) que remonta a história da formação do Estado brasileiro para justificar o surgi

mento do sistema coronelista. Considera que com a proclamação da República o Estado irá necessitar de legitimação política e estabilidade social para consolidar a nova ordem. É com este objetivo que Campos Sales (1898-1902) instituiu a "política dos governadores" em cuja esteira se afirma o coronelismo. Deste modo "A supremacia tuteladora do poder público agora seccionado nos principados e ducados estaduais continuou a operar num molde próximo ao regime colonial no qual o particular exercia, por investidura e reconhecimento oficial, funções públicas" (p.631). nesta perspectiva, continua FAORO, "O fenômeno coronelista não é novo. Nova será sua coloração estadualista e sua emancipação no agrarismo republicano, mais liberto das peias e das dependências econômicas do patrimonialismo central do Império" (p.621).

A legitimação não podera prescindir de um maior controle central, apesar do princípio federalista. tendo isso em vista, a Constituição de 1891 estabelece a supremacia dos Estados, atrofiando a autonomia municipal cuja expressão maior será a nomeação dos prefeitos. Entretanto, tal prerrogativa só se efetivará na medida em que o governo estadual detenha os mecanismos básicos de subordinação: a disponibilidade financeira e a força das milícias estaduais. O governador "espinha dorsal da vida política" é também autoridade nos assuntos partidários, cancela, orienta e domina eleições municipais, além de usar outros mecanismos suasórios como a fraude e a violência. Em contrapartida, o coronel é o aliciador dos votos, seu poder econômico pode facultar-lhe independência financeira e também dispor de exércitos particulares. A correlação de forças entre o coronel e o governo estadual será, para o autor, inversamente proporcional: "sempre que o poder estadual se eleva e fortalece, decai o poder municipal" (p.626). Mas a força decisiva será a do governo federal, e FAORO retoma os conflitos regionais do Ceará (Acioli x Franco Rabelo). de Pernambuco (Rosa e Silva x Dantas Barreto) e da bahia (J.J.Seabra x Horácio de Matos) para demonstrar que, em última instância, quem determina a vitória, é o poder federal.

O coronel coloca-se, então, como um elemento eminentemente eleitoral; diz FAORO (1):

"O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá essencialmente do aliciamento e preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema de ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação" (p.622).

Semântica e vazia pois

"Na base, o bico-de-pena (2) substitui a eleição; no alto, a degola (3) ocupou o lugar das apurações" (p.628);

contudo, continua FAORO (1):

"a eleição será o argumento para legitimar o poder, não a expressão sincera da vontade nacional, a obscura, caótica e submersa soberania popular" (p.629).

Se, para a "sociedade maior", o coronel cumpre uma função eminentemente eleitoral, para a sociedade local o coronel é, por excelência, um organizador do seu mundo. Inseparável da sociedade agrária, o coronel, segundo FAORO (1), é visto como o protetor

do "perplexo e desprotegido camponês" cuja situação de subordinação — suavizada por laços flexíveis e familiares como o compadrio — não deixa margem sequer para que perceba a sua total dependência; quando muito o campesinato canaliza suas insatisfações em movimentos messiânicos e no cangaço. O coronel atua como articulador da sociedade local ao sistema político, econômico e social e por isso, o declínio do sistema coronelista será dado pelo autor como resultante da presença do Estado que institucionalizando as relações sociais dissolve a personificação do poder pelo coronel. Nas suas palavras:

"O que mata o coronel é o próprio exercício de suas funções em certo momento inúteis, diante dos meios diretos de convívio do governo com o povo" (p.647).

Como se pode ver, FAORO (1) explica o coronelismo enquanto mecanismo de legitimação do Estado republicano, manifesto no sistema eleitoral.

- (2) prática de falsificação das atas eleitorais pelos chefes políticos municipais.
- (3) mecanismo resultante da atribuição do senado estadual de verificação dos poderes que lhe permite referendar ou não o resultado das urnas

EDGAR CARONE mantêm-se na mesma linha interpretativa. Diferenciando coronelismo de oligarquias, o autor atribui ao primeiro um caráter mais particular, enquanto o segundo um mais geral, identificando porém ambos como "problemas do federalismo".

O fenômeno coronelismo, segundo CARONE (1978) é resultado do desequilíbrio entre as tendências federalistas e o processo de centralização do Estado republicano, como também

"A República acentua a antinomia entre formas representativas modernas e estruturas econômicas e sociais de tendência particularista" (p.252).

Será a fragilidade dos poderes centrais (estaduais e federais) — que determinará a emergência dos coronéis como verdadeiros chefes de clãs. Detentor do poder econômico, social e político municipal, o coronel pode emitir vales, manter exércitos particulares, prestar diversos serviços à sociedade local em troca do seu domínio absoluto; mas a sua força é manifesta pelo número de votos que é capaz de manipular — o voto é "o termômetro da sua afirmação". Neste contexto, o conflito entre coronel e governo estadual será lido pelo autor como um momento em que o coronel pode afirmar-se como "entidade jurídica autônoma" a partir da sua capacidade de rebeldia. Entretanto, nestes momentos é o governo federal quem exerce o poder decisivo: seja tomando partido de um dos beligerantes, seja impondo acordo como no caso de Horácio de Matos versus Antonio Moniz; já os conflitos entre coronéis são relativizados pelo autor, como disputas pelo predomínio pessoas sem maiores consequências.

Vendo as oligarquias mais como uma questão de dominação política no Estado — e não apenas no município — CARONE (1978) aborda tal questão através da formação dinâmica dos partidos políticos, sobretudo o Partido Republicano. Na apresentação da questão oligárquica o autor diferencia dois grupos: o primeiro, dos Estados mais adiantados, onde o governo está condicionado ao Partido e por isso há um maior equilíbrio entre as oligarquias e o governo estadual — são os Estados do sul; o segundo, dos Estados onde as formas de produção "menos complexas" condicionam relações políti-

As mais violentas e conflituosas; mas em ambos os casos a manutenção das oligarquias dever-se-á à "política dos governadores", implantada por Campos Sales (1898-1902) e vigente em todo período da primeira República (1889-1930).

Dalí, para CARONE (1978) o declínio destes "problemas do federalismo" dar-se-á por ação do governo federal. No caso do coronelismo, a expansão urbana e a tendência centralizadora por um lado e a política regional por outro irão enfraquecendo os poderosos locais. No caso das oligarquias a "política das salvações nacionais" empreendida por Hermes da Fonseca (1910-1914) é o marco que determina o enfraquecimento irreversível para a dominação oligárquica, principalmente no Norte.

Como se vê, CARONE tem uma abordagem onde a ausência do Estado e o atraso sócio-econômico no contexto de um processo centralizador são os elementos explicativos do sistema político oligárquico-coronelista.

Estudando o papel político do campesinato, MARTINS(1936) procura demonstrar que a questão da propriedade da terra é a base das lutas políticas no período republicano sejam as que confrontam camponeses/proprietários sejam as que confrontam proprietários entre si. Argumenta que a abolição da escravatura antecedida pela Lei de Terras (1850) que transfere as terras devolutas para o patrimônio dos Estados (antes da União) e proíbe a abertura de novas posses sendo doravante a aquisição unicamente por compra, dá à questão da propriedade fundiária o caráter de instrumento de subjugação do trabalho o que, desloca a fonte de poder da classe dominante. São suas as palavras:

"O esquema era claro: mediante o trabalho árduo, os trabalhadores livres poderiam acumular e, em consequência, transformar-se em pequenos proprietários de terra (...). Com essa mudança, a questão do campesinato é colocada em outros termos. Em primeiro lugar porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que o subjuga a ela (...). Em

segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato..." (p. 42-43).

E mais adiante:

"O monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra" (p.45).

Sendo dono das terras o coronel tem garantida sua dominação econômica que por sua vez permite o domínio político expresso no controle dos votos para o qual colabora a prática do clientelismo. O coronel tem então posição privilegiada para negociar com seus subordinados (os camponeses) e com seus superiores (o governo estadual). Em relação ao governo estadual, há uma "troca" onde o governo tem a força maior: do coronel, os votos; do governo o reconhecimento. Segundo o autor:

"A força do coronel não era, portanto, sua, mas do governo a quem sustentava eleitoralmente e que o sustentava politicamente" (p.49).

Do ponto de vista camponês

"A base da relação política exprimia também a situação peculiar do cidadão — livre, mas cliente. Uma liberdade que, no âmbito da troca, era totalmente dominada pelo poder monopolístico do fazendeiro, comerciante e coronel" (P.49).

Como elementos que compõem o sistema coronelista MARTINS aponta a ação armada do coronel e o mecanismo de verificação de poderes tanto no nível estadual quanto no federal. Porém, para o autor, o que mantém o sistema coronelista será, em última instância, o processo eleitoral. Dentro desta visão, o autor aponta a Revolução de 1930 como um marco que encerra o ciclo de maior vitalidade do coronelismo; 1937, o golpe que alija o poder remanescente dos coronéis; e 1945, quando a prática eleitoral é restabelecida, restaura o coronelismo na vida política, através do PSD.

Entretanto, MARTINS irá incorporar um elemento novo para explicar a decomposição do sistema coronelista: as lutas pela terra manifestas sob forma de rebeldia camponesa. Esta, ao longo do tempo, iria adquirindo caráter de resistência de classe.

"Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas domi nantes de organização e de manifestação da rebeldia campones sa, a partir dos anos 50 a Liga Camponesa e o Sindicato se rão as formas mais importantes de organização e luta polític a dos camponeses ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e de resistência" (p.67).

MARTINS : ... tem, portanto, como elementos explicativos, a pro priedade fundiária como fonte de poder e o esquema eleitoral como mecanismo de sustentação do sistema coronelista.

Por sua vez JANOTTI (1986) aponta as determinações econômicas do fenômeno coronelismo, afirmando ser este

"peça fundamental numa das etapas da luta da burguesia pela submissão da Nação" (p.65),

entendendo que

"os coronéis podem ser vistos como representantes da oli garquia agrícola-mercantil que controla o poder público" (p.9),

a autora irá trabalhar com os mesmos elementos explicativos vis tos até então: a ausência do Estado (herança dos tempos coloniais) permitindo a hipertrofia do poder privado, mais o isolamento da sociedade local e a decorrente precariedade das condições de vida da sua população que por isso possibilita relações típicas de pa rentela. Tais elementos acabam por determinar a base político-so cial do coronel — essencialmente o poderoso local — cuja influ ência política pode-se alargar a circuitos cada vez maiores (aqui recorre aos exemplos de Pinheiro Machado/RGS e Delmiro Gouveia /AL) Ainda na mesma tônica dos autores anteriormente vistos, JANOTTI define a estrutura do coronelismo como

"um encadeamento rígido de tráfico de influências. Sua prá tica política está muito bem estruturada num sistema eleito ral onde é possível reconhecer todos os seus passos, localiz ando-os no tempo e no espaço. Forma-se uma pirâmide de com

promissos recíprocos entre o eleitorado, o coronel, o poder municipal, o poder estadual e o poder federal" (p.11).

A novidade do estudo de JANOTTI (1986) é a forma como coloca em discussão o fim do coronelismo. Para ela o coronelismo tem de mostrado ter uma estrutura "bastante plástica" capaz de adaptar-se a diferentes momentos históricos. E nota que

"Após a Revolução de 30 modificações são registradas nas relações coronelísticas mas não a ponto de determinar sua extinção" (p.80);

apesar de admitir que se extingue nas áreas de maior concentração urbana afirma que

"há certos traços de paralelismo entre a figura do coronel e a dos chefes populistas; ambos utilizam na conquista do eleitorado o empreguismo, o favoritismo, a barganha eleitoral, o compadrio e a violência" (p.82).

Por tais evidências, a autora põe em discussão o fim do sistema coronelista

"mesmo num Estado de economia capitalista" (p.82).

Outros estudos sobre a questão do coronelismo referem-se à realidade estaduais -- sem contudo abdicarem da generalização e também constroem referenciais teóricos-metodológicos próprios na abordagem do tema. Entre eles temos PANG (1979) para a Bahia, BURSZTYN (1985) para a Paraíba e DANTAS (1987) para Sergipe.

PANG considera inicialmente a Primeira República como um período de transição. Citando Tocqueville, o autor observa que

"durante um período de transição, como, por exemplo, da monarquia aristocrática para a república democrática, frequentemente ocorre uma crise de legitimidade e eficiência do governo. Quando isso acontece, os líderes informais personalistas, como os coronéis brasileiros, são frequentemente preferidos em lugar da autoridade formal e distante do Estado" (p.9).

Além desta característica própria dos períodos de transição a formação política brasileira, essencialmente patrimonialista (na concepção weberiana) irá ser o arcabouço estrutural do fenômeno coronelismo. No caso da Bahia, PANG (...) irá apontar como base do coronelismo o papel econômico e social que possui o coronel. O autor refuta a tese de que é a propriedade fundiária o elemento primordial do poder coronelístico, argumentando que entre 1850 e 1950, mudanças ocorridas no Brasil começam a alterar a pouco funcional e altamente estratificada estrutura de classe de uma sociedade predominantemente agrária.

"Na realidade, durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuição, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo"

(p.46-47).

Segundo PANG ..., o coronelismo floresce por causa da ausência da autoridade formal cuja decorrência lógica é a assunção pelo poder privado (o coronel) das funções sociais: o coronel protege seus afilhados concedendo empréstimos, fazendo doações à Igreja, dinamizando o comércio, resolvendo casos para-judiciais, comandando a defesa nos assuntos externos etc. Aí reside a força do coronel — na sua capacidade e habilidade de trocar favores.

A ausência do Estado juntamente com o isolamento da sociedade local irão permitir que o coronel desenvolva uma autonomia capaz de estabelecer uma auto-suficiência semelhante a uma autarquia que mantém tal sistema de favoritismo. PANG ... identifica dois tipos de coronelismo plasmados na interpretação dos "dois Brasis" (4): no sul, um comportamento onde a organização horizontal de alianças intermunicipais é predominante; no norte, a rebeldia de coronéis é o que dá a tônica. Particularmente na Bahia, (...) vê a diversidade no sentido litoral (fechado e autocrático) versus sertão (aberto e democrático) tentando fundamentar a diferenciação pelas características geo-econômicas. Daí, ele irá fazer uma tipologia dos coronéis obedecendo a dois critérios básicos: ocupacional (proprietário de terras, comerciante, industrial

---

(4) Jacques Lambert.

e padre) e funcional (guerreiro, burocrata e chefe do curral-distrito).

PANG (1975) faz também uma periodização do fenômeno coronelismo, remontando seu advento ao séc.XVIII, atribuindo seu apogeu (na Bahia) no ano de 1920 e no período 1933-37 com Juracy Magalhães, referido pelo autor como um super-coronel. Determina o declínio do coronelismo a partir de 1970. Nas suas palavras:

"O coronelismo brasileiro começou a declinar da década de 1970 à medida que a política baseada na família está sendo substituída por classes sócio-econômicas e grupos voltados para interesses comuns, competindo pelo poder" (p.63).

PANG (1975) admite, contudo, que a Revolução de 30 teve um papel modernizador do sistema coronelista integrando-o na política nacional.

Este trabalho de PANG (1975) é exaustivo em descrições e relatos factuais. O autor discorre minuciosamente sobre o processo político-partidário a partir do qual identifica as diferentes facções oligárquicas que disputam o poder estadual na Bahia. E procura enquadrar os grupos oligárquicos na seguinte caracterização:

- 1 - Familiocrático, ao qual pertence a maioria dos coronéis da Bahia e cujo traço principal é o domínio de uma família extensa;
- 2 - Tribal, mais comum no Norte, cujo chefe era um "padrinho" influente que respeita a autonomia dos seus membros associados;
- 3 - Colegiado, quando se organiza através dos partidos e possui um rodízio de lideranças;
- 4 - Personalista, quando o fator de união é o carisma do líder e onde a base pessoas é o elemento constitutivo básico.

Por fim, PANG (1975) trabalha o "ocaso do coronelismo" conforme fatores políticos resultantes da modernização institucional da sociedade brasileira. São eles: a Revolução de 30; o fortalecimento do partido político que submete o coronel personalista e pulveriza o poder; o voto secreto que diminui a intervenção do coronel nas eleições; o fim do isolamento do sertão pela expansão das estradas decorrente do desenvolvimento econômico; a ampliação do

poder do governo estadual e federal que arrefece o mecanismo <sup>28</sup> de favoritismo; a sofisticação das instituições públicas (p.ex. SUDE-NE); além de considerar a própria eliminação dos coronéis pela morte.

Como conclusão PANG (1985) prevê que

"À medida que o desenvolvimento e a modernização aumentarem, uma nova elite social emergirá. O interior diminuirá e a cidade avançará em direção ao centro de poder" (p.235).

Portanto PANG (1985) elege como elemento explicativo central para o fenômeno do coronelismo a ausência do Estado, coadjuvando o isolamento da sociedade local e a estrutura patrimonial da história política brasileira.

Estudando a história mais recente BURSZTYN (1985) procura identificar a lógica atual da ação do Estado na região Nordeste através da evolução histórica das relações poder local — poder central para defender a tese de que

"a reciprocidade de legitimação entre essas duas instâncias permite que a hipertrofia de uma delas não implique necessariamente na atrofia da outra" (p.15).

Para explicar o Estado brasileiro, o autor remonta ao contexto histórico no qual o continente americano foi incorporado ao contexto europeu e à própria estrutura patrimonial do Estado português no séc. XV, e afirma que o autoritarismo do Estado brasileiro sempre buscou sua legitimação no caráter paternalista, traço de união do binômio Estado/Nação. BURSZTYN (1985) chama a atenção para alguns aspectos relevantes do processo colonizador, imprescindíveis à compreensão da formação e sedimentação da estrutura do poder local no Nordeste:

- a) o Nordeste foi a região mais explorada do país durante os dois primeiros séculos da colonização;
- b) o deslocamento geográfico do vetor principal da economia nacional e da estrutura administrativa não implicou na ruptura do equilíbrio das forças sociais e da estrutura do poder local, pois apesar do açúcar perder sua importância nacional, manteve-se a mesma estrutura social no Nordeste;

c) a adaptação do modelo de administração pública de Portugal ao Brasil resultou em que

"impossibilitado de enfrentar o crescente poder local dos senhores de terra, o governo central da Colônia adotou uma política de coexistência pacífica que se materializava pela omissão do poder público no nível local. Em troca, o poder central podia contar, em geral, com o apoio do poder local. E é nesse contexto de gigantismo de um poder local que muitas vezes não correspondia à sua importância nacional, que nasce e se desenvolve o coronelismo" (p.19).

O autor coloca como mecanismo-chave na relação Estado-poder local o paternalismo que acaba por ser reproduzido na sociedade local e legitima o coronel: no período colonial, o Estado transfere suas prerrogativas para o poder local em troca do reconhecimento da soberania da Coroa, manifesto no pagamento de impostos. Durante o Império, o Estado transfere poderes militares e subsídios indiretos (desvalorização cambial) para o poder local, que colabora no projeto de unidade/unificação territorial do país. Na Primeira República, o Estado omite-se diante da supremacia do coronel e mesmo a partir do governo de Vargas quando o Estado intensifica sua intervenção, o faz mediatizado pela figura do coronel.

BURSZTYN (1979) demarca dois instantes básicos da relação poder local-poder central. O primeiro quando o Estado é "autoritário por omissão" e o segundo quando é "autoritário ativo" cujo marco divisório é dado pela Revolução de 30. Mas tal mudança não irá implicar em transformações substanciais das relações Estado-grupos locais. O autor disserta sobre a atuação de organismos governamentais como IOCS, IAA, SUDENE, PROTERRA, PDRI's e Projeto Sertanejo cuja estratégia é basicamente

"transformar em alguns pontos para permitir que a totalidade permanecesse inalterada" (p.29),

e a partir disso, conclui:

"O Estado age de forma planejada ao nível nacional, de maneira a impor sobre a totalidade do território uma lógica econômica compatível com o triunfo do bloco urbano-industrial internacionalizado no país. E esta lógica condena o coronelismo tradicional à morte a longo prazo. No entanto, até o presente, ela não parece ser incompatível com a sobrevivência de coronéis individualmente. Nestes termos, vivemos um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo" (p.32).

Embora admita que tal mecanismo de "legitimação recíproca" não te nha perspectiva de manter-se por muito tempo, haja visto o papel histórico do coronel como mediador entre o Estado e a sociedade local estar sendo ocupado pela burocracia representada pelo funcionalismo, ainda hoje ligado à estrutura local, BURSZTYN (1985) no ta que

"a preservação da estrutura tradicional representa uma garantia de legitimidade indispensável ao poder central" (p.160).

Assim BURSZTYN (1985) estabelece como elemento explicativo central do coronelismo a necessidade de legitimação política do poder central que é garantida pelos setores tradicionais, no caso os coronéis, que mesmo sendo aparentemente antagônicos à lógica de acumulação capitalista acabam por favorecê-la na medida em que legitimam o Estado, viabilizador deste processo de acumulação.

No caso de Sergipe, DANTAS (1987) parte da conceituação do coronelismo como

"uma forma de representação política exercida por determinadados proprietários sobre os trabalhadores rurais ao tempo em que se impõe como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manuten-ção da estrutura de dominação" (p.18),

para estabelecer uma trípla fundamentação do fenômeno. O fundamento sócio-econômico advém da grande propriedade fundiária cujas relações de produção não capitalistas irão engendrar um determinado tipo de dominação pessoal que camufla as desigualdades e a exploração cuja consequência é um atrelamento das massas camponesas

aos proprietários de terra. Politicamente o coronel tem o papel de intermediário entre o campesinato e a sociedade política estadual inclusive no controle das informações. Tal situação tem como decorrência o predomínio ideológico de um conjunto de idéias e representações que determinam normas e práticas de submissão cuja idéia central está na díade lealdade/proteção.

Assim fundamentando, DANTAS ( . . . ) elabora uma periodização do coronelismo atribuindo a cada fase elementos centrais de fonte de poder do coronel.

Na 1ª fase (1900-1930), o que determina o poder do coronel é a sua

"capacidade de controlar e impor a coerção"(p.23)

através do uso de milícias particulares e aí as eleições são apenas um ritual. O autor refuta a tese de que isso seja devido à ausência do Estado argumentando que na verdade a Política dos Governadores era reproduzida no nível da relação governo estadual-coronel, como também a evidência empírica de demonstração de força do Estado nos momentos de repressão aos movimentos sociais da época — Canudos (1877) e Contestado (1912 a 1916).

Na 2ª fase (1930-1945) quando a Revolução de 30 desencadeia um processo de centralização autoritária e burocratização da sociedade política, o coronelismo terá essencialmente seu poder baseado

"primeiro na propriedade da terra ou bens que permitam alimentar relações não capitalistas no campo com seus efeitos já referidos; segundo o que Faoro denominou de 'honra social'. Ou seja, o seu prestígio socialmente reconhecido baseado numa tradição de domínio adquirido na Primeira República" (p.29).

A 3ª fase (1945-1964) irá significar um declínio para a dominação coronelista pois, os direitos civis e políticos são ampliados; o sistema representativo será menos excludente: acentua-se a disputa/competição entre os grupos agro-mercantil e industrial; há um

maior fluxo migratório no sentido campo-cidade; além da pressão das massas urbanas que exigem das lideranças políticas novas posturas. Nesta fase a grande fonte de legitimação será o voto, projetando-se a figura do cabo eleitoral com a política de mercantilização do voto.

A 4ª fase (pós 1964) é caracterizada como um momento de recuperação parcial do coronelismo por causa da necessidade de legitimação do Estado autoritário que só pôde ser feita pelo voto dos currais eleitorais. Mas aí a política de compromissos entre governo estadual e coronel é mais frouxa pela excessiva centralização administrativa, como também o processo de expansão do capitalismo no campo polariza o trabalhador rural, mudando radicalmente o perfil camponês. Entretanto subsiste o clientelismo (apenas uma característica do sistema coronelista) através da assistência social do Estado, manipulada pelo coronel.

Em síntese DANTAS situa a explicação do fenômeno coronelismo nos elementos constitutivos do poder dos coronéis, quais sejam: a propriedade da terra, as milícias particulares, prestígio social, controle do eleitorado, cada qual predominando em determinados períodos históricos.

Estudando especificamente os coronéis da região cacauzeira da Bahia, Gustavo FALCÓN (1983) vê na propriedade fundiária e cacauzeira a pré-condição para se exercer o mando nesta região. Mas afirma que esta pré-condição tem que estar aliada ao capital sem o que não se mantém. Entretanto, apesar desta norma básica, existe nesta região do cacau um grande coronel que não sendo proprietário mas apenas um rábula irá manter o seu poder aglutinando em torno de si grandes fazendeiros. O autor chama ainda a atenção para formas específicas de mando dos coronéis desta região que por não possuir o prestígio político necessário no Estado, adota uma postura mais legalista; isto é: "Detendo o poder de fato, os coronéis buscavam de toda a maneira amparar-se na forma da Lei, orien

tando seus aliados bacharéis para "serviços" de toda ordem no sentido de se beneficiarem das contingências e desproteções dos pequenos lavradores" (p.80-81). E apesar dos desmandos, Falcón reconhece que o coronelismo foi uma etapa importante na formação desta sociedade regional pois funcionou como um elemento de coesão numa região de fronteira.

Outro trabalho sobre o coronelismo na Bahia é o de Alírio Souza (1972), que procura interpretar o coronelismo no médio São Francisco à partir do modelo de Vitor Nunes Leal. Para ele, o isolamento, a confusão entre o público e o privado e a família extensa formada pelo compadrio, são os elementos formadores do coronelismo nesta região. A sua análise tem o sentido explícito de reconhecer na realidade social os elementos apontados no modelo de LEAL; portanto Souza caracteriza o poder coronelista no São Francisco como um poder de latifundiário em armas, que por serem os únicos a terem contato com o mundo exterior, podem manter seus respectivos currais eleitorais.

Como se pode constatar, todos os autores definem o coronelismo como um sistema de dominação política no contexto estrutural de uma sociedade agrária, pré-capitalista, onde o poder econômico — seja pela propriedade fundiária, seja pelo entesouramento através do comércio — é determinante.

Embora diversifiquem-se quanto aos elementos substanciais do sistema coronelista, todos o abordam a partir da relação entre os diferentes níveis de poder (municipal, estadual e federal) na qual o sistema eleitoral é o instrumento privilegiado.

Entretanto, no momento de determinar a superação do domínio coronelista, apreende-se basicamente os processos econômicos, deixando o nível político apenas como extensão destes processos.

Tem-se então duas críticas básicas aos estudos do fenômeno coronelismo:

1ª a de restringir o estudo do tema às instâncias administrativas do poder constituído. Isto é: apesar de identificar como determinante os elementos estruturais da organização social, o coro

nelismo, enquanto fenômeno político, é abordado sobretudo a partir das relações entre poder municipal-poder estadual-poder federal. Não se percebe como as alianças inter-oligárquicas, a própria natureza privada do poder dos coronéis com suas múltiplas formas de articulação com diferentes níveis de poder (econômico, político, social) podem-se constituir em um circuito paralelo de poder além das instâncias administrativas (municipal, estadual e federal);

2ª a de não considerar devidamente as especificidades da superação do coronelismo no próprio campo do exercício político do poder. A superação é dada quase sempre pelos processos mais globais da sociedade.

Numa tentativa de ampliar a abordagem do tema, estuda-se aqui o coronelismo na região do Médio São Francisco baiano (particularmente nos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova) a partir da ótica das relações sociais como um todo. Tem-se em vista a compreensão de que o processo de gestão desta sociedade resulta, em última instância da maneira pela qual se organizam as diversas categorias sociais que a compõe e, por outro lado, a partir da discussão de como se estrutura e se transforma a sua instância de mando. Particularmente numa sociedade regional, tais abordagens devem dar conta não só dos processos internos como também das suas formas de articulação à um circuito de relações sociais e de poder mais abrangentes.

Tal relação social determinará que a articulação externa à região seja dada pela via das elites locais, já que é o coronel/comerciante/fazendeiro quem detêm a maior capacidade de circulação dentro/fora da região, portanto o monopólio das relações políticas e econômicas, inserindo-o num circuito de poder econômico e político cada vez maior, termina por legitimá-lo enquanto instância de mando. A personalização do poder dará ao coronel o papel de organizador do mundo rural pela capacidade de articulação deste mundo, utilizando para isso os mais diferentes instrumentos: armas, parlamento e cargos públicos.

Num momento inicial, a luta pela hegemonia, entre coronéis, tem dois sentidos: pela consolidação e expansão dos domínios. Esta conduta norteia inclusive a sua luta pela inserção no circuito do poder maior que é nitidamente verticalizado. Isso, contudo, não determina que tal inserção obedeça à linearidade das instâncias municipal, estadual e federal. Os coronéis lutam por fazer parte do poder e nesta luta jogam conjunturas e oportunidades que necessariamente não estão vinculadas ao aparelho de Estado.

Articulações comerciais com firmas estrangeiras (exportadoras), adesão e/ou combate a movimentos sociais (cangaço, Coluna Prestes, messianismo, Revolução de 30) são momentos que podem confrontar coronéis entre si, coronéis e governos estaduais e até coronéis e governo federal; e geralmente engendram novos pactos/alianças entre os detentores do mando conforme o poder decisório exigido em cada episódio. Existe também um outro circuito de poder no nível da sociedade local manifesto pelas alianças (ou conflitos) entre coronéis, que, no limite, pode ameaçar o próprio poder constituído.

Não é sem propósito que os governadores pautam-se por reproduzir a Política dos Governadores na sua relação com os coronéis, e mesmo a Política das Salvações Nacionais apenas muda as lideranças mantendo o sistema coronelista.

Contudo, o processo de manutenção/reprodução do coronelismo vai, na medida da complexidade das relações sociais, deslocando gradativamente seu eixo de sustentação principal para a via política, o que depende também da própria evolução do Estado Nacional.

Primeiramente o coronel detinha o poder econômico, a força das armas, do parlamento e das alianças político-militares. Até 1930 as armas eram o elemento predominante. Em 1930 consolida-se um pacto eminentemente político em troca do desarmamento. A conjuntura da ditadura de Vargas mais a renovação dos quadros coronelísticos têm como decorrência um maior investimento no aparelho de Estado com a ocupação dos cargos públicos e representação parlamentar, que implica num maior poder decisório e mais organicidade ao Poder.

Sem dúvida, para a Bahia, o apogeu do poder coronelista é no período do primeiro governo Juraci (1933-1937) e a partir daí o sistema, enquanto tal, vai-se diluindo, sendo, entretanto, incorporados alguns de seus mecanismos de mando na prática política nacional.

C A P I T U L O      I I

## A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BAIXO MEDIO SÃO FRANCISCO

O presente capítulo pretende dar conta dos principais traços da formação histórica do baixo medio São Francisco durante a Primeira República, pois somente a partir destas bases é que se poderá entender o processo de formação e consolidação do poder regional. Neste capítulo está contida uma visão geral da região, o funcionamento da sua economia política e em particular os aspectos constitutivos da organização do poder, sobretudo aqueles que a identificam como uma forma particular dentro do modelo coronelista.

### 1. Antecedentes

O Vale São Francisco foi originalmente habitado pelos índios Tapuias particularmente os dos grupos Gê e Centocé (1). A região do Vale começou a ser visitada em 1554 pela entrada de Espinoza que, segundo o relatório do Pe. Aspilcueta Navarro, partindo de Porto Seguro seguindo o rio Jequitinhonha, Pardo, Verde Pequeno, atinge o Vale do São Francisco. Durante o século XVI, entretanto, o Vale do São Francisco quase não foi explorado, pois a densidade das florestas constituía-se em um obstáculo à penetração. Na segunda metade do século XVI, as grandes Casas Coloniais empreenderam esforços mais efetivos para o povoamento da região, organizando e financiando Entradas e Bandeiras, concedendo terras e arrendatários e às missões religiosas.

A Casa da Torre, os Garcias<sup>(1)</sup> D'Avila, dona das possessões da margem direita do rio São Francisco, em torno de 1670, começou a penetrar no Vale no sentido foz-nascente do São Francisco, seguindo pela estrada velha do rio cujo percurso será recomposto pela via férrea Bahia-São Francisco, ao final do século XIX. A Casa da Ponte, os Guedes de Brito, a rigor, proprietária da margem esquerda

---

(1) Nome do qual se originou a corruptela Sento Sé, sobrenome da família dominante no município do mesmo nome.

do São Francisco, estabeleceu a primeira fazenda de gado em Morro do Chapéu em torno de 1694.

A necessidade de interiorização da pecuária, afastada do litoral pela agricultura canavieira, e a própria geografia da bacia do São Francisco, propícia à criação de gado por seus pastos naturais e muitas aguadas, foi tornando a região atrativa à pecuária. Neste processo de penetração para o interior, a abertura das estradas boiadeiras configurou um sistema de comunicação entre o sertão e o litoral.

Sempre procurando acompanhar o curso dos rios, estes caminhos de boiadas foram sobretudo obra de alguns bandeirantes. Além de Espinoza, uma das estradas mais famosas foi a de Gabriel Soares que, partindo do rio Jaguaripe, passou pelo Paraguaçu alcançando o Jacuípe e, continuando no Itapicuru, seguiu para a região de Jacobi na encontrando o Salitre e daí o São Francisco. Outra estrada de grande importância foi a de Belchior Dias que teve maior penetração no sentido oeste pois, partindo do Rio Real cortou o vale dos rios Itapicuru, Verde, chegando a Açuruá e retornando pelo vale do rio Salitre até Sergipe. Houve também outras estradas que, no sentido sul-norte, acompanharam a margem direita do rio São Francisco atravessando-o em Remanso e atingindo as fronteiras do Piauí e Pernambuco.

Além das estradas boiadeiras, que recortaram o Estado nos sentidos leste-nordeste, leste-oeste e sul-norte, existiu o caminho do ouro que ia no sentido recôncavo-sudoeste e, segundo Antonil (1646), embora mais longo era melhor do que o do Rio de Janeiro e o de São Paulo, haja vista as facilidades de reabastecimento. Na margem esquerda do rio São Francisco, as trilhas seguiram procurando os rios Tocantins, e, num outro sentido, o Parnaíba cujo percurso articulava Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova com São Raimundo Nonato no Piauí. Ao longo destes caminhos iam-se estabelecendo as povoações, cujo núcleo organizativo eram as fazendas de gado.

Tendo a legitimação da posse como razão e a pecuária como móvel, o povoamento do Vale do São Francisco atingiu seu ponto máximo no início do século XVIII, quando se tornou o eixo mais povoado do país (THERY, 1980). Contudo, ao contrário do que se possa pensar, a propriedade da terra não se tornou uma preocupação para os povoadores do Vale. A relação de propriedade estava muito mais vinculada às aguadas e ao gado que propriamente à terra. A pecuária era extensiva: marcava-se a rês a ferro e soltava-se nos campos - assim estava definida a propriedade.

Cronistas da época relatam que, a partir deste processo de povoamento, o rio São Francisco fica conhecido como "rio dos currais" pois, a cada paragem, ia-se deixando uma família de agregados e um par de reses.

Foi, sem dúvida, neste momento que se determinou a base fundamental da formação histórica da região do Vale de São Francisco. Tendo nas suas origens as fazendas de gado como núcleo organizativo, a região pouco conheceu o trabalho escravo. Com a pecuária extensiva, voltada para o abastecimento das zonas aurífera e canavieira, e uma agricultura para o consumo interno, não se colocava a necessidade do braço escravo.

Na literatura do século passado há apenas algumas referências à escravização de índios em raras fazendas, utilizados como vaqueiros. Isso excluindo-se as missões religiosas (jesuítas e capuchinhas) que muito interferiram no povoamento do Vale, criando aldeamentos missionários.

O processo de povoamento crescente do Vale do São Francisco sofreu um refluxo durante o século XVIII. Primeiramente pela proibição do comércio de ouro pelo rio São Francisco por volta de 1710, por parte da Coroa Portuguesa sob a alegação de que pela diversidade de caminhos tornava-se difícil o controle e a fiscalização da circulação do ouro. Ficava então somente o caminho do Rio de Janeiro para a comercialização do metal. A sua descoberta na re

gião de Jacobina, aproximadamente em 1725, deslocou para esta região os maiores interesses. Depois, quando em 1763 transferiu-se a capital para o Rio de Janeiro, muitos dos sesmeiros da Coroa procuram novos locais de moradia que lhes tornassem mais fácil o acesso à sede administrativa da Colônia.

A região do Vale ficou praticamente entregue aos sesmeiros e agregados das Casas Coloniais — da Torre e da Ponte. Talvez tenha sido este o fator que originou a forma de propriedade condominial da terra tão comum no Baixo Médio São Francisco e que perdurou até os anos 40 de nosso século. Mas certamente, este "abandono" de suas propriedades pelos antigos sesmeiros propiciou uma redistribuição das terras em função dos povoadores de fato.

Se, por um lado, houve retração no processo de povoamento do Vale do São Francisco, por outro, o final do século XVIII e início do século XIX foi uma fase de enriquecimento para os criadores do Vale. As regiões mineiras — tanto a bacia do Rio das Velhas (MG) como a Chapada (BA) — eram mercados consumidores do gado sanfranciscano, mas também de outras mercadorias necessárias à sobrevivência, oriundas do litoral, que passaram a ser comercializadas pelos vaqueiros do São Francisco, experientes estradeiros, fosse tocando gado, fosse tocando tropas pelos caminhos das boiadas. Este foi, por exemplo, o caso de "Manoel Nunes Viana, que depois editaria o 'Peregrino da América' e possuiria minas de prata em Potosi, estava pobre nessa oportunidade e tentava a fortuna com uma procuração da viúva de Antonio Guedes de Britto, Regente de São Francisco, para cobrar os foros dos habitantes de sua enorme sesmaria de 960 quilômetros de rio. Ao perceber a migração violenta para Minas, Manuel Nunes Vianna tomou uma barca para Bahia e trouxe pelo rio, mercadorias e fazendas para venda aos garimpeiros e faiscadores, pelos olhos da cara. Foi a maior fortuna do país naquele tempo" (CARVALHO, 1937). Outros autores referindo-se ao Vale, de uma maneira geral, reconhecem que, nos meados do século XIX,

a classe dominante dos grandes proprietários rurais foi gerada neste processo de enriquecimento dos antigos vaqueiros do século XVIII. (2).

Portanto, ao final do século XVIII e início do XIX os elementos fundamentais da formação social do Vale do São Francisco já estavam estabelecidos. Uma sociedade de vaqueiros com um dinamismo próprio caracterizado pela circulação inerente à sua principal atividade econômica, pois semovente, consolidando uma ascensão social a proprietários de terra que neste momento já começava a organizar a sustentação da fazenda por meio da agricultura para auto-consumo e outras atividades comerciais.

No relatório que o engenheiro HALFELD faz sobre a exploração do rio São Francisco nos anos de 1852 a 1854, ele observa que na Vila de Pilão Arcado, instalada em 1810, a principal atividade era a criação de gado, mas possuía plantações de mandioca, arroz, feijão; em menor escala, milho, cana e também um comércio fluvial; estima um total de 9000 habitantes no município sendo 1200 concentrados na sede onde há 155 casas de "muito ordinária construção" ; além destas casas havia a casa da Câmara Municipal, com cadeia, a igreja matriz dedicada a Santo Antônio e uma capela para a devoção a Nossa Senhora do Livramento.

Na Vila de Santo Sé, instalada em 1832, HALFELD anota 99 casas, além de uma capela (Bom Jesus de Mattozinho) e a igreja matriz (São José); estima um total de 5000 habitantes sendo 700 concentrados na sede. As atividades produtivas eram mais diversificadas que em Pilão Arcado: além do gado vacum existia o criatório de cabras e carneiros e em menor escala de porcos e aves; as culturas também se diversificavam com abóbora, melancia, melão, pepino além da tradicional mandioca, e em menor escala, milho, cebola e alho; havia ainda a cultura do algodão que era comercializado nas circunvizinhanças, com Pernambuco e até Salvador. A pesca aparecia como auto-sustento e a fabricação de sal como uma atividade

---

(2) Ver: REGO, 1945 e THERY, 1980

comercial bastante lucrativa. É interessante perceber que embora HALFELD não se refira a agentes produtivos, ele anota a presença de barqueiros e pilotos, o que significa que a atividade comercial pelo rio já possuía movimento suficiente para qualificar uma profissão.

O arraial de Remanso que tornou-se Vila em 1857, é referido por HALFELD como "muito animado", e pelos dados anotados, era o mais significativo dos quatro. Remanso possuía, nesta época, 227 casas com 4400 habitantes no arraial. Além da criação de gado vacum e culturas de mandioca, arroz, feijão e abóbora, praticava-se a caça e a pesca. Mas a animação de Remanso advém principalmente do comércio cujos produtos principais eram o sal e a rapadura. Assim como em Sento Sé, a atividade comercial em Remanso justificava a condição de barqueiros, pilotos e remeiros de boa parte de sua população.

O relatório menciona Casa Nova como uma povoação que vivia essencialmente do fabrico do sal, exportando 4 a 5 mil alqueires ou juntamente com outras salinas vizinhas, 40 a 50 mil alqueires. Este sal era muito valorizado e ia subindo de preço rio acima; em Carinhanha o alqueire era três vezes mais caro que na região do Baixo Médio São Francisco e em Manga era três vezes e meia mais caro. Embora o relatório HALFELD não faça maiores referências ao Riacho da Casa Nova, sabe-se por outras fontes que a pecuária vacum era bastante desenvolvida na localidade e também a agricultura para auto-abastecimento, que ocupava sobretudo as ilhas.

Vê-se então que, vivendo da pecuária extensiva, do comércio fluvial como principais atividades econômicas e da agricultura de subsistência, além do fabrico do sal, a sociedade regional assumiu, neste começo do século XIX, o perfil que só se acentua, sem mudar seus contornos básicos, nos anos 40 do nosso século; organizada por vaqueiros que ascende à situação de grandes proprietários, fazendeiros/comerciantes, por cujo eixo gravitavam pequenos agricultores, barqueiros e congêneres.

Em Pilão Arcado e Remanso era proprietária de terras a família de Militão Plácido de França Antunes; em Sento Sé eram os Nunes Alves; em Casa Nova, os Vianas.

Até o final do século XIX, a região cresce apenas vegetativamente, conforme indicam os dados sobre a população.

QUADRO Nº 1 : POPULAÇÃO TOTAL POR MUNICÍPIO

	1854	1872	1892
Pilão Arcado	9.000	17.971	24.180
Remanso	4.400	5.327	7.152
Sento Sé	5.000	6.684	8.967
Casa Nova	-	3.829	5.136

FONTE: Halfeld, 1854/Benjamim, 1894.

Embora não se possa estabelecer uma comparação efetiva entre os dados apresentados (tanto pela diversidade das fontes como pelas mudanças na divisão político-administrativa dos municípios) o crescimento incipiente da população no período de quase 40 anos sugere a consideração de que tal lentidão pode ser extensível ao conjunto dos processos econômico e histórico da região.

Entretanto, o final do século XIX constituiu-se num novo momento para a região. A expansão das vias de comunicação vigente no país como um todo, atingiu também o São Francisco. Estudos exploratórios foram realizados tanto no sentido de conhecimento da região, a fim de investigar suas possibilidades econômicas, como no sentido de justificar a construção e o traçado de vias férreas, já construídas em outros pontos do Estado. Foram desta época estudos como o de Teodoro Sampaio que, subindo o rio, visitou quase todos os seus portos, descrevendo-os geográfica e socialmente. Estudos mais dirigidos para a construção da ferrovia (BULHÕES, 1874) justificam a viabilidade econômica da via sobretudo pelos produtos

extrativos da região como a carnaúba, da qual se aproveita a ma deira, a cera, o palmito, a palha para as mais diversas utilizações, ou como o caroá — uma fibra que tanto pode ser aproveitada para tecidos como para cordas e congêneres. Porém a discussão da viabilidade econômica e mais ainda do traçado retardaram a construção da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco que só chegou a Juazeiro em 1896, por influência política de Fernandes da Cunha, 33 anos após o terminal de Alagoinhas.

O incremento das vias de comunicação tornava-se preocupação generalizada em todas as instâncias administrativas; a própria Constituição Estadual de 1981, no seu item III, Art. 109, § 1º, estabelece como competência dos Conselhos Municipais a fiscalização e fixação de impostos sobre a viação, navegação e transpostes que tenham seus pontos inicial e terminal dentro do perímetro do município. Isso não só indica a preocupação, como era também uma forma de estimular o melhoramento das comunicações internas ao município.

O melhoramento das vias de comunicação fez efetivamente a integração, além de estimular as atividades produtivas e facilitar as articulações políticas. O que antes eram "ilhas" completamente isoladas, a partir daí foram inseridas num todo, diminuindo gradativamente o isolamento cujo lucro maior para o Estado republicano era um relativo poder de coesão e controle tanto da economia como da política nacional. Isso sem considerar que a integração crescente da economia brasileira estava também orientada pelos interesses das nações industrializadas.

Para a região do São Francisco, as iniciativas são palpáveis. Em 1893 foi criada a primeira Empresa de Viação do Brasil por iniciativa do governo federal conjuntamente com os governos estaduais da Bahia e Minas gerais. A recém criada empresa instituiu novas linhas, adquiriu novos rebocadores, estabilizou o tráfico em alguns afluentes e melhorou os portos de Januária, Santa Maria da

Vitória, Barreiras e Rio Preto. Em 1903 o Estado da Bahia criou a Empresa Viação do São Francisco passando a explorar o serviço, ora integralmente, ora transferindo o direito de exploração a comerciantes locais.

Os melhoramentos na navegação do São Francisco estão intimamente articulados à construção da ferrovia Bahia-São Francisco. Desde 1863 a Estrada de Ferro havia sido construída até Alagoinhas e em 1870 prolongada até Iaqu. Mas permanecia em debate no Senado a definição do traçado até o São Francisco desde a sua criação, pelo decreto legislativo nº 725 de 3 de outubro de 1853. Pareceres técnicos orientavam para um ponto terminal em Sento Sé sob a alegação da dificuldade de navegação nas corredeiras de Sobradinho; outros pleiteavam o ponto terminal em Juazeiro com a ponderação sobre a sua situação de passagem natural da comunicação com o Nordeste. As Falas e Mensagens dos Governadores à Assembléia Legislativa não chegam a entrar no mérito da questão do traçado, ocupando-se mais da defesa e ponderações diversas sobre a viabilidade econômica. Entretanto a Fala de 1875 refere-se à abertura de concorrência para as obras de construção do leito, estações e oficinas, e para fornecimento de material fixo e rodante do trecho Alagoinhas-Casa Nova. Em 1883 o registro é de que o trecho de Alagoinhas à Serrinha estava aberto ao tráfego, de Serrinha a Senhor do Bonfim em construção e Senhor do Bonfim a Juazeiro encontrava-se ainda em projeto sendo dado início à revisão do traçado.

Em 1889, apesar de ainda prosseguir com a revisão do traçado de Senhor do Bonfim a Juazeiro, já se fala das obras de desobstrução e canalização do rio entre Santana do Sobrado e Juazeiro, o que indica uma decisão estabelecida por este ponto terminal. A decisão do traçado fica então por conta da influência política de Fernandes da Cunha, por Juazeiro como ponto terminal da Estrada de Ferro do São Francisco que foi concluída em 1896. No ano seguinte o governo federal concedia a Francisco Cardoso a concessão para

a construção do prolongamento à vila de Sento Sé e Bebedouro, que não foi efetivado. Nos anos subsequentes Juazeiro teve até telégrafo para Barra (1898) e para Capim Grosso (1899).

O estabelecimento do circuito navegação/via férrea foi um marco histórico para a região do Baixo Médio São Francisco. Foi um momento integrador tanto no circuito interno à região como no externo para o Estado, como também para outros Estados. A situação de fronteira assumiu neste momento um novo significado para a região. Cresceu muito mais sua importância de entreposto, em contrapartida à "marginalização" de outrora no isolamento próprio das regiões periféricas. Nas primeiras décadas deste século a região san franciscana foi objeto de investimento do governo estadual, sobretudo no que concerne à navegabilidade do rio. No governo de José Marcelino chegou-se a ter mesmo a pretensão de unir as bacias do São Francisco e Amazonas. Para isso o governador José Marcelino transferiu em 1904 todo o patrimônio da Empresa Viação do Brasil para a Viação do São Francisco. Fez, neste mesmo ano, melhoramentos no Rio Preto e estendeu a navegabilidade até a foz do rio Sapão para que, articulado pela via terrestre ao rio do Sono, afluente do Tocantins, fizesse da Bahia um entreposto comercial (SOUZA, 1946). A expectativa era de que a Bahia se tornando área de confluência do comércio de Pernambuco e Minas pudesse também suprir as dificuldades de transportes e mercados que inibiam a capacidade produtiva dos Estados do norte. A Viação do São Francisco era de exclusividade do Estado mas o tráfego no São Francisco foi regulamentado por leis e direitos que permitiam viagens e subvenções para serviços diversos. Alguns arrendamentos foram feitos a lideranças comerciais da região, como por exemplo Otacílio Nunes de Souza e Geraldo Rocha. Por volta de 1930 a Viação do São Francisco passou a se chamar Viação Baiana do São Francisco (DOURADO, 1973). Também o governo federal investiu na região. Em 1928 foi criada por decreto federal a Comissão de Portos e Canais ligada à Capitania dos Portos em Juazeiro que prestava serviços de reboque,

construção de diques, sondagem de fundura do rio, derrocamento de canais com dragas etc, que funcionou na região até mais ou menos 1947.

## 2. A Circulação de Mercadorias

A modernização das vias e dos transportes imprimiu um novo ritmo à região tanto pelo incremento da circulação como no aproveitamento de outras mercadorias. O comércio será doravante a atividade por excelência da região. A tendência ao enriquecimento pelo comércio de épocas anteriores agora se tornou mais clara, mais acentuada, mais diversificada.

Sem dúvida, a conexão rio/ferrovia deu um novo ritmo à região, tanto em termos comerciais como num sentido mais geral de elemento integrador do espaço.

Agora tudo se comercializa. Além dos produtos tradicionais como a pecuária, a rapadura e o sal, outros produtos nativos incluíam-se como mercadorias do circuito rio/ferrovia: a fibra do caroá, a cera da carnaúba, a borracha da maniçoba e da mangabeira, os couros e peles, peixe salgado e, na segunda metade dos anos 20, o algodão. A região dos currais assumiu uma nova roupagem, persistindo sua base eminentemente comercial, incorporando novos conteúdos econômicos: a produção extrativista que substanciou uma economia de coleta. Esta economia de coleta engendrou novos processos sociais. A proliferação de estabelecimentos comerciais e a diversificação da indústria artesanal (até então era exclusivamente o sal) foram elementos geradores de renda que sempre reinvestida na pecuária permitia e ocasionava, em alguns casos, ascensão social. Consolidou-se a cidade de Remanso como entreposto e Juazeiro como praça regional. A cidade de Juazeiro, chamada por Teodoro Sampaio em 1873 de "a corte do sertão", teve nesta época (1926), 36 esta-

belecimentos comerciais e 9 indústrias artesanais ( curtumes, olá  
rias, fundições, etc.).

A economia de coleta que também era denominada "economia do cata-  
do", conforme referem-se os moradores mais antigos da região, con-  
sistia na coleta ou catado dos produtos regionais. Compunham a  
economia do catado os produtos de exportação. Couros e peles de  
animais silvestres (lagartos, camaleões, jacarés, onças, jaguati-  
ricas, gatos do mato, etc) eram vendidos como especiarias no mer-  
cado europeu, assim como os couros dos gados vacum e caprino, usa-  
dos no enfardamento de produtos de exportação, a exemplo do fu-  
mo. Os couros e peles eram preparados na indústria artesanal do  
local que utilizava principalmente a casca do angico para a curti-  
ção. Em menor escala comercializava também plumas de emas que, pe-  
la raridade, quase não foram referidas nas anotações dos viajan-  
tes do século passado. Os couros e peles eram comercializados pe-  
los caçadores, bodegueiros locais, barqueiros e/ou paqueteiros,  
armazéns locais e, finalmente, seguiam de Juazeiro pela via fér-  
rea para o porto de Salvador.

A maniçoba que dá a borracha era nativa da região; encontrava-se  
sobretudo nas serras e nas chapadas. Teve um grande surto por vol-  
ta dos anos de 1914 e 1917, a partir da demanda criada pela Iª  
Guerra Mundial. O preparo da borracha é também feito artesanalmen-  
te: colhia-se o látex e enrolava-se em formas de bolas que eram  
vendidas por peso. O látex era colhido por "geralistas" (3) que o  
vendia ao dono das terras ou o trocava por mercadorias nas bode-  
gas locais. Nesta época de grande cotação da borracha, houve uma  
relativa migração para a região, muita disputa por terras de ma-  
niçobais e também enriquecimento por parte daqueles que os explo-  
ravam. É interessante o relato de um estudioso da região:

"A exploração da maniçoba inscreveu uma página negra na . . .

---

(3) geralistas é como se denominavam as pessoas que viviam do alu-  
guel da sua força de trabalho, normalmente empregadas na pro-  
dução extrativista: seja da maniçoba, da carnaúba ou do caroá.

história do São Francisco, com todos os seus horrores da escravidão dos trabalhadores, fenômeno desgraçadamente verificado em várias regiões do Brasil (REGO, 1945).

Relatos orais também narram as disputas acirradas pelos maniçobais e sobretudo o processo de comercialização. Os compradores do látex geralmente andavam em grupos armados pois como portavam dinheiro eram submetidos não muito raramente a assaltos.

O caroá, fibra já utilizada pelos Índios para confecção de redes de pesca, começou a ter emprego industrial em torno de 1917 quando surgiram as dificuldades na importação de juta e a alta nos preços do algodão que pressionaram o seu uso como substituto destas fibras. O caroá cresceu concentrado em terrenos arenosos e podia ser colhido em qualquer época do ano. Mas, preferencialmente era cortado em épocas não chuvosas podendo em média retirar-se 500 a 800 kg de folhas por dia. Era quase sempre negociado com tropeiros e/ou donos das terras, pois somente eles tinham a condição de beneficiamento. Os grandes comerciantes procuraram instalar, na época, usinas de descorticação do caroá para exportá-lo já beneficiado. A fibra era usada na confecção de cordas e sacarias. Mais tarde, já na década de 1940, retomou-se o interesse por esta fibra. Algumas firmas norte-americanas desenvolveram pesquisa para utilização do caroá na confecção de tecidos, com excelentes resultados, e a partir daí tornou-se obrigatório, no Brasil, o uso de 10% de fibras nacionais na indústria de sacaria (ZARUR, 1941).

A carnaúba, tradicionalmente usada na região em total utilização, foi, por um bom período, o produto de maior peso na exportação dos produtos regionais, juntamente com os couros e peles. Apesar da carnaubeira ser totalmente aproveitada (madeira, palha, palmito) apenas a cera daí retirada era demandada para exportação. O processo de fabrico da cera era totalmente doméstico: depois de seca

das as palhas, batia-se até virar pó cuja fusão transformava-se na cera. A maioria dos pequenos agricultores, geralistas ou mesmo vaqueiros, agregados de uma maneira geral, fabricavam cera de carnaúba e comerciavam com o dono da terra. Os carnaubais eram nativos e concentravam-se em maior escala nos municípios de Pilão Arcado e Sento Sé, e pouco em Remanso. A posse dos carnaubais foi, como no caso da maniçoba, motivo de conflitos entre os grandes proprietários de terra e gerou mesmo a queda política de algumas famílias tradicionais.

Tal "economia do catado" se por um lado era um elemento substancial das transformações deste começo de século, por outro lado teve apenas uma função complementar para a economia regional.

Os produtos do catado proporcionaram uma relação de trocas muito mais estreitas entre litoral e sertão gerando uma produção incluída na pauta de exportação do Estado. Foi fator de enriquecimento de pequenos comerciantes, propiciando uma nova fase de mobilidade social na região. Criou uma cadeia de intermediários nas suas etapas de comercialização e estimulou a indústria artesanal engendrando novas ocupações sociais. Entretanto, foi para a economia regional uma atividade complementar, tanto pecuária como à agricultura de subsistência. Foi geradora de riquezas mas não de renda; isto é: os lucros obtidos no comércio podiam até serem aplicados na ampliação dos negócios, mas também tinham a finalidade primordial a compra de terras e/ou gado.

A comercialização dos produtos extrativos teve um caráter conjuntural e subsidiário na economia da região. Exatamente porque a produção extrativa ficou à deriva do mercado externo, sua comercialização não chegou a constituir-se num negócio individualizado. Estava sempre associado à pecuária. Havia um fluxo de capital do comércio para a pecuária, mas também da pecuária para o comércio quando os lucros aí apresentavam-se maiores. A atividade econômica era, portanto, diversificada.

De uma maneira geral, a população desta região do Médio São Francisco vivia eminentemente do rio. Tudo acontecia em função e a partir do rio. A base social formara-se em estreita dependência da vida ribeirinha. A atividade comercial perpassou as relações sociais. Os pequenos agricultores, sejam proprietários agregados (parceiros e arrendatários) ou posseiros, não prescindiam do comércio enquanto fonte complementar à sua subsistência que muitas vezes foi fator de remediação da sua condição social. Os grandes pecuaristas associavam — e era a regra — a essa condição a de grandes comerciantes locais, exclusivos e terminais da rede de intermediação interna a cada município. Foi pelo lucro obtido no comércio que eles aumentaram seu rebanho, ampliaram seus negócios como também se articularam com outras regiões.

A criação do gado bovino estava exclusivamente em mãos das famílias tradicionais, geralmente os povoadores destas localidades. Em Casa Nova é a família Viana que chegou à região no início do século XVIII na pessoa de José Manoel Nunes Vianna, já conhecido comerciante de boiadas. Em Sento Sé, a família Sento Sé, parentes dos Alves também pecuaristas que se instalou na segunda metade do século XIX. Em Remanso foram os Castelos Brancos ligados por laços de casamento aos herdeiros de Militão Plácido de França Antunes enriquecido nos tempos coloniais com o comércio de gado. Em Pilão Arcado os grandes pecuaristas e senhores das terras eram os Correias que ocuparam a região com currais desde o século XVIII.

A vida na ribeira propiciou uma total utilização da força e do tempo de trabalho. A agricultura era realizada em todos os meses do ano: fevereiro a outubro na vazante do rio, e de novembro a janeiro, na caatinga, aproveitando o período de chuvas. Além disso, os pequenos agricultores se ocupavam da pesca, do criatório de caprinos, da atividade extrativa e ainda da confecção de utensílios domésticos. Acrescente-se ainda o trabalho assalariado ocasional nas grandes fazendas.

Era na ribeira onde se localizavam as sedes municipais, centros administrativos e feiras para o abastecimento da população. Embora preponderantemente canal de escoamento da produção regional, o rio foi também o caminho privilegiado de comunicação social: durante a primeira metade do século XX, o transporte de passageiros era, regra geral, feito nos vapores da Companhia de Navegação do São Francisco.

As duas primeiras décadas do nosso século foi também o momento de aparelhamento das cidades: casas de comércio, instalações públicas, luz a motor diesel, iam dando um perfil mais urbano às sedes municipais e até configurando tipos sociais mais específicos.

Na ribeira, além das fazendas de gado predominavam as regiões agrícolas ocupadas por agregados (parceiros e/ou rendeiros), posseiros e outras categorias de pequenos produtores, referidos indistintamente como beiradeiros. o gado criado à solta nos pastos naturais era cuidado pelos vaqueiros das grandes fazendas. Estes vaqueiros — jamais acima de dois por fazenda — ganhavam geralmente como remuneração do seu trabalho, a "sorte" ou a "quarta" ; isto é: para cada quatro cabeças de gado nascidas, eles tinham direito a uma. Porém, este sistema não era cumprido a rigor.

"Se dava a sorte. Tinha quatro bezerros; a gente derrubava os quatro. Ele ferrava três para ele, e esse ficava aqui. Tinha esses aqui para ele e este aqui era meu, não era? Tá errado. Ele dizia: Voce vende este bezerro? Eu respondia: É, se o senhor quiser, vendo! O senhor não gosta de dar a sorte de gado arraçado... Ele confirmava: sendo uma racinha pouca eu dou, mas bem arraçado não dou não. Alí ele mesmo pãgava o bezerro pra gente!"(4)

Este depoimento de um antigo vaqueiro de Tonhá Sento Sé, coloca claramente as condições de trabalho nas fazendas de gado dos chefes políticos. Era uma relação de trabalho que segregava o traba-

---

(4) Domingos Gomes da Silva. Vila São Joaquim, out./86

lhador infringindo às próprias normas estabelecidas pelo patrão. Embora o contrato estabelecido fosse a quitação da criação de gado, havia o impedimento claro de apropriação do gado de raça, pelo vaqueiro; isto significava que o plantel do trabalhador não poderia ser melhorado.

Nas funções do vaqueiro constava também o comércio das boiadas. Além de olhar o gado no campo para saber o que precisava ser encurralado (as vacas paridas, o gado mais magro ou doente que precisasse tratar), o vaqueiro também ganhava para comercializar. O comércio de gado era um processo lento, custoso. Comercializava-se de Pilão Arcado e Sento Sé para Jacobina ou via Remanso para o Piauí; de Casa Nova e também Sento Sé, o gado era comercializado geralmente para Pernambuco via Juazeiro. O tempo da trajetória era proporcional ao tamanho da boiada e poderia levar de um a seis meses. O vaqueiro era remunerado conforme o tamanho da boiada, o percurso a cumprir e também recebia por cabeça que pegava nos campos.

O vaqueiro tinha ainda outras funções: era o encarregado de dar terra (do dono das fazendas) para os moradores cultivarem, cobrar a renda — se fosse o caso — e fazer a cabala dos candidatos do chefe político, em épocas eleitorais. Em contrapartida ele era dispensado da renda da terra e agraciado com outros favores enquanto exercesse a função. Os depoimentos orais (5) são abundantes em exemplificações deste tipo de relação de trabalho entre vaqueiros e grandes fazendeiros. Alguns chegam a apontar alguns casos especiais onde a condição de vaqueiro foi fator de remediação social, que na maioria das vezes era apenas circunstancial e raramente definitiva.

A pecuária, então, criada de maneira extensiva, comercializada esporadicamente e onde as relações de trabalho, nitidamente pré-capitalistas, estavam a critério do fazendeiro, jogava do ponto de vista da economia regional, um papel muito mais de reserva de ca

---

(5) Domingos Gomes da Silva e Antonio Ferreira da Costa, da Vila de São Joaquim, out/86; Bernardino Borges Evangelista, de Pilão Arcado, out/85.

pítais, de entesouramento, do que de acumulação geradora de lu  
cros.

A agricultura, com exceção do algodão, era estritamente para sub  
sistência e constituía-se em atividade básica dos pequenos produ  
tores. Cultivava-se o feijão, a mandioca, o milho, a abóbora e al  
gumas frutas: melancia, manga, abacate, banana etc. A mandioca  
era o cultivo mais comum, pois, além da facilidade da sua cultura,  
entrava como elemento básico na alimentação da população após sua  
transformação em farinha. Estes produtos agrícolas abasteciam tan  
bém as fazendas ou na forma de compra pelo grande proprietário, ou  
como pagamento dos contratos de renda.

Para o pequeno produtor, não havia dificuldades de acesso à terra,  
haja vista a abundância existente. Agregando-se, arrendando ou  
simplesmente apossando-se, o lavrador tinha garantido um pedaço  
de terra para o cultivo de sua subsistência. Os depoimentos orais  
são consensuais: tanto os lavradores como os proprietários regis  
tram a facilidade de acesso à terra. Isso se deveu não só ao fa  
tor abundância como também ao sistema de propriedade da terra na  
região. Existiram dois tipos de propriedades. As terras das ilhas  
que eram propriedades do Estado administradas pelas prefeituras  
municipais, e as terras do continente (caatinga/sequeiro/beirada)  
que eram propriedades particulares. Nestas últimas a propriedade  
tinha registro condominial, sem demarcação. Eram propriedades ge  
ralmente das famílias tradicionais, embora estivessem presentes  
pequenos proprietários, isto é, lavradores que adquiriram peque -  
nas extensões de terras com direito à posse (6). A dificuldade  
de demarcação tinha como decorrência a flexibilidade da posse e  
uso da terra.

As relações de trabalho diferenciavam-se conforme o proprietário  
ou mais exatamente conforme a conduta do chefe político local que

---

(6) À propósito do sistema de propriedade da terra na região, ver  
ATAÍDE, 1984.

que era o referencial/parâmetro para os demais. Nas terras públicas das ilhas, a conduta era mais ou menos homogênea: cobra-se o foro anual por tarefa de terra cultivada. Os depoimentos dos lavradores são unânimes em afirmar que tal foro era apenas uma pequena taxa que poderia ser paga com a venda de 2 a 4 cabeças de caprinos. Entretanto, alguns relatos revelam que havia ocasiões em que os chefes políticos também se apropriavam de terrenos nas ilhas, seja pelo seu poder de dominação seja utilizando subterfúgios como tais:

"uma ilha grande era arrendada perto de uma fazenda que quando o rio secava se juntavam; aí a preferência era do fazendeiro"(7).

Nas propriedades particulares, estas relações de trabalho diversificavam-se. Em Pilão Arcado, Franklin Lins de Albuquerque, chefe político local, dispensa a cobrança de renda nas suas terras, em troca de outros favores, como diz Wilson Lins:

"O dono da terra tinha a sua solta para o seu gado e a terra ele dava ao agregado para plantar de graça. Apenas este agregado tinha a obrigação de, em determinadas ocasiões — como a da vaquejada, por exemplo —, prestar serviços; limpeza de aguadas, conserto de curral, essas coisas que surgiam. O agregado pagava o aluguel da terra com dias de trabalho. E, no passado, o agregado era um jagunço em potencial... mas isso é coisa do passado, de antes de 1930..." (8).

Percebe-se então que o acesso a terra era um instrumento de captação de mão-de-obra para a manutenção da grande fazenda e também uma forma de sustentação política.

Em Sento Sé a conduta é a mesma, conforme se vê no depoimento:

"Terra da beirada do rio ele dava de graça para todo mundo. Lá um dia ele queria fazer um serviço pesado ,

---

(7) Miguel Brito. Sento Sé, out./86

(8) Wilson Lins. Salvador, set/85

procurava então aqueles moradores e pagava o total do dia. Mas os que tinham terra dele, tudo votava nele. E se tivesse um que dava o voto contra, aí ele botava pra fora. Ele nunca perdeu uma eleição! Ele era uma pessoa que não tinha pena de soltar, num sabe?!" (9).

Este depoimento que se refere a Tonhá Sento Sé, mostra dos desdobramentos das relações de produção que vão no mesmo sentido do que acontece em Pilão Arcado; se neste município, todo "agregado era jagunço em potencial", naquele os agregados eram eleitores in condicionais da família Sento Sé. Porém, apesar do chefe político tentar uniformizar as relações de trabalho, em Sento Sé, alguns membros da família adotavam outras condutas. Na conhecida fazenda das Pedras de propriedade do Dr. Custódio Sento Sé, a cobrança de renda era feita em dinheiro e variava conforme o tamanho da roça, isto é a quantidade de tarefas de terra plantada. Outro tipo de relação de trabalho existente em Sento Sé era a parceria feita en tre pequenos proprietários com títulos de posse onde a produção era dividida ao meio (no caso do proprietário fornecer a semente) ou o lavrador pagava 1/4 da produção.

Já em Casa Nova as relações de trabalho eram mais equacionadas ainda pela iniciativa do chefe local. As terras das caatingas eram preferencialmente de posse dos pequenos agricultores; nas grandes fazendas a agregação se fazia pela troca de serviços — os agregados não pagavam renda e em troca prestavam serviços. Na beirada, a relação de trabalho era preferencialmente de assalariamento (10). No município de Remanso, repetia-se a prática de Pi lãõ Arcado e Sento Sé.

A agricultura teve assim um papel de retaguarda para a economia regional — abastece a população local pelo sistema de auto-consumo e/ou subsistência. As relações sociais decorrentes possibilitavam o fácil acesso do pequeno agricultor à terra e em contraparti

---

(9) Miguel Brito. Sento Sé. out/86

(10) Ver depoimento de Lauro Viana, Casa Nova, out/86 e Venceslau dos Santos, Vila São Joaquim, out/86

da legitimavam a propriedade das grandes fazendas, ampliando a base social dos chefes políticos na medida em que era um elemento delimitador da sua respectiva clientela. Fixava a mão de obra para a grande propriedade além de beneficiar a terra com serviços para o seu sustento (cacimbas, cercas etc) ou com serviços trocados pelo aluguel da terra.

As demais atividades do campesinato complementavam a sua subsistência. Além da extração da cera da carnaúba e outros produtos, os pequenos agricultores utilizavam também a pesca como atividade complementar. Quase toda a população de pequenos agricultores praticavam a pesca; eram raros aqueles que se dedicavam a esta atividade exclusivamente. Ela estava associada à agricultura tanto para a alimentação como de renda excedente. Isto é: o pescado que não era consumido poderia ser vendido para a compra de outros produtos necessários à sobrevivência da família camponesa.

Na região em estudo existiam dois sistemas de pescaria. O mais simples era a pesca feita no rio, de anzol ou de rede que podia ser feita em qualquer época do ano. Porém, o sistema mais produtivo e mais utilizado era a pesca nas lagoas. Na época da vazante do rio formavam-se lagoas em diversos pontos do seu curso. As depressões do leito do rio permitiam a formação de lagoas com às vezes dois metros de profundidade. Na época da vazante — fevereiro a outubro — intensificava-se a atividade pesqueira e numa boa pescaria podia-se pegar até 60/80 quilos de peixe (11). A pesca na lagoa era normatizada pela prefeitura. Era necessária uma ordem expressa do executivo municipal para que se pudesse dar início à tarrafeação e/ou arrasto sob pena de prisão ou multa. Liberados para a pesca, os lavradores/pescadores começavam a organizarem-se contratando lagoas para trabalharem. Nas lagoas sob jurisdição da prefeitura era necessário tirar a licença. Nas lagoas

---

(11) Miguel Brito. Sento Sé, out/86

particulares, isto é, localizadas no interior das grandes fazendas, os pescadores arrendavam. A renda era paga com um terço da produção e estabelecia para o pescador arrendatário, o monopólio sobre aquela lagoa, durante a temporada.

A pescaria era um trabalho quase sempre coletivo seja na rede ou na tarrafa. Neste trabalho geralmente participavam uma média de dez homens que dividiam equitativamente a parte do pescado (2/3) que cabia ao dono da rede depois de tirada a parte da renda (1/3) do dono da terra.

A divisão do pescado era feita com o peixe fresco e cada qual fazia o processamento da sua parte. O peixe preparado para a comercialização era salgado, trabalho geralmente feito pelas mulheres. Depois da primeira salga, o peixe era vendido aos comerciantes locais que faziam nova salga, acabavam de secar, enfardavam e exportavam para Juazeiro e/ou outros mercados.

A economia regional teve assim sua base no tripé: pecuária, agricultura, extrativismo. A pecuária para o entesouramento, a agricultura para subsistência e o extrativismo de produtos de exportação como fonte de acumulação para os grandes fazendeiros/comerciantes e renda complementar para agricultores/pescadores.

Do ponto de vista social, a região em questão teve sua conformação baseada na relação grandes fazendeiros versus agregados. Entretanto, a atividade comercial e outras estratégias de sobrevivência da população não só estabeleceram novas relações como foram elementos que permitiram aos expropriados outras formas de inserção social. O fato de comerciar em diferentes portos, mantendo negócios com diferentes agentes e a ocorrência de casos de enriquecimento através do comércio, fez com que a sociedade local consolidasse um perfil muito específico de relações políticas e sociais onde, se por um lado, a dominação era incontestável, por outro, existiam muitas formas de fugir-se dela. Isto é: a diversificação das atividades econômicas — pecuária, agricultura e sobre-

tudo o comércio — que poderiam ser exercidas tanto simultânea quanto alternativamente, às vezes significava mudar de patrão ou, no mínimo, o seu lugar na cadeia das relações de dominação. Quando um produtor resolvia ser paqueteiro e fazer o frete da sua produção ele já eliminava um elo na intermediação da venda do seu produto. O lavrador podia ainda plantar apenas nas épocas de vazante na beira do rio e ser comerciante de barca (arrendando ou mesmo comprando) durante a cheia do rio. Nestes casos, a inserção no comércio podia significar uma mudança de patrão: do dono da terra para o dono da barca. Esta relativa mobilidade social criou na população a expectativa de uma ascensão social — que em alguns casos se concretiza — camuflando a real superexploração a que vivia submetido do a força de trabalho.

Em outro nível, entre os despossuídos, as relações sociais incluíam diferentes formas de solidariedade, também no processo produtivo como a troca de dia. Nestas ocasiões era comum o dono da roça matar um bode e fazer a distribuição de carne entre aqueles que vinham trabalhar na sua roça. Ou como a distribuição equitativa do pescado, ou ainda o pagamento do paqueteiro em gêneros (12).

Tem-se portanto nesta região do baixo médio São Francisco, uma sociedade agropastoril, debilmente articulada aos grandes mercados nacionais e internacionais através da exportação de produtos extra-tivos semi-beneficiados, cuja maior parte dos lucros ficava na mão dos grandes fazendeiros que também eram grandes comerciantes.

### 3. Consolidação do Poder Regional

O processo de formação do poder nesta região do baixo médio São Francisco teve, durante a primeira República, uma conjuntura de consolidação que só foi modificada no final dos anos 30. Neste mo

(12) Ver depoimentos de Carolino Marques da Cruz e de Antonio Joaquim Oliveira. Sento Sé, ago/85.

mento das três primeiras décadas do nosso século, consolidou-se as alianças políticas que afirmaram no poder os grandes fazendeiros / comerciantes locais e foram desenvolvidos os mecanismos de mando que especificaram a organização política da região em questão.

Na primeira década, o poder político estava definido territorialmente pelas famílias tradicionais, a partir da propriedade da terra. Estas famílias donas das terras e de gado ocupavam também os cargos políticos municipais. A luta política em Pilão Arcado entre Franklin Lins de Albuquerque e a família Correa de Queiroz com a consequente vitória do primeiro, mudou a dinâmica das relações entre os coronéis locais. Franklin, pequeno comerciante local, interessou-se pelo comércio da borracha a partir do qual enriqueceu passando a comprar mais terra, mais gado e ampliando seus negócios, o que significou ascender a outros níveis de relações comerciais e criar condições de defesa dos negócios ampliados. Na medida em que a atividade comercial de Franklin foi-se avolumando, ele foi procurando mercados maiores e nas localidades mais adiantadas, comerciantes maiores. Passou então a possuir um comércio externo à região. Isso implicou também na necessidade de manter um sistema de proteção armada para o comércio ambulante à longa distância, ou buscar esta proteção em algum coronel. Franklin preferiu manter sua própria proteção armada o que ocasionou desconfiança dos chefes políticos locais (13). Esta desconfiança foi-se transformando em arestas na relação entre Franklin e Antonio Correa de Queiroz até que explodiu o confronto definitivo.

Por volta de 1918, uma disputa por terras de carnaubais resulta num conflito armado entre Franklin e os Correias, Esta luta envolveu os coronéis da região, principalmente o Chico Leóbas do Caroá (Remanso) que entrou em defesa dos Correias. Em Sento Sé o coronel Janjão defendeu suas terras procurando acordos com os beligerantes, sem tomar partido. Os Vianas não foram envolvidos e os Caste-

---

(13) A ascensão de Franklin será melhor tratada no Cap. III

los Brancos também adotam uma atitude de expectativa sem chegar a envolver-se diretamente no conflito armado, mas mantiveram-se alertas para a possibilidade de socorro a Franklin.

Os depoimentos relatam que a luta durou mais ou menos três a quatro noites. As forças de Franklin respondendo ao cerco à sua casa e obrigaram os Correias a renderem-se. Muitos abandonaram a cidade, outros permaneceram, mas foram derrotados. Os Correias chegaram a buscar apoio do governo estadual que diante da derrota eminente dos mesmos, resolveu não intervir.

Este conflito reorganizou as alianças entre os coronéis da região colocando como arqui-adversários Chico Leóbas e Franklin Lins de Albuquerque. O Sentos Sés, os os Castelos Brancos procuraram atrair o novo chefe de Pilão Arcado — o coronel Franklin. Estas alianças mantiveram-se até 1930.

As alianças políticas foram fator de estabilização do poder de cada coronel e mesmo da região como um todo. Mas, a sustentação do poder era dada pela base econômica e pelos mecanismos propriamente políticos que os coronéis desenvolveram.

De uma maneira geral, a base econômica dos coronéis da região era praticamente a mesma. A abundância de terras mais as pastagens naturais faziam da pecuária a atividade tradicional da região. Criada sempre de maneira extensiva, predominavam os rebanhos de caprinos, que não exigiam maiores cuidados. A criação de caprinos era feita por todas as categorias sociais e para o auto-consumo sendo apenas os couros e peles comercializáveis. A criação do bovino predominantemente feita pelos grandes proprietários era o padrão do poder econômico da região.

Depoimentos coletados testemunham a constatação:

"o povo chamava de rico naquela época quando tinha umas duzentas a trezentas cabeças de gado". (14)

---

(14) Teodulo Teixeira de Medeiros. Pilão Arcado, ago/85

"um grande criador era aquele que ganhava, vamos dizer, cem bezeros por ano". (15)

Era, portanto, o gado e não a extensão de terras que determinava a estratificação social. Apenas o bovino requeria atenções especiais e particularmente na seca e na engorda. Na seca, o rebanho era levado para as regiões ribeirinhas. No tempo das chuvas, quando as pastagens estavam molhadas e portanto impróprias à alimentação, o gado era encurralado para ser abastecido com o corte da palma e/ou capim fenizado; incluía-se também as vacas paridas pois necessitavam engordar com fins à comercialização dos derivados.

Apesar da base econômica comum aos coronéis da região, havia particularidades que os diferenciavam.

Franklin assumiu o poder com características muito próprias do seu perfil. Familiarizado com o comércio, teve nesta atividade sua fonte de recursos para investir na pecuária. Atente-se para o fato de que foi no município de Pilão Arcado onde se concentravam os carnaubais e os maniçobais da região (dos quatro municípios em questão). Ele comercializava todas as espécies de produtos, tornando-se o comprador final do município. Criou todo um sistema de centralização das mercadorias que ia desde o "financiamento" de paqueteiros e/ou tropeiros até à instituição do barracão. Conseguiu daí criar uma imagem de comerciante/político/fazendeiro empreendedor. Se por um lado tal imagem tinha um componente de acolhimento muito forte, revelava também a base militar de sua força e criatividade. Foi a conjugação destes dois elementos — o tino comercial e o exército particular — que fez de Franklin a maior liderança regional.

Sento Sé era dos quatro municípios onde o isolamento se configurou de maneira mais marcante. Único na margem direita do rio, teve aí

---

(15) Wilson Lins. Salvador, set/85

seu meio de comunicação exclusivo. Isso fez com que os ribeirinhos preferissem a articulação com outros centros de mais fácil acesso — via rio — que com a sede municipal — seja para recorrer a serviços, seja para comercializar seus produtos.

A família Sento Sé dedicou-se muito mais à pecuária que ao comércio, embora aproveitasse bem o comércio da cera da carnaúba e o do algodão. Talvez por não ter tido regiões limítrofes com os outros coronéis da região, a conduta política dos coronéis da família Sento Sé (Janjão e depois Tonhá) foi a de proteger seus territórios, isto é, sua área de dominação que ia um pouco mais além das suas propriedades, sem intervir nas lutas entre vizinhos, a não ser em situações de conflagração generalizada.

Atente-se também para o fato de que as sedes municipais da circunvizinhanças eram muito distantes, o que dificultava o acesso e agravava o isolamento.

O município de Remanso tinha uma situação privilegiada frente aos demais pela sua posição geográfica. Ponto de confluência do Piauí, Ceará, Maranhão que comerciavam com as embarcações do São Francisco. O porto de Remanso era parada obrigatória para os negociantes que circulavam na região tanto pela terra como pelo rio; existiu aí, inclusive, um estaleiro para manutenção das barcas. A topografia porém impediu um maior crescimento da cidade, haja vista ter sido construída entre a serra e o rio. Dominava a cidade a família Castelo Branco, ligada por laços de casamento a Leóbas de França Antunes (Leóbas) e os Castelos Brancos (Anfilófilo) que ora estavam aliados, ora adversários; a atividade comercial era preponderantemente privilegiada pelo coronel Anfilófilo que era o chefe político local, residente na sede municipal. Leóbas, que morava na fazenda Carová preferiu a pecuária como sua atividade principal.

Casa Nova, embora integrado à região, mantinha ligações mais estreitas com Juazeiro devido à facilidade de acesso. Originada de

uma povoação que vivia do fabrico do sal, o município de Casa Nova procurou manter sua tradição industrial com a criação de curtumes e beneficiamento do algodão. A família Viana era grande proprietária local cuja base econômica se diversificava por todos os ramos de atividade. Família numerosa conseguiu estabelecer uma "divisão do trabalho" interna, constituindo-se numa verdadeira oligarquia. Possuía as melhores terras do município onde criava gado, plantava algodão e arrendava terra para a agricultura alimentar; possuía casas exportadoras em Juazeiro e era também dona de barcas. Controlava uma rede e agentes comerciais dentre os quais o principal era o Viana Braga, de Remanso. A família Viana, aliás, já tinha a tradição do mando político cujo exemplo mais notável foi o velho conselheiro Luiz Vianna, chefe da primeira oligarquia baiana na República.

Entre os coronéis da região, a família Viana é a que possuía uma organização de mando mais organizada. (16). Nas primeiras décadas deste século, a liderança estava nas mãos de Antonio Honorato de Castro, casado com Isabelinha Vianna, irmã do conselheiro Luiz Vianna.

O território dos Vianas — Casa Nova — era delimitado e estendia sua influência política tanto no sentido de Remanso como de Juazeiro. Caracterizavam-se pela não ingerência nos conflitos locais, ao contrário, agiam como elementos mediadores nos mesmos.

Ao final da primeira década deste século as alianças políticas entre os coronéis da região estavam assim definidas:

Franklin Lins de Albuquerque permanecia ligado estreitamente aos Castelos Brancos e com alianças eventuais com os Sentos Sés. Leóbas de França Antunes em conflito permanente com Franklin e ocasionalmente com Anfilófilo Castelo Branco; suas relações com os Sentos Sés, embora estremeçadas não chegavam ao conflito. Os Vianas

---

(16) O perfil da dominação política em cada município será tratado mais adiante, neste capítulo.

em Casa Nova conformava um "território neutro", ao mesmo tempo distanciados e aliados dos demais chefes políticos.

Acontecimentos na instância estadual do poder projetaram nacionalmente estes coronéis do sertão. Isso tanto contribuiu para redimensionar o poder coronelista em geral como de alguns chefes políticos em particular. Nestas oportunidades também se reorganizavam as alianças locais, algumas vezes até mudando a correlação de forças entre coronéis e dos coronéis com o próprio governo estadual.

Os momentos eleitorais eram as ocasiões onde se acirravam as lutas pelo poder. Se na capital tais lutas eram materializadas na reformulação/reordenamento dos partidos políticos, circunscrevendo-se portanto ao processo eleitoral, no interior do Estado, sobretudo no sertão, esta era a oportunidade de desaguar toda série de oposições: desde vinganças pessoais até a disputa por cargos públicos municipais.

As campanhas eleitorais funcionavam assim como uma espécie de permissão para confrontos e então toda espécie de conflito latente evidenciava-se. Na verdade o que estavam em jogo não era exatamente tal ou qual candidato, mas a possibilidade de ampliar a clientela, expandir a dominação por outras áreas, fortalecer enfim o seu poder.

Especialmente no sertão estes conflitos assumiam às vezes proporções inusitadas pois, quase sempre, engendravam lutas armadas. Mantivessem ou não exércitos particulares, era prática dos coronéis do sertão procurar algum aliado — fossem cangaceiros, jagunços ou outros coronéis — para sua defesa em armas.

Sem dúvida o apoio do executivo e/ou legislativo estadual era um referendium fundamental ao poder do coronel; mas não era ele quem constituía a base do seu poder. As relações entre as instâncias do poder (municipal - estadual) interferem apenas na estabilidade ou não do coronel, mas não determinam o seu poderio.

Na região em questão, algumas ocasiões demonstram como os coronéis podiam prescindir e até confrontar o poder estadual. Na disputa entre Franklin e os Correias em 1918, o governo estadual chegou a enviar tropas em apoio aos Correias mas diante da tendência de vitória de Franklin, recuou e acabou acatando o novo chefe. Em 1926, num conflito entre Leóbas e Janjão Sento Sé, o governo estadual veio novamente em apoio ao derrotado (Leóbas) e acabou por optar pela não intervenção.

De uma maneira geral, os governadores procuraram reproduzir a política de Campos Sales (1902-1906) de não ingerências nas disputas das oligarquias estaduais. Porém, em alguns momentos esta relação foi questionada.

O ano de 1919-1920, já conhecido como o momento típico deste contexto, foi bastante significativo também para esta região do baixo médio São Francisco.

A vitória eleitoral dada a J.J. Seabra para a sucessão de 1920 ao Governo do Estado despertou velhas rixas políticas. J.J. Seabra quando do seu governo de 1912 a 1916 havia feito uma Reforma Administrativa no Estado (1915) que estabelecia a nomeação dos intendentes municipais pelo executivo estadual ao invés da prática de eleições que vigoraram até esta data. Isto criou um descontentamento generalizado entre os coronéis do interior, sobretudo naqueles que não participavam da sua corrente política, como era o caso de Horário de Matos das Lavras Diamantinas.

No processo eleitoral para sucessão de Moniz de Aragão, envolveu-se Horário de Matos, velho coronel das Lavras Diamantinas. E aí entrou em jogo não só o seu apoio ao candidato Paulo Fontes, como também sua rivalidade com o coronel Cesar Sá, de Lençóis, seabrista, que no momento cumpria mandato no Senado Estadual. Houve uma conflagração de lutas no sertão da Bahia e neste conflito o coronel Horário de Matos não ficou só: contou com aliados como Franklin

Lins de Albuquerque de Pilão Arcado e Anfilófilo Castelo Branco, de Remanso, entre outros. O Governo do Estado pediu a intervenção federal reconhecendo assim que sua política não era capaz de conter a Revolta Sertaneja dos coronéis em armas. Tal solicitação teve repercussão nacional, sendo inclusive objeto de polêmica jurídica entre Rui Barbosa — senador federal — e Epitácio Pessoa, presidente da República. O Governo Federal interveio dando posse a Seabra, mas também ampliando o poder dos coronéis do sertão.

Estudiosos do assunto (17) referem-se aos entendimentos entre governo federal e coronéis como "Tratados de Paz" onde as partes negociam um pacto com mútuas vantagens. Fora de dúvida, o fato do governo federal negociar diretamente com os coronéis, significou o reconhecimento de sua força, independente da autoridade estadual. Como resultado das negociações, os coronéis reconheceram Seabra como sucessor de Moniz e ficam com o poder de nomeação de um deputado e um senador estaduais além dos cargos públicos da comarca a qual pertenciam. Estes "tratados" foram assinados em Lençóis, em Remanso e em Castro Alves com as respectivas lideranças coronelistas de cada área.

Em Remanso foi criada a "Junta Revolucionária do São Francisco para libertação da Bahia" (18) que tinha como presidente o Cel. Anfilófilo Castelo Branco, vice Abílio Araújo (de Santa Rita do Rio Preto), secretário geral Rosalvo Teixeira (de Xique-Xique) que fizera seu representante o advogado Cordeiro de Miranda. Participaram ainda com destaque Lindolpho Estrela, de Casa Nova, Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, Janjão Sento Sé, de Sento Sé e Abílio Wolney, de Barreiras. Além de mobilizar um significativo contingente de homens armados, a Junta Revolucionária aprisionou com as suas respectivas cargas, três vapores da Viação do São Francisco. Entre as justificativas para a organização da "Junta Revolucionária do São Francisco para a libertação da Bahia" estavam a ne

(17) PAÍNG, 1979: 134-150 e SAMPALIO, 1975

(18) Diário de Remanso de 10 de Março de 1920.

cessidade de lutar pelo direito de voto e portanto eleger também os intendentes municipais; a adesão à luta oposicionista do Estado que não reconhecia a vitória dada a Seabra; o protesto contra "a criminosa distribuição das rendas Municipais entre meia dúzia de indivíduos" (19) como também a disposição e confrontar a força pública que investia contra os amigos dos chefes políticos locais.

O Governo federal interveio e os "revolucionários" do São Francisco acolheram a intervenção federal como uma atitude saneadora do presidente da República e, de certa forma, uma vitória da oposição.

O Comandante da Região Militar da Bahia enviou emissários para Remanso a fim de negociar com o coronel Anfilóbio que acabou assinando o "Acordo de Remanso" onde, em troca da paralização do movimento no São Francisco, isto é o desarmamento e a devolução dos vapores da Viação do São Francisco, isentava os coronéis conflagrados de qualquer responsabilidade civil ou criminal pelos atos praticados durante o movimento, e reconhecia o coronel Anfilóbio como representante político de três municípios: Remanso, Xique-Xique e Casa Nova. Em troca, os coronéis "respeitarão e acatarão o futuro governador da Bahia, vendo nele a pessoa do General Cardoso de Aguiar MD commandante da região Militar da Bahia" (20).

Este foi um momento muito importante para a correlação de forças políticas na região em estudo. Foi um momento de inserção destes coronéis num circuito muito mais amplo de jogo/luta política. A partir deste evento de 1919-1920, os coronéis projetaram-se nacionalmente, tornaram-se objetos de atenções dos políticos e/ou partidos do centro-sul que dominavam a política nacional. Isso significou concretamente acesso direto à Presidência da República ao cenário nacional. Exatamente a partir de 1920, reverteu-se as relações entre as instâncias municipal e estadual; se antes o executivo es-

(19) Diário de Remanso, 10 de março 1920, p. 3.

(20) Idem, p. 4.

tadual era quem nomeava os intendentes municipais, agora esses não só estes eram eleitos pelos coronéis, como também pouco dependiam do governo do Estado, uma vez que também juizes e delegados eram nomeados pelos coronéis.

Esta nova situação deu um outro status político aos coronéis que haviam participado da chamada Revolução Sertaneja, e no São Francisco à Anfilófilo Castelo Branco.

Esta articulação entre coronéis teve outro momento de destaque por ocasião da passagem da Coluna Prestes pelo Sertão da Bahia. Desta vez os coronéis do sertão foram convocados pelo governo federal, especificamente pelo General Góes Monteiro — da Chapada do Vale do São Francisco — com poderes de comandar tropas de voluntários, de armar batalhões civis e arregimentar quantos homens fossem necessários para a expulsão da Coluna Prestes do país. E isto foi feito conjuntamente pelos coronéis aliados a Horácio de Matos entre os quais destacava-se Franklin Lins de Albuquerque. O exército nacional deu todo apoio logístico em armamentos, fardamentos e financiou a compra de mantimentos. Franklin liderou a perseguição final à Coluna, expulsando-a do país nos limites com a Bolívia.

Tais eventos foram oportunidade ímpares de alargar a base de poder e influência política de alguns coronéis, pois tinham a prerrogativa legal de reforçar seus exércitos particulares como também consolidarem uma ascendência sobre outros líderes locais.

Sem dúvida nenhuma o retorno destas prestações de serviços aos "interesses nacionais" foi fator decisivo de inserção de determinados coronéis, e particularmente de Franklin Lins de Albuquerque, no circuito do poder político tanto no nível nacional como no estadual. A partir daí Franklin manteve relações mais diretas com os mais diversos setores militares e políticos, o que resultou numa legitimação maior da sua liderança regional.

A projeção nacional do coronel Franklin definiu também mais efeti-

vamente as alianças políticas locais. A família Correa Queiroz já não tinha mais liderança política em Pilão Arcado e procura inclusive aliar-se aos Lins de Albuquerque por laços de casamento. A família Sento Sé aliou-se definitivamente a Franklin opondo-se, inclusive através de conflitos armados, a Leóbas de França Antunes. E os Castelos Brancos de Remanso permaneceram mais que nunca aliados do coronel Franklin. Os Vianas de Casa Nova, se por um lado respeitavam a liderança política de Franklin, pelo outro tinham, nas suas tradicionais alianças na esfera do poder estadual, anteparo político capaz de manter a soberania. Havia inclusive uma tendência dos Vianas em estender sua influência política para a área de Juazeiro e circunvizinhança poupando-se da disputa pelas áreas de Remanso e Sento Sé.

A década de 1920-1930 foi para a história política de Daixo Médio São Francisco, particularmente os municípios de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova, um momento de consolidação das alianças regionais definindo um pacto de poder que embora abalado pelas conjunções da Revolução de 30, manteve-se, praticamente nas mesmas bases, até os anos 50.

A prática de alianças políticas, entretanto, não era a única forma de consolidar o poder dos coronéis; é uma faceta importante, mas não única.

O domínio coronelístico é um sistema mais complexo com implicações econômicas e sociais. Especificamente na região em estudo, o mecanismo de mando e as bases do poder extrapolaram a esfera própria da prática política até a econômica e social.

Os circuitos comerciais, por exemplo, foram um dos elementos constitutivos desta base de poder na medida em que estratificados socialmente serviram de instrumento de dominação dos coronéis/fazendeiros/grandes comerciantes sobre os produtores/paqueteiros, bodegueiros ou tropeiros.

O comércio como elemento vitalizador da economia regional era um espaço social muito importante para a consolidação do poder local. O papel de articulador que o coronel desempenhou na atividade comercial, foi uma das formas de consolidação do seu poder na medida em que reservava para si o domínio de um circuito mais amplo e mais lucrativo, estrategicamente externo à região. Isto fez do coronel uma referência comercial, ampliando sua capacidade de dominação. O comércio organizava-se em circuitos diferenciados, estratificado conforme a "nobreza" dos produtos. Os coronéis situavam-se no ponto mais alto desta estratificação, detendo, portanto, a melhor parte dos lucros.

Excluído-se a comercialização do gado bovino, feita apenas pelos grandes fazendeiros, os circuitos comerciais davam-se preponderantemente pelo rio, tendo como agentes tanto os produtores como os pequenos e grandes comerciantes, que utilizavam como transporte desde as grandes barcas até os paquetes, por onde circulam toda sorte de produtos. A atividade comercial que havia sido impulsionada com o estabelecimento da conexão rio/ferrovia (1896), permaneceu durante todo o período da primeira República como a atividade mais lucrativa da região. A comercialização passava por uma cadeia de intermediação cujo comprador final é o coronel que negociava diretamente com as casas exportadoras que eram também agentes dos principais Bancos da praça de Salvador como o Banco da Bahia, por exemplo.

A circulação era organizada em dois circuitos: o primeiro, extrativo exportador onde circulavam os couros e peles, a cera da carnaúba, a borracha de maniçoba, o peixe e também o algodão, descendo o rio; e querosene, fósforos, tecidos, sal e produtos industrializados em geral, subindo o rio. O segundo, agro-abastecedor onde circulavam a rapadura, o aguardente, a farinha de mandioca e produtos agrícolas em geral. Tais circuitos eram delimitados basicamente pelo destino/finalidade das mercadorias e numa outra ins

tância pelos seus respectivos agentes e transportes, embora com uma relativa flexibilidade.

Durante os anos 20 até aproximadamente meados dos anos 40, os produtos de exportação tinham como mercados terminais da região o porto de Juazeiro (e também Petrolina) de onde seguiam, via férrea para Salvador.

As grandes casas exportadoras de Juazeiro eram as receptoras destes produtos — Viana Braga, Sinval da Cruz, Sandoval Duarte, Otacílio Nunes de Souza e Barreto de Araújo. Estas casas exportadoras funcionavam também como casas bancárias; isto é: faziam serviços de cobranças e emprestavam dinheiro a comerciantes. Conforme depoimentos, este capital circulante provinha de bancos da capital que pagavam 3% das transações efetuadas à estas casas exportadoras. Neste eixo Juazeiro-Petrolina estavam também os principais pontos de beneficiamento das mercadorias exportáveis: os curtumes "Irmãos Coelho", usinas de óleo, decorticação de algodão e também as usinas desfibradoras do caroá.

Dos produtos de exportação que circulavam no primeiro circuito, os couros e peles eram os mais frequentes; isto é: sua produção permanecia sempre constante e com pouca variação na demanda, e uma relativa estabilidade no preço.

Entre os exportadores mais importantes do Estado, seis eram de Juazeiro: Araújo & Cia. Irmão, Viana Braga & Cia., Comercial de Couros e Pelles Ltda, Rossbach Brasil Company, Otacílio Nunes de Souza, todas sediadas em Juazeiro, sendo que a Viana Braga & Cia também possuía uma agência em Salvador. Os dados a seguir confirmam a estabilidade dos preços e da quantidade produzida que embora digam respeito a todo o Estado, pode-se imaginar o mesmo comportamento na região sanfranciscana. (ver quadro nº 2)

## QUADRO Nº 2: EXPORTAÇÃO DE COUROS E PELES DO ESTADO DA BAHIA

ANO	KILOGRAMA	VALOR OFICIAL
1920	3.514.512	8.607:000\$000
1921	4.459.007	6.538:370\$000
1922	5.505.479	9.344:899\$000
1923	5.603.216	13.397:470\$000
1924	5.808.466	12.492:657\$900
1930	4.639.895	6.968:325\$000
1931	6.234.902	10.117:968\$000
1932	4.361.699	6.498:542\$000
1933	7.161.334	11.455.286\$000
1934	6.521.960	13.484:673\$000

Fontes: SALPAIO, 1925 e CASTRO, 1936.

Outro produto também frequente na região era a cera da carnaúba, produzida durante todo o período da primeira República, com abundância nesta região do baixo médio São Francisco. Embora não existam estatísticas que registrem sua produção, os depoimentos orais revelam que este produto sempre teve um espaço na pauta de exportação, tendo como melhores anos, de 1920 e até mais ou menos 1926, e depois 1930. A borracha de maniçoba e em menor quantidade a borracha de mangabeira, teve uma demanda mais acentuada por volta de 1910 e 1916, durante a 1ª Guerra Mundial. O caroá estava presente também como um produto exportável desta região concentrando-se mais na região das Quedas do São Francisco; sua melhor fase foi por volta de 1917 e depois em 1939.

O algodão (também outras culturas como a maniçoba), teve nas primeiras décadas deste século uma série de incentivos governamentais, para incremento da cultura e do beneficiamento. A lei nº 703 de 21 de setembro de 1906, por exemplo "autoriza a concessão

de fatores aos agricultores do Estado que se dedicaram à planta-  
ção e beneficiamento do algodoeiro, henequem, caroá ou qualquer ou-  
tra planta têxtil de reconhecida utilidade pública". Em 1916, ou-  
tra Lei (nº 1161) cedia terras devolutas a estrangeiros e nacio-  
nais, durante 5 anos, para plantar algodão. Em 1923, o governo isen-  
tava de grande parte dos impostos as companhias que se organizarem  
para cultura e beneficiamento do algodão no Estado.

A cultura do algodão foi assim largamente fomentada a partir dos  
anos 20, pressionada pela demanda das indústrias têxteis, sempre  
superior à produção, não só no sentido da expansão como da melho-  
ria de sementes e de aparelhos para o descaroçamento. Era na ver-  
dade uma campanha nacional que tinha em vista a substituição do  
café pelo algodão como produto cuja aceitação mundial mais abran-  
gente, poderia equilibrar a economia do país (ZARUR, 1947).

Na região do baixo médio São Francisco, o algodão teve sua fase  
aúrea na primeira metade do século e era produto de comercializa-  
ção exclusiva dos grandes proprietários. Generalizou-se, neste pe-  
ríodo, na região, a instalação de usinas de beneficiamento (desca-  
roçadeiras), que funcionavam como centros de comercialização de  
produtos de exportação também exclusivos do grande proprietário  
onde, além do algodão, figuravam a cera da carnaúba e os couros  
e peles. Estas usinas foram instaladas em todas as sedes municí-  
pais, e geralmente eram de propriedade do chefe político local.  
Ainda como produto exportável estava o peixe salgado, atividade  
constante do pequeno agricultor tanto para o seu consumo como pa-  
ra a venda do excedente, o que complementava a sua renda. A pesca  
foi uma atividade tradicional que só veio a ser modificada no fi-  
nal dos anos 70 com a construção da Barragem de Sobradinho. Todos  
estes produtos eram coletados pelos pequenos agricultores, trans-  
formados artesanalmente pelos mesmos e comercializados nas usinas  
dos grandes comerciantes/chefes políticos locais.

Entre os quatro municípios em estudo, o porto de maior importân-

cia era o de Remanso. A cidade de Remanso era um mercado ininterrupto, ao contrário das cidades que tinham apenas um dia de feira por semana. Além dos produtos de exportação do próprio município (maniçoba, peixe salgado, cera de carnaúba, couros e peles, e mais tarde o algodão), confluíam, para Remanso, produtos da região sul do Piauí — São Raimundo Nonato, Caracol, São João do Piauí, Oeiras, Campo do Buriti — que eram basicamente os couros e peles e o algodão, Remanso centralizou também parte da produção de couros e peles, cera de carnaúba, peixe salgado e bovinos de Sento Sé e em menor escala de Pilão Arcado.

Esses produtos de exportação do primeiro circuito eram trocados por mercadorias vindas de Juazeiro/Petrolina (sal, querosene, tecidos, farinha de trigo, fermento, café, bolachas etc) como também por mercadorias da própria região como rapadura cuja grande produção era de Santa Maria da Vitória, o fumo vindo de Brotas de Macaúbas via Xique-Xique e ainda a aguardente de Januária (MG).

Os agentes que comercializavam maior volume de mercadorias eram os grandes comerciantes, donos de armazéns que se articulavam diretamente com as grandes casas exportadoras de Juazeiro, muitas vezes na condição de sócio como foi o caso e José Braga Sobrinho, cunhado e um dos donos da Viana Braga. Neste caso eles fretavam as barcas para fazerem o transporte de suas mercadorias ou comerciavam com os donos das grandes barcas que faziam a intermediação.

Remanso era o porto mais aberto, mais movimentado, que comercializava o maior volume de mercadorias da região. Pilão Arcado e Sento Sé eram portos secundários neste circuito exportador; quando as mercadorias daí não confluíam para Remanso, eram comercializadas pelos grandes comerciantes locais — também grandes fazendeiros e chefes políticos — diretamente com a praça de Juazeiro via frete de barcas particulares e/ou da própria Viação do São Francisco. Os dois portos do município de Casa Nova — a sede municipal e o

povoado de Santana de Sobrado — privilegiados pela proximidade, comercializavam diretamente com Juazeiro e/ou Petrolina.

O preço era estabelecido pelos mercados terminais. Os comerciantes intermediários tinham como referência o preço da compra das casas exportadoras e a partir daí negociavam seu lucro. Assim, quanto menos intermediários, maior a margem de lucro — era o que faziam alguns dos grandes comerciantes/fazendeiros/chefe político impondo exclusividade nas transações com as casas exportadoras.

Em síntese: couros e peles, cera de carnaúba, peixe salgado e algodão, eram comercializados para exportação por uma rede de agentes que incluía desde o lavrador, o tropeiro, o pequeno comerciante da bodega, o grande comerciante dono de armazém passando por grandes e pequenos barqueiros, até as casas exportadoras de Juazeiro e Petrolina. Tinham como contrapartida os produtos industrializados que num fluxo contrário passava pela mesma cadeia de intermediação. A relação final deste circuito podia se dar em dois níveis: direto, quando o exportador financiava o comprador incluindo o frete, ou indireto quando o dono da barca era quem comprava do comerciante local por conta própria e negociava com os exportadores.

O segundo circuito era praticamente interno à região e suas mercadorias destinavam-se ao abastecimento. Circulavam prioritariamente produtos agrícolas que tinham como agente o paqueteiro. Era o pequeno comércio cujas principais praças foram as feiras locais. É ilustrativo o depoimento de um pequeno comerciante:

"Eu saio pr'aquele comerciozinho pequeno; seu fulano sai com a barca grande carregada de reboque (...) A barca grande não vai encostar pra vender um quilo de açúcar ou dois, e o paqueteiro fazia desses negócios a fim de comprar uma pele, um saco de feijão, dois sacos de milho e ia juntando". (21)

---

(21) Venceslau dos Santos. Sobradinho, out/86

As próprias condições de acesso, determinava também o tipo de agente. E aí não havia mais a compartimentação de mercadorias conforme circuitos. Os produtos de exportação eram mercadorias também deste circuito abastecedor, embora em pequena quantidade, pela própria condição de acesso a estes pequenos portos.

Neste segundo circuito as relações comerciais eram na base da simples troca como testemunha o mesmo depoente:

"Eu subo vendendo minhas mercadorias, então o sujeito diz:

'olhe, eu não tenho dinheiro para você; descendo, passe aqui qu'eu arranjo uma mercadoriazinha pra' você'. Era o que a gente se interessava. Aí a pessoa lá do mato mata um bode, um carneiro e ia fazendo o negócio dele. Da mercadoria que a gente vendia, ele ia vender para o outro".

Neste segundo circuito, tanto se negociava com os pequenos comerciantes chamados bodegueiros, como diretamente com o produtor. Privilegiava-se os pequenos portos onde as grandes barcas não encostavam: ou porque não era possível o acesso ou simplesmente porque o volume de mercadorias não compensava.

Os paqueteiros, agentes do pequeno comércio tinham assim a função de fazer o catado dos mais diversos produtos nos pequenos portos, transportar para as feiras locais e abastecer as bodegas. Sendo o seu comércio quase sempre na base da simples troca, era dispensável um capital inicial para ingressar no ramo. Nem mesmo na relação com os grandes comerciantes (geralmente de Juazeiro, Petrolina ou Remanso) que forneciam os produtos industrializados, a relação era inteiramente monetária, uma vez que a circulação de moeda não era intensa. Os paqueteiros recebiam aqueles gêneros "fiados" para prestarem conta na volta com os produtos que conseguiam adquirir. Embora o parâmetro de compra e venda dos produtos fosse monetário, isto é, com valor fixado pela moeda, a circulação

desta era pouca.

O pequeno comércio era que alimentava as feiras locais, onde negociavam produtores, paqueteiros, bodegueiros, tropeiros, todos os tipos de pequenos comerciantes. Os produtores quando não tinham suas próprias canoas, pagavam os fretes dos pacotes. Os paqueteiros, principais intermediários deste circuito, faziam suas trocas nas unidades produtivas e/ou nas bodegas para repassar nestas feiras. Os bodegueiros e os tropeiros faziam destas feiras, locais privilegiados para a aquisição dos seus estoques. Estas feiras eram geralmente localizadas nas sedes municipais e nos maiores povoados e era Remanso também o principal centro de confluência de grande parte do próprio município como também dos vizinhos — Pilaão Arcado e Sento Sé.

É comum nos depoimentos a indicação da preferência por Juazeiro para venda pois os produtos tinham um preço melhor, e por Casa Nova e Santana do Sobrado para compra. Determinava também a preferência pelo mercado, o tipo de mercadoria a negociar: o excedente agrícola, nas feiras locais; o produto extrativo para exportação, nas grandes praças.

O circuito onde se dava maior índice de lucros era feito pelas grandes barcas, nos principais portos, com maior volume de mercadorias (produtos extrativos para exportação trocados por produtos industrializados) e através de relações mais diretas; grandes comerciantes locais x casas exportadoras, fretando barcas ou sendo intermediadas apenas por essas.

O circuito predominantemente abastecedor complementava a subsistência e era feito pelos pacotes nos pequenos portos com um pequeno volume de mercadorias (produção excedente da agricultura alimentar trocada por rapadura, aguardente e produtos industrializados) através de uma rede de intermediação e trocas mais complexas: produtores, bodegueiros, paqueteiros e tropeiros, tanto podem estabelecer relações diretas entre si, como serem apenas um

ponto na cadeia de intermediação.

Não havia, contudo, uma rígida compartimentação entre esses dois circuitos, ao contrário, eles se cruzavam. Os produtos extrativos para exportação também eram comercializados pelos paquetes, embora em pequena quantidade. Os produtos do excedente agrícola, pelo grande comércio como elemento de troca com os agentes do segundo circuito. Também todos os tipos de agentes tinham acesso às relações comerciais — mesmo que esporádicas e/ou circunstanciais — com as grandes casas comerciais tanto de Remanso, como de Juazeiro.

Na verdade tais circuitos guardaram entre si uma relação de complementaridade, na medida em que os agentes do segundo cobriam os portos onde as grandes barcas não chegavam como também faziam o transporte, por tropa, das mercadorias dos lugares mais distantes. O segundo circuito complementava e era tributário do primeiro pois, a partir dele, um grande número de pequenos produtores inseridos na atividade comercial, proporcionavam o maior volume de mercadoria que os comerciantes maiores negociavam. Isto é: as relações internas a cada circuito eram distintas e peculiares a cada qual; mas quando os circuitos se cruzavam as relações mudavam radicalmente. De produtor para paqueteiro e/ou tropeiro, a relação era de simples troca, como pode-se ver no depoimento anteriormente citado; mas quando este paqueteiro e/ou tropeiro ia negociar com o comerciante/chefe político local, a relação ganha outro teor. Do primeiro para o segundo circuito entravam elementos como o adiantamento em dinheiro e/ou mercadorias, a obrigatoriedade de negociar no armazém do coronel, e o preço estabelecido por aquele que financiava o negócio. Tinha-se, portanto, uma relação de dependência e subordinação dos agentes do segundo circuito para com os grandes comerciantes/chefes políticos. Interno ao segundo circuito, por outro lado, havia uma relação de competição entre os grandes comerciantes que incluía a disputa através de me -

lhores preços até as mais diferentes formas de coerção.

O comércio dos produtos de exportação teve assim um significado político muito importante para a consolidação do poder. Foi a forma mais acessível de acumulação de lucros. A partir dele se estabelecem as articulações externas à região. Sua organização em circuitos dava as nuances de estratificação social. Além do que fazia concretamente do armazém do coronel um ponto de convergência que se por um lado era eminentemente comercial, por outro funciona como centro das mais diferentes trocas: informações, negócios diversos, contratos sistemáticos entre coronel e clientela etc. Logo, a atividade comercial, organizada em circuitos, foi um fator de legitimação do poder do coronel pois definia e ampliava clientela e identificava os canais de articulação de regiões.

Esta base econômica nitidamente ribeirinha e comercial teve como decorrência a formação de oligarquias com um perfil específico e que apesar de assemelham-se no seu processo de constituição diferenciavam-se quanto aos seus mecanismos de mando e reprodução.

Todos esses grandes coronéis eram os maiores proprietários de terra da região, donos de inúmeras cabeças de gado, principais comerciantes locais e sempre articulados às agências exportadoras de Juazeiro, e quando não ocupavam diretamente as posições políticas do município (prefeitura, delegacia de polícia, coletoria, cartórios etc) fazia-o através de aliados, geralmente parentes, de sua inteira confiança.

O acesso à terra era determinado pelos coronéis, seja em suas propriedades, seja nas terras públicas sob a jurisdição da prefeitura ou ainda interferindo na compra e venda e posses via controle do cartório. A ocupação da terra era preocupação sistemática dos coronéis da região que não só arbitravam os conflitos ocasionais, como fazia disso um instrumento de sustentação da sua clientela. O comércio de exportação era uma exclusividade das lideranças políticas locais, e como já foi referido aí eles tinham sua princi-

pal fonte de acumulação, um canal de articulação externa à região com outros poderios econômicos, além da sua posição e comprador terminal na cadeia de intermediação local ser um elemento de legitimação da sua força política. Por isso mesmo, neste setor a coerção era mais rigidamente exercida. Os coronéis desenvolveram um sistema de exclusividade na exportação que submetia a todos os pequenos comerciantes. Como atestam os depoimentos:

"Ele tinha o comércio, tinha descaroçadeira de algodão e comprava muita pele. E ali só ele exportava tudo: de pele, de couro, de algodão, de mamona" (22)

ou ainda:

"Ele criou a lei dentro do município como chefe que ele era. Somente ele comprava... aliás, qualquer um tinha o direito de comprar conquanto que vendesse a ele" (23)

E mais:

"E dentro de Sento Sé, quem quisesse podia tirar cera, mas pra vender era só pro finado Tonhá" (24)

Entretanto, a obediência irrestrita a estas medidas coercitivas não se fazia sem uma contra-partida por parte dos coronéis. A troca de favores e a presença constante a vida da população camponesa cria a concepção de que os velhos coronéis sabiam "como segurar o povo", "agradando", "socorrendo nas precisões", protegendo dos adversários e portanto, nada mais justo do que uma fidelidade que eles consideram recíproca. Atente-se para os depoimentos:

"Quem trabalhava com ele (Tonha Sento Sé) se precisasse de uma rês, ele dava, como cansou de dar pra mim. Ele era um homem muito popular. Eu labutei com ele uns vinte e tantos anos, quase trinta e graças a Deus nunca passei uma necessidade, nem de calçado, nem de roupa, nem de fome" (25).

(22) Antonio Felix. Pilão Arcado, ago/85.

(23) Teódulo Teixeira de Medeiros. Pilão Arcado, out/86.

(24) Luciano Felix. Sento Sé, out/86.

(25) Domingos Gomes da Silva. Sobradinho, out/86.

Outro:

"O Dr. Juca era um doutor de medicina. Saía aqui na margem do município dando remédios. Apanhava aqueles comprimidos de malária, aqueles comprimidos verdes pra quando a gente tinha paludismo e ia dando; trabalhou muito pro povo, e de graça, viu?! A gente aqui tudo acompanhava ele" (26).

Em Casa Nova é o mesmo diapasão:

"O coronel Antonio Honorato sempre foi um homem muito bom. Não deixava ninguém desarranchado. Quando ele sabia que tinha um sem lugar de trabalhar, ele levava pra Casa Nova, ia no cartório e arranjava uma posse de terra pro sujeito comprar" (27).

Ainda sobre Tonhá Sento Sé:

"Tonhá dava valor aos pobres, isso aí você pode dizer. Tonhá pegava na sua mão machucada, dizia: esse homem aqui é de trabalho. Pegava na mão daquele que não trabalhava e dizia: você não trabalha, como é que tá vivendo? Ele conhecia tudo isso. Era um homem muito bom" (28)

Todos estes depoimentos traduzem o nível de relação entre coronéis e respectivas clientelas. Eram relações baseadas na troca de favores que camuflavam a submissão quase absoluta dos trabalhadores aos coronéis. O coronel desenvolveu uma relação altamente personalizada com seus agregados e demais trabalhadores, onde o poder não era só personificado no coronel como constituía-se num atributo dele. Não existia uma visão de conjunto; isto é; na concepção da população camponesa o coronel não estava colocado como uma peça no conjunto do sistema de dominação ou mais especifica -

---

(26) Antonio Joaquim Oliveira. Sento Sé, out/86

(27) Venceslau F. dos Santos. Sobradinho, out/86

(28) Miguel Brito. Sento Sé, out/86

mente como representante do Estado na instância local. O coronel era aquele que protegia, que detinha o poder de determinar o acesso aos meios de subsistência, a forma de inserção no conjunto da sociedade local e ainda quem conhecia — e portanto podia manipular — o mundo exterior à região. Acentua a personalização das relações, o caráter intimista acrescentado pelo compadrio entre coronel e clientela e algumas vezes até um parentesco mesmo que distante. O coronel era uma pessoa que tinha contato direto com a população; conhecia e era conhecido por ela. Era uma pessoa poderosa por isso podia proteger e garantir a sobrevivência, não só pelo acesso aos meios de produção como na proteção propriamente dita contra adversários.

Há depoimento muito interessante que relata este tipo de proteção:

"Um rapaz aqui do interior — ele ainda é vivo — teve o pai assassinado por um sujeito; na época ele ainda era criança. O sujeito fugiu daí, foi embora e tal, os parentes tentaram... porque naquele tempo não tinha negócio de prender não: mandava era matar. Aí o cara foi embora. Passou uma temporada por aí à fora e tal. Um dia, os meninos já rapazes, um deles chegou da roça e encontrou a mãe chorando porque o bandido tinha passado na porta da casa deles. Os rapazes prepararam os rifles, foram atrás do sujeito e mataram. Mataram, ficaram assustados e correram pro Pilão Arcado, onde Franklin, contaram a história a ele, e ele ouviu a razão deles. Franklin que era juiz nestas coisas, fez o seguinte: nomeou os dois rapazes "apenados" (uma espécie de guarda municipal) e deu um rifle a cada um dos dois. Eles então voltaram autoridades. Quer dizer, uma forma de proteção, não é? Mas aí, se Franklin tivesse necessidade deles no caso de uma agressão de Chico Bor

ges — de Xique-Xique, ou desse Chico Leóbas, aí ele contava com eles. Era assim" (29).

A organização militar era um instrumento fundamental para a hegemonia política. Determinava a capacidade de proteção do coronel à sua clientela, a possibilidade de alianças inter-oligárquicas, o respeito aos limites da dominação e ainda o poder de barganha política para sua inserção no contexto nacional, haja vista as diversas convocações do governo federal aos coronéis do sertão desde a guerra do Paraguai e na República em duas ocasiões especiais — a perseguição à Coluna Prestes e a Revolução de 30.

Mas os coronéis da região foram mais além da sustentação armada e das trocas de favores com a clientela. Eles investiram na formação de quadros para o parlamento no sentido de buscar uma representação mais próxima. O depoimento a seguir é claro:

"O meu avô manteve aqui em Salvador uma casa com 27 jovens estudando no Carneiro Ribeiro e posteriormente estudando na Universidade, tudo por conta dele. O coronel Franklin, de Pilão Arcado, manteve em São José de Cima 3 casas onde ele educou cerca de 40 jovens de Pilão Arcado e Remanso, sem nenhum amparo estadual. Era um esforço pessoal que emergia dos recursos econômicos que cada dispusesse, das vacas magras, do gado pé-duro do São Francisco e naquele tempo da cera da carnaúba que tinha algum valor econômico no comércio morejado lá do São Francisco, dos vapores, da rapadura, da cachaça. A região lá é toda muito com essa característica de as elites econômicas prepararem intelectualmente os seus e os habilitarem para o desempenho de missões, de cargos públicos; sobretudo na área política nós somos motivados pelo mister" (30)

(29) Teódulo Teixeira de Medeiros. Pilão Arcado, out/86

(30) Jairo Sento Sé. Salvador, set./85

Os coronéis tiveram, portanto, uma ação no sentido de desenvolver mecanismos capazes não só de sustentarem-se no poder como de garantir a reprodução do seu poder seja para a própria família, seja para os aliados. A formação de bacharéis não significou apenas uma visão de longo prazo, como colocava a importância dada à participação política no parlamento, que vai ganhando sempre maior peso no sentido da inserção dos coronéis da região nas instâncias decisórias do governo estadual. Isto é: os coronéis da região começavam a interferir nesse processo expandindo o seu poderio para além das fronteiras da região. Mas a participação parlamentar só foi inteiramente valorizada após a Revolução quando do desarmamento oficial dos coronéis.

Uma relação personalista de poder, parentesco e compadrio, monopólio comercial, armas, votos e representação parlamentar foram os mecanismos propriamente políticos de manutenção do poder. Embora esta fosse a prática geral, os perfis políticos de cada coronel tiveram nuances diferenciadores. Franklin tem um perfil eminentemente guerreiro e sua sustentação principal era seu exército particular. Este foi o ponto de partida donde exerceu seu poder de coerção. Anfilófilo Castelo Branco, o coronel de maior força política, em Remanso, também possuiu uma consistente organização militar, e praticamente manteve a clientela como agregados nas suas terras. A atividade comercial em Remanso era muito movimentada e por isso comportava uma relativa pulverização que fugia ao controle irrestrito do coronel. Anfilófilo portanto teve sua base de sustentação mais calcada no seu exército particular. Entretanto, exatamente por ser o chefe político de uma cidade-porto como Remanso, suas articulações — políticas e comerciais — eram mais abrangentes tanto com outras oligarquias como nas instâncias administrativas do poder. Mas em Remanso havia uma disputa política sempre latente entre os Castelos Brancos e Francisco Leóbas que na segunda metade dos anos 20 acaba explodindo de forma irreversível. Os depoimentos afirmam que Leóbas — caracterizado como che-

fe de jagunços, forte nas armas mas sem capacidade de articulações políticas, - foi induzido à disputa com Anfilófilo, seu primo carnal, por um grupo da família que estava descontente com a liderança política deste. Leóbas tomou a cidade e depôs Anfilófilo. O velho chefe, já debilitado pela idade, recorreu a Franklin que derrubou Leóbas e devolveu as "posições políticas" ao grupo de Anfilófilo, que falece neste ínterim. Este antagonismo político Franklin x Leóbas, só foi completamente resolvido após a Revolução de 30 quando, desarmado, Leóbas resolveu fugir para Goiás.

Em Sento Sé não existiu uma uniformidade no perfil de dominação da família. As relações entre os proprietários e agregados se diferenciavam mas a marca da dominação foi dada mesmo por Tonhá Sento Sé que detinha o mando local. Apesar de possuir armamentos, Tonhá não era reconhecido como chefe de jagunços. Eis um exemplo desta visão de Tonhá que os lavradores da região têm:

"Tonhá não tinha jagunço; nos dezoito anos quando ele foi prefeito, ele era assim: se uma pessoa fizesse uma coisa, ele não mandava soldado ir atrás. Ele fazia uma carta e mandava — diga a fulano que venha cá! O povo chegava, ele virava e dizia: Tove lá uma zuada de você com fulano; eu não quero saber disso! Não quero meu povo brigando, não quero meu povo em confusão! Daí ele mesmo ajcitava e pronto. Nunca mandou buscar ninguém preso, como eu vejo hoje em dia" (31)

Tonhá desenvolveu portanto a sua coerção social mais com base nas relações patriarcais, no "tête-a-tête" com seus agregados, deixando o uso das armas para situações exteriores. Em Sento Sé, as disputas políticas eram no seio da própria família. Janjão Sento Sé é o velho coronel, líder incontestado do município até meados dos anos 30 quando morre. A partir daí começam as disputas caracterizadas por Jairo Sento Sé (32) da seguinte maneira:

---

(31) Luciano Félix. Sento Sé out./86.

"De 1930 a 1970 houve uma briga na minha família entre os coronéis, meus avós, e os doutores, meus tios; e nesta luta entre coronéis e doutores, os coronéis sempre ganharam". (32).

Daí se pode compreender que a disputa, em Sento Sé, era na verdade apenas uma divergência familiar que, neste caso, não chegou a constituir-se em ameaça ao poder do coronel.

Em Casa Nova, o poder coronelista tinha natureza bastante diversa. Os Vianas tinham tradição de mando político, como já foi dito; estavam assim à frente dos demais coronéis. Tinham a tradição da dominação local, consolidada sua representação parlamentar tanto com senadores e deputados estaduais quanto federais, dentre os quais o mais ligado a Casa Nova era Adolpho Viana, cunhado do coronel Antonio Honorato de Castro, senador estadual de 1911 a 1914 (33). O perfil da dominação dos Vianas era mais solidamente estruturado. Já havia um maior peso das instituições sociais em relação aos instrumentos (de coerção) privados. Os Vianas usavam a força policial local e abstinham-se de manter jagunços; nas situações em que era necessário um contingente armado maior, abria-se oficialmente o voluntariado. Preferiam fazer as negociações de posse/uso da terra via cartório. Agiam assim num sentido de uma valorização e fortalecimento das instituições sociais deixando, contudo, explícitos seu poder e força sobre as mesmas. Outra característica peculiar aos Vianas era a forma como a família penetra em todos os ramos de atividade social: eram fazendeiros, grandes comerciantes, políticos e até mesmo sacerdotes. Esta presença dos Vianas nos mais diversos setores sociais acabou por resultar numa quase onipresença da qual não se podia fugir da coerção. Os Vianas, "gente ilustrada", como se diz na região, preferiram assentar sua base de poder na capacidade de fiscalização.

---

(32) Jairo Sento Sé. Salvador, set./85

(33) BULCÃO, 1930.

Porém estes estilos próprios de dominação são apenas nuances que individualizaram o poder político em cada município mas que não chegou a diferenciá-los radicalmente. Todos possuem a patente de coronel e como tal organizam a sociedade sob o seu domínio.

O que especifica o coronel desta região do baixo médio São Francisco é exatamente sua natureza dinâmica que possibilitou utilizar de diversos mecanismos de dominação sempre muito mais numa perspectiva de inclusão das situações surpresas que de resistência, como por exemplo em 1913 quando, apesar das alianças históricas, todos acolheram o novo líder de Pilão Arcado que derrotou o velho chefe; a melhoria da navegação fluvial que incrementou o comércio contou muitas vezes com iniciativas por parte dos coronéis e/ou associados que não hesitavam de tornarem-se também grandes comerciantes além de grandes fazendeiros. Isto é: os coronéis da região — talvez pelas próprias características da vida ribeirinha — abraçavam com facilidade o progresso material, as inovações econômicas no sentido da manutenção do poder.

Diferentemente dos coronéis do cacau onde é o próprio ritmo da economia exportadora que determinava o avanço nas relações sociais, os coronéis do São Francisco incluíam as novidades (econômicas e/ou políticas) muito mais de um ponto de vista cultural que por necessidade mesmo da economia regional. Havia o anseio latente de desenvolver a região, trazer o progresso, poder projetar o sertão do São Francisco como uma região equiparável ao recôncavo e/ou à zona do cacau. Pois, o São Francisco havia sido, tanto no Império quanto nos começos da República, uma região decantada pelas potencialidades econômicas e pelo seu papel de unidade nacional.

Entretanto, apesar desta capacidade de controle quase absoluto por parte dos coronéis, a população desenvolveu suas práticas de resistência e/ou burla ao poder como uma forma de aliviar as tensões da dominação dos coronéis. Foram formas de resistências que

que iam desde a mudança para a caatinga, em lugares mais isolados, passando pela mudança e atividade econômica — de lavrador para paqueteiro — quando o simples contato com outros comerciantes podia aumentar o poder de barganha da força de trabalho, até ao protesto mais explícito, coletivo, como o movimento de Pau de Colher em Casa Nova, ou individual — neste caso o mais comum é a mudança de patrão.

O processo histórico de constituição, consolidação/manutenção do poder dos coronéis nesta região, demonstra que os mecanismos de mando não tiveram entre si uma lógica de causa/efeito, nem fundamentaram-se numa simples relação de diferentes instâncias administrativas do poder. Os coronéis consolidam sua força conjugando todos os seus instrumentos:

- a) As armas que impunham respeito aos adversários, que prestavam serviços ao Estado Nacional e que definiam a capacidade de proteção à clientela;
- b) o poder econômico — através da acumulação no comércio, entesouramento pela pecuária e propriedade da terra — que determinava a capacidade de competir com outras oligarquias; e
- c) a troca de favores com a clientela que lhe possibilitava, inclusive, a execução de encargos públicos, como por exemplo as eleições, enfim as articulações políticas tanto nos pactos e alianças como nas disputas eleitorais.

Portanto, para a manutenção da sua hegemonia, os coronéis tiveram que atuar decisivamente em diferentes níveis de relações sociais — população local, elites regionais, políticos estaduais e Estado Nacional — utilizando todos instrumentos que disp...

#### 4. Revolução de 30 e o seu significado para a região: um novo Pacto Social

O período pós 30 foi um novo momento para a organização política da região quando mudaram as relações políticas entre as instâncias administrativas do poder e reordenaram-se as alianças coronelistas da região.

O movimento de 1930 encontrou inicialmente uma tênue resistência no sertão. Alguns coronéis — entre eles Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque — a pedido de Washington Luis, esboçaram uma certa mobilização contra os tenentes. Mas, vitoriosa a Revolução, os coronéis foram desarmados e alguns submetidos à prisão domiciliar como Franklin e Leóbas, dentre outros Franklin foi depois liberado e Leóbas fugiu para Goiás no momento do embarque para Salvador. Este desarmamento aliado a prática juracisista teve como decorrência uma mudança de eixo na atuação política dos coronéis, onde o parlamento assumiu uma importância antes não cogitada.

A chegada de Juracy na interventoria da Bahia é repudiada pelas oligarquias que na República Velha tinham-se revezado no poder. Como ele próprio afirma nas suas memórias: (MAGALHÃES, 1982:72)

"Conseguiu o verdadeiro milagre de unir na oposição os grupos mais heterogêneos do estado, coligando contra mim gente como Seabra, Mangabeira, Calmon e Simões Filho, que anteriormente se digladiavam pela disputa do poder. O próprio Luis Viana Filho, embora tenha conseguido ser eleito após a revolução, se alinhou com os oposicionistas e foi integrar a legenda do Partido Autônomo(...)"

Esta situação de isolamento político fez com que Juracy se visse obrigado a construir sua base política apoiando-se nos coronéis do sertão, para assim conquistar sua hegemonia. Segundo seu pró

prio relato:

"O que fiz, na realidade, foi aproveitar os elementos válidos de cada municipalidade para criar uma sólida base política e assegurar a continuidade revolucionária. Além disso, dei autonomia política às chefias locais, eliminando intermediários como João Mangabeira e Chico Rocha, para tratar dos problemas diretamente com os pequenos chefes municipais, que passaram a me manifestar suas preferências, indicando eles próprios o candidato a deputado que desejavam apoiar em sua área, de modo a estabelecer nossa vinculação em bases absolutamente democráticas e reais" (MAGALHÃES, 1932:83)

Esta política de fortalecimento dos coronéis será a sustentação para o governo de Juraci e do ponto de vista dos coronéis significou uma institucionalização do seu poder, um investimento maior na política partidária, na luta parlamentar. Tal relação e compromisso com os coronéis é explicitada pelo próprio Juraci:

"Em minha vida política, apeguei-me aos coronéis que me pareciam os mais adequados e repudiei os que não mereciam a minha confiança. Escolmados estes últimos, que eram poucos, entreguei aos primeiros a responsabilidade da liderança política local. Eles assumiram compromissos políticos comigo e exerceram uma liderança correta, trazendo muitos louros para minha pessoa" (idem, p. 33)

Juraci reproduz no executivo estadual a mesma relação personalista que os coronéis tinham com sua clientela. Ele respeitou a área de cada coronel, ouviu a cada um, bateu de porta em porta, visitando também o interior e assumiu os louros advindos da adesão dos coronéis. Em pouco tempo de governo, Juraci já tinha uma base política suficiente para conter as repercussões do movimento

constitucionalista na Bahia como também para construir um forte Partido Social Democrático da Bahia.

Particularmente no São Francisco, o trabalho de articulação política foi feito por Manuel Novaes, na ocasião líder estudantil, que militara na Aliança Liberal juntamente com Seabra, mas que já nos primeiros dias de governo foi convidado e aceitou o convite para a chefia do Gabinete de Juraci. Novaes aproveitou dos seus contatos seabristas, o acesso a coronéis através de colegas de Faculdade e sua origem coronelista para montar uma base de apoio a Juraci e a si próprio. Segundo seu próprio relato:

"Me lancei em campo, os municípios estavam todos parados, não tinha ninguém, então eu fui devolvendo a cada município aquelas lideranças todas, aqueles chefes, aqueles prefeitos etc e fomos organizando então a Bahia (...). No São Francisco mesmo, quem me aproximou de Franklin foi o Valdomiro, filho dele que tinha sido meu contemporâneo na escola. Ele de Direito e eu de Medicina".

Mais adiante:

"Então o Franklin começou a me aproximar de todos aqueles caudilhos". (34)

Novaes justifica seu sucesso pelas suas origens coronelistas.

"... era filho de um caudilho igual a estes outros que eu citei na Bahia. Então no dia em que foi preciso manter contato com essa gente eu tinha toda facilidade de fazer e fiz com sucesso, com muito bom resultado, porque era a mesma coisa como se tivesse trabalhando dentro de casa" (35)

e aponta como resultado imediato,

"quando veio a revolução de São Paulo, muitos deles colaboraram com Juraci na criação dos batalhões patrióticos" (36)

(34) Manuel Novaes. Salvador, jan./34

(35) idem

(36) idem

A fala de Novaes explicita claramente o significado da Revolução de 30 para a região. No baixo médio São Francisco, a Revolução de 30 chegou para restabelecer as antigas lideranças, referendar a ordem coronelista com apenas umas pequenas mudanças na composição das alianças. Franklin era reconhecidamente a grande liderança regional, caudilho-mor como o denominava Novaes.

Deu-se na verdade a consagração do "modus operandi" dos coronéis que incorporado às instituições sociais ganha ares mais ágeis. Juraci substituiu uma oligarquia por outra e renovou os quadros intermediários, além de intensificar as relações mais diretas com os coronéis. Os coronéis do sertão substituem os do recôncavo, e Novaes constituiu-se articulador do São Francisco. Não há mudanças radicais na ordem política desta região; apenas reformulou-se a composição das alianças. Os coronéis continuavam sendo os chefes locais, base de sustentação do executivo estadual organizando inclusive batalhões patrióticos com defesa da conservação, como fizeram desde a guerra do Paraguai, tentaram também contra o movimento constitucionalista de São Paulo. Continuava a perpetuação no poder, até mesmo na instância estadual. Manoel Novaes, "espécie de chefe do estado maior da organização política" de Juraci foi o melhor exemplo. As suas articulações políticas no São Francisco o elegeram Constituinte em 34 e daí em diante Deputado Federal em todas legislaturas até 1936 quando perde as eleições. Além disso conseguiu transferir votos para outros candidatos — federais e estaduais — inclusive para sua esposa. Não há contudo uma marca pessoal no trabalho político de Novaes. Como ele próprio diz (37), era um "soldado juracisista" que organizou as bases políticas do chefe. E, de fato, o baixo médio São Francisco tornou-se um reduto juracisista.

Nas suas memórias, Juraci refere-se aos mais fortes coronéis da região da seguinte maneira:

---

(37) Depoimento em Salvador. Janeiro de 1984.

"Sempre tive em Casa Nova meu maior sustentáculo político, pois gozava da confiança do coronel Antonio Honorato. Quando chegavam os resultados das eleições eu obtinha lá uma votação espetacular, não sobrando mais do que cinco ou seis por cento do eleitorado para os adversários. É verdade que dona Isabelinha, mulher do coronel, era tia do Luis Viana Filho e lhe dava uma fatia dos votos, embora ele fosse meu adversário. Mas eu era o senhor quase absoluto dos pleitos" (38)

e mais adiante:

"Franklin de Albuquerque tinha um espírito mais agressivo e sustentou no período anterior a mim, uma verdadeira guerra contra o chefe político de Remanso, mas não deixei de aproveitá-lo, dando-lhe prestígio e mantendo-o em sua liderança durante todo o meu governo." (39)

Existia portanto um pacto formal entre Juraci e coronéis do sertão. Este pacto se estendia até mesmo ao executivo federal, ao qual Juraci garantia:

"Posso hoje assegurar a Vossa Excelência que a Bahia será um dos estados, em cujo apoio político pode o seu governo mais tranquilamente confiar. Daqui não sairão surpresas." (40)

Estava portanto fechado o circuito de apoio mútuo entre coronéis — Juraci — Getúlio.

A novidade para os coronéis do São Francisco foi a formalidade, a institucionalização com que se revestiram estes novos acordos e alianças políticas. No processo de fundação do Partido Social Democrático Baiano, criou-se a Coligação Sertaneja cuja mobilização foi assegurada por Franklin e Nelson Xavier que na ocasião era chefe da Viação do São Francisco sediada em Juazeiro. Compareceram à inauguração desta Coligação Sertaneja, representando

(38) MAGALHÃES, 1982: 82

(39) *idem*, p. 84

(40) *idem*, p. 237

vinte municípios da bacia do São Francisco, dentre os quais estavam todos os coronéis desta região — Franklin representando Remanso e com um procurador pra Pilão Arcado, Janjão por Sento Sé e Antonio Honorato por Casa Nova. A Coligação foi inaugurada no dia 25 de janeiro com a seguinte mesa diretora: Presidente: Nelson C. Xavier, representante do município de Barreiras; Vice-Presidente: Franklin L. de Albuquerque, representante de Pilão Arcado e Remanso; 1º Secretário: Abílio Wolney, representante de Angical e 2º Secretário: Nizan Marianni Guerreiro, representante de Barra. Na inauguração foram discutidos os pontos do novo acordo político, dos quais foram aprovados os seguintes: (41)

- I - Fica criada a "Coligação Sertaneja" firmada pelos signatários da presente, a qual apoiará o Exmo. Sr. Tenente Juracy Montenegro Magalhães digníssimo Interventor Federal, e a sua obra política, sejam quais forem as consequências a que nos levem o resultado desse apoio.
- II - Manter plena harmonia de vistas da escolha de seus representantes políticos com o Diretório Político Central, cujas decisões apoiará, sendo que nos casos privativos da nossa região decidirá dos candidatos, sempre por maioria de dois terços.
- III - Esquecer completamente as velhas dissensões partidárias e pessoais acatando como vontade arbitral a decisão da coligação, também tomada por maioria, nos casos que por ventura venha aparecer.
- IV - Considerar ponto de honra o amparo mútuo das situações municipais aqui representandas concorrendo junto às autoridades constituídas para o seu fortalecimento e estabilidade, incorrendo implicitamente na sanção do nº VII todo aquele que prestigiar situação ou situações adversas aos signatários deste pacto.

- V - Reservar a "Coligação" o direito de admitir novos coligados nos casos de renúncia, dissolução do Partido ou morte sem deixar substituto legítimo, sempre a juízo dos atuais signatários, resolvendo-se em tal caso por maioria de três quartos de votação sempre que estas admissões venham concorrer para a estabilidade, pacificação da zona e o seu desenvolvimento social e econômico.
- VI - Respeitar as atuais divisões territoriais dos Municípios não pleiteando de modo algum suas alterações, salvo nos casos de acordo aprovados pela "Coligação" a quem consideramos para todos os efeitos órgão deliberativo das questões suscitadas.
- VII - Desprestigiar tacitamente qualquer situação contida neste pacto, que desacate estas decisões, e a vontade da "Coligação", todas as vezes que isso se expressar, por maioria de dois terços.
- VIII- Contribuir com todos os seus esforços junto aos poderes públicos para o desenvolvimento econômico e social da região Sanfranciscana, amparando junto aos mesmos poderes as pretensões justas e viáveis, no ponto de vista geral, e em particular de cada Município.

A Coligação transformava-se assim num instrumento de ordenação política formalizada entre coronéis. Tinha o poder de arbitrar dissensões partidárias e pessoais, legitima e garante a estabilidade do poder dos seus constituintes, era conhecida como órgão deliberativo para questões territoriais entre Municípios, e chegava a outorgar-se funções de intervenção no desenvolvimento econômico e social (item VIII). O que antes eram alianças políticas bilaterais, mantidas pelo equilíbrio de forças entre os coronéis, a partir da Coligação ficam formalizadas. Foi uma formalização que teve grande peso e interferiu profundamente nas relações políticas. A Coligação representou um atestado de inserção dos coronéis no processo de institucionalização que estava em curso no

país. Deu uma direção conjunta à Zona do São Francisco, mas obviamente hierarquizada, que teve nos seus cargos de representação a "homologação" do poder realmente exercido pelos coronéis e, o seu ineditismo, levou Juracy a qualificá-la como o fato político mais expressivo daquele momento. Em carta a Getúlio datada de 31 de janeiro de 1933, Juracy assim se refere à Coligação Sertaneja:

"Basta dizer a Vossa Excelência que a gente do São Francisco veio unânime depois de ter feito a fusão de todas suas forças políticas em uma reunião na cidade de Juazeiro. Parece-me este o fato mais expressivo do momento político baiano, pois aquela gente viveu sempre dividida por lutas tremendas" (42).

Se por um lado Juracy beneficiou-se, tinha os louros, desta unanimidade política do São Francisco, por outro os coronéis experimentavam um outro patamar de força política consubstanciado neste pacto regional. Foi uma forma de organização entre coronéis cujo peso político atuou muito mais nas suas relações com o poder estadual que com sua clientela. Isto é: a unanimidade do apoio do São Francisco a Juracy não mudou a relação coronel x clientela. A memória social não registra a existência da Coligação Sertaneja. A esse respeito tem apenas algumas falas que apontam uma ascensão maior de Franklin no governo de Juracy. Nota-se também que a prática política (eleitoral sobretudo) foi gradativamente ocupando o lugar das disputas armadas e tornando o aparelho do Estado o palco cada vez mais privilegiado de disputa pelo poder.

A Revolução de 30 marcou essa transformação na ordem política local: a institucionalização das alianças políticas, e a proscrição das disputas armadas. Isso teve como contrapartida a criação de organizações regionais como a Coligação Sertaneja normatizando as relações entre os coronéis e destes com o governo Estadual.

---

(42) MAGALHÃES, 1982:237

Consuelo Sampaio (1989) no seu trabalho sobre o Poder Legislativo na IIª República, aponta estas organizações regionais como instrumento constitutivo da estratégia mais geral de Juracy para o controle político de todo o Estado. Afirma que "para executá-la, Juracy agiu militarmente: dividiu o Estado em amplas coligações municipais e conferiu o comando de cada uma delas a influentes chefes políticos locais" (p.55). Entretanto, esta reestruturação do poder coronelista sob a égide do Estado, para SAMPAIO (1939) tem como decorrência em poder coronelista, mais aparente que real, pois "Havia sido restringido e disciplinado pelo partido cujo chefe maior era o interventor do Estado". (p.57). Foi contudo a partir de Juracy que o coronelismo do baixo médio São Francisco, com todas suas peculiaridades irá assumir a sua maior vigência política, transformando-se em redutos juracisistas capazes de sustentar mais de meio século de vida parlamentar do ex-deputado Manoel Novaes. Foi também o período em que Franklin Lins de Albuquerque desponta como a maior liderança regional.

A linha da formação histórica da região em estudo foi fortemente marcada pela vida reibeirinha com um conteúdo de vitalidade e dinamismo não muito próprio das regiões sertanejas. Tais características estiveram diretamente relacionadas à atividade comercial que juntamente com a pecuária e a agricultura de subsistência, conformaram a base da economia regional, desde os primórdios do povoamento e ocupação da região. Neste contexto o poder local assumiu uma feição particular onde os mecanismos de sustentação foram múltiplos e diversificados sem se restringirem a formas tradicionais. Portanto, não se pode inferir qual é o elemento explicativo primordial para a constituição do poder coronelista nesta região. Foi a partir do aproveitamento das circunstâncias históricas, juntamente com a habilidade de mando, que se estabeleceram as lideranças, e a hegemonia do sistema coronelista. Um aspecto que merece ser chamado a atenção é a diferenciação entre os perfis dos coronéis desta região que, com uma mesma base econômica, configuraram mandos políticos tão distintos, on

de a diferença de estilos e mesmo de base de sustentação funcio  
naram como elementos coadjuvantes nas alianças/pactos regionais.

Os mecanismos de mando e o funcionamento do sistema coronelista  
nesta região do baixo médio São Francisco, será objeto de disser  
tação do capítulo III.

C A P I T U L O    I I I

## A DINÂMICA DO SISTEMA CORONELISTA NO MÉDIO SÃO FRANCISCO

O fato da sociedade regional ter tido um ritmo lento vivido qu se que da autosubsistência e por isso ter sido marcada por um re lativo isolamento econômico, não implicou que o exercício do po der fosse inquestionável ou ainda que estar no poder fosse uma condição inabalável. Ao contrário, tanto o domínio quanto a capa cidade de dominação tiveram um dinamismo próprio, e, guardadas as devidas proporções, a luta pela conquista e manutenção do po der foi tão intensa e dinâmica quanto em qualquer outra sociedade. Obviamente o dinamismo do poder tem um ritmo condizente com a sociedade em que ele se exerce.

Na organização do mundo rural, o poder é também um caminho de duas vias, ou seja: na mesma medida da dominação estão a contes tação e resistência ao poder. Particularmente na região em ques tão, além das múltiplas formas de resistência do campesinato através da mudança de patrão, da burla às normas coercitivas, ou mesmo da marginalização total do convívio com a clientela, exis tiram as cisões no seio da própria classe dominante, as chamadas oposições políticas. Um chefe político, neste baixo médio São Francisco jamais reinou tranquilamente; sua chefia sempre esteve ameaçada, sempre susceptível de ser perdida. Brigas de famílias, disputas por cargos políticos, choque de interesses econômicos e até questões da política estadual levaram lideranças rivais ao confronto e/ou negociações, alianças, acordos no bojo da luta pe lo poder, imprimindo ao exercício do poder político uma movimen tação característica e peculiar, com episódios muitas vezes imor talizados nas cantigas de cordéis do sertão sanfranciscano. A re sistência e a luta pelo poder são constantes e proporcionais ao exercício do mesmo.

Neste capítulo serão estudados estes aspectos do poder coronelis ta e como se materializam no processo histórico balisado para o

estudo da região, distinguindo as diferenciações de cada município pelas especificidades da estrutura de mando consolidada em cada qual.

O dinamismo das lutas políticas pode também revelar uma certa fragilidade do poder coronelista. Exatamente porque o poder dos coronéis está constantemente ameaçado — seja pelo poder estadual, seja pelos coronéis rivais, seja por forasteiros que se estabelecem no local — a luta política é permanente e nelas as alianças se fazem e desfazem ininterruptamente conforme a conveniência de sustentação de cada coronel.

A onipresença e a onisciência do coronel, se por um lado atesta o poder que exerce sobre tudo e sobre todos, por outro indica a fragilidade da sua dominação, pois a necessidade de vigilância permanente traduz a expectativa de traição, a insegurança da sua posição de mando.

Enfim, as lutas políticas, fator de dinamismo para o poder coronelista, são, em última instância, elementos fundamentais de sustentação dos coronéis e do sistema em si, na medida em que renovando seus mecanismos de mando, propiciam a manutenção do poder.

De uma maneira geral, nos quatro municípios em questão, as lutas aconteceram no seio das próprias famílias tradicionais ou entre famílias ligadas por laços de casamento e/ou compadrio. Com exceção de Pilão Arcado, nos demais municípios, os marcos de modificações no poder circunscreveram-se às divergências na forma de dominar de cada grupo familiar sem que seja colocado em cheque o "status quo" das respectivas famílias. Embora sempre pairasse uma ameaça ao poder — advinda das mais variadas injunções políticas — não houve um confronto efetivo que destituisse as famílias tradicionais, a não ser em Pilão Arcado.

Em Sento Sé, à dominação dos Alves se associou a dos Sento Sés. Os Alves com mais projeção que esses, inclusive pelos mandatos

parlamentares. A família Sento Sé vai substituindo os Alves em todos os níveis de representação do poder (municipal e estadual) sem que seja necessário nenhum tipo de conflito. Somente nos meados dos anos 30 é que começaram as divergências no seio da própria família Sento Sé. Mesmo assim são divergências que dizem respeito apenas a estilos de dominação. Os velhos coronéis vão cedendo espaço para os novos membros da família, bacharéis e/ou médicos que estabeleceram outro estilo de troca de favores, embora com os mesmos significados e conteúdos. Há uma certa hostilidade entre coronéis e doutores e até algumas disputas eleitorais, além de formas diversas de tratar a clientela, como p. ex. cobraça ou não de renda de plantio. Entretanto, não ocorreu nenhuma ruptura capaz de desbancar a dominação da família como um todo.

Já em Remanso, a disputa entre os Castelos Brancos e Leóbas de França Antunes colocou em campos opostos os adversários políticos. A luta pelo poder foi renhida e quase sempre desaguava em conflitos armados. Contudo, os Castelos Brancos conseguiram manter seu poderio durante todo o período em estudo, mesmo porque com a Revolução de 1930, Leóbas fugiu para Goiás de onde não voltou mais. Porém, por ser uma cidade de passagem onde afluem muitos emigrantes, sejam definitivos, sejam temporários, Remanso contou com um tipo de dominação que podemos chamar de mais aberta. Embora o domínio político estivesse mesmo na mão dos Castelos, os cargos públicos podiam ser ocupados tanto por parentes como por profissionais liberais que afinavam-se politicamente com a família dominante. Isso, em um outro nível, significou uma forma de distribuição do poder pois ocupar cartórios e outras funções públicas era uma maneira de exercer uma dominação social, mesmo que em nome de outrem.

Casa Nova é dos quatro municípios em foco, onde o domínio da família tradicional sempre foi mais estável. Reduto dos Vianas des

de os tempos coloniais, não há, neste período inicial da República, questões políticas que abalem o poderio daqueles. Aí o mando apesar de contestável era inabalável. Existiu em Casa Nova, precisamente em Santana do Sobrado, a família dos Araújo que embora ligada por laços de casamento aos Vianas, sempre estavam na oposição sem que chegasse a colocar em risco a tradição de mando no município. Já no final dos anos 30 acontece, em Casa Nova, o movimento messiânico de Pau de Colher<sup>(1)</sup> que, enquanto expressão de insatisfação do campesinato, ameaça o poder dos Vianas. A dimensão nacional que ganhou o movimento de Pau de Colher acabou por impor uma reestruturação na relação coronel versus clientela que ao final fortalece o mandonismo tradicional dos Vianas.

Em Pilão Arcado a trajetória do coronel Franklin Lins de Albuquerque representou, em certa medida, a incursão do novo no seio das disputas tradicionais, onde o costumeiro ritual de medir forças entre coronéis — seja via o confronto armado ou não — assumiu novas cores rompendo com as tradições, introduzindo novos mecanismos de mando, colocando em outro patamar a dinâmica do sistema coronelista. A conquista do poder em Pilão Arcado, por Franklin, em 1918, e sua manutenção até os anos 50, pouco depois da morte do coronel em 1944, foi um momento político no interior da sociedade regional e também ampliou o circuito destas relações para além desta mesma sociedade. Noutros termos, o coronel Franklin conseguiu romper com o mandonismo tradicional de Pilão Arcado, tomando e mantendo-se no poder. A partir daí expandiu sua liderança por grande parte do São Francisco num movimento constante de fortalecimento político. Isto fez com que ele fosse um elemento de articulação entre a sociedade regional e a sociedade global, um organizador do mundo rural, e neste papel ele transcendeu às próprias necessidades e ritmos da sociedade regional. Com base nestas considerações foi escolhida a trajetória do coronel Franklin Lins de Albuquerque como o caso mais significativo do dinamismo do sistema coronelista no baixo médio São Francisco.

---

(1) é objeto de uma pesquisa em andamento, pela autora.

### A Trajetória de Franklin Lins de Albuquerque

A trajetória do coronel Franklin caracterizou-se por ser um episódio novo na luta política do município de Pilão Arcado que tinha como opositores tradicionais as famílias Correia e Lacerda versus Teixeira, Gonçalves e Mariano. A novidade de Franklin estava justamente em ter sido um elemento estranho à estas disputas tradicionais. Ele não estava inserido no circuito de poder de Pilão Arcado; sua inserção dar-se-á no momento da disputa. A ascensão de Franklin ao poder municipal é vista com uma significação de novidade porque de certa forma ele quebra o "equilíbrio" das forças existentes. A luta entre as famílias tradicionais tinha até então as forças mais ou menos equivalentes e mudam a partir da inserção de Franklin nas disputas políticas de Pilão Arcado. Franklin teve um papel de aglutinador das forças de oposição que, sob sua liderança, reverteram de maneira definitiva a dominação em Pilão Arcado.

Os Teixeiras e Marianos eram aparentados com os Castelos Brancos, de Remanso, e embora contassem com o apoio destes na oposição política aos Correias e Lacerda, não foram capazes de reverterem o quadro político de Pilão Arcado. A chegada de Franklin a Pilão Arcado e a consequente ascensão social preocupam os Correias, que começaram a hostilizá-lo. Isso fez com que se criasse uma afinidade entre Franklin e os Teixeiras, os Marianos e por decorrência os Castelos Brancos de Remanso. Franklin então sentindo-se fortalecido, enfrentou os Correias e venceu-os.

A trajetória de Franklin foi uma história de ascensão ao poder de um elemento alheio aos coronéis já estabelecidos no município, que se tornou a liderança de maior destaque na região. Ser alheio às famílias tradicionais significava ser despossuído — ao menos sem grandes posses — e estar à margem das posições políticas. Sendo seu pai um rábula e preferindo um casamento também alheio

às famílias tradicionais da região, Franklin não conta com bens econômicos suficientes no início da sua vida; todos os bens do coronel Franklin foram sendo adquiridos a partir do seu trabalho no comércio. Neste momento em que se estabelece em Pilão Arcado, possuía apenas um pequeno estoque para o comércio de miudeza. Então, sem bens econômicos de vulto, sem cargos políticos para troca de favores com a clientela, como um indivíduo pode tornar-se um coronel? Esta questão incitou a busca dos elementos singulares do processo de transformação do mando político no município de Pilão Arcado que tem repercussões na região em estudo e até mesmo no vale do São Francisco como um todo. Embora o significado social seja abrangente, trata-se de uma trajetória exclusivamente individual e apesar de seu caráter transformador, não é necessariamente progressista, se se considera a sociedade como um todo. Mas, sem dúvida, foi um passo adiante nos antigos mecanismos de dominação herdados do Império.

A família de Franklin — Manuel Lins de Albuquerque e nove filhos — chega do Rio Grande do Norte (Pau-dos-Ferros) e se estabelece em Sento Sé, em 1393. Divergências políticas entre Manuel Lins de Albuquerque e a família Alves afastam os Lins de Albuquerque deste município, algum tempo depois. Por ocasião do rompimento entre Luiz Viana e Severino Vieira, os Alves optam por Luiz Viana enquanto Manuel Lins continua fiel ao severinismo; decorre daí a impossibilidade de convivência dos Lins em Sento Sé. Franklin acaba mudando-se para a sede de Pilão Arcado, em 1904, pois sua esposa, Sofia Mascarenhas, professora estadual, havia sido transferida.

Franklin é então um emigrante que procura estabelecer-se e, como todo iniciante, dedica-se ao pequeno comércio de tropas. Sai pelos pequenos povoados trocando tecidos, querosene, sal, fósforos etc, por produtos da terra: couros e peles, cera de carnaúba, borracha de maniçoba e mangabeira, rapadura, aguardente etc. Abre

uma pequena casa de comércio na sede municipal que centraliza a troca tanto com tropeiros quanto com paqueteiros. Juntamente com um irmão mais novo que compra uma barca, Franklin irá tirar do comércio o sustento de toda a família, haja visto seu pai não ter conseguido recuperar seu trabalho de rábula em Pilão Arcado. Franklin comercia no município de Pilão Arcado, Sento Sé, Xique-Xique e até com regiões vizinhas no Estado do Piauí. O lucro é investido na pecuária, na compra de terras e também na ampliação das suas atividades comerciais.

Com a valorização da borracha no mercado internacional, houve uma relativa afluência de gente do Nordeste para as terras do São Francisco, particularmente para os maniçobais de Sento Sé e rio acima. A borracha da maniçoba tornara-se pois uma atividade bastante lucrativa. Franklin aproveita esta oportunidade e incrementa o comércio com os catadores de borracha. Sabendo usar da ocasião propícia, consegue lucros capazes de comprar uma propriedade defronte à sede municipal e ampliar sua casa comercial na sede do município. A dedicação ao comércio da borracha foi a oportunidade e o motivo para Franklin estabelecer um amplo círculo de relações que iam além do interesse comercial. Franklin conhece o município, sua população e na medida do crescimento do seu comércio foi alargando o circuito da sua influência, prosperando financeiramente e conquistando prestígio social, até que em 1907 compra a patente de Tenente coronel da Guarda Nacional, na Comarca de Remanso. O comércio da borracha foi também a justificativa para a criação da proteção armada pelas ameaças de roubo a que estavam sujeitos estes pequenos comerciantes.

Portanto, num curto período de tempo Franklin já tinha conquistado algumas condições básicas para lutar por uma liderança: tinha um amplo circuito de relações comerciais que implicava em outros laços, um pequeno exército para proteger seus negócios e era Tenente Coronel da Guarda Nacional. Faltava-lhe apenas a po-

sição política.

Esta ascensão foi construída aos poucos, passo a passo, diferente dos demais coronéis da região em foco, que estavam no poder por uma questão de tradição. Franklin Lins de Albuquerque não nasceu coronel nem "foi feito coronel" por uma autoridade superior. Ele construiu sua trajetória de mando aproveitando todas as oportunidades para consolidar sua liderança utilizando recursos diversos e sobretudo o poder das armas.

Segundo depoimento de Wilson Lins, seu filho, Franklin entra para a política por uma necessidade premente de defender seus negócios:

"Meu pai tinha saído do Rio Grande do Norte por causa das perseguições a meu avô e depois de rapaz, já casado, foi vítima de perseguições — minha mãe foi transferida de Sento Sé para Pilão Arcado por perseguição política (...) Quando ele começou a enriquecer teve que entrar para política. Ele começou a ter os seus homens pois havia uma insegurança total. Ele mesmo foi assaltado no mato quando saía comprando maniçoba. Sabiam que ele levava dinheiro e ele quase foi morto numa emboscada. Então, ele tinha que andar com homens em armas e se não tivesse amizade com o chefe político local, os homens dele não podiam andar armados. Ele então teve que ser político em Pilão Arcado para ter as boas graças do chefe de lá. Aí ele foi crescendo, foi ficando rico e muita gente foi procurando, muita gente precisava e ele começou a servir. Foi assim que ele começou a se constituir em perigo para este chefe o qual quis proibir os homens dele de andarem armados. Então ele teve de armar mais homens e derrubar o chefe". (2)

Este depoimento relata o processo de constituição de Franklin

---

(2) Wilson Lins, Salvador - set/85

como liderança política: primeiro, o enriquecimento pelo comércio; segundo, a formação da clientela pela prestação de favores, donde certamente veio o prestígio social que era também legitimado pela patente de Tenente Coronel da Guarda Nacional, e tudo isso com a constante defesa de homens em armas. Apesar da conotação de inevitabilidade da inserção na política, o depoimento revela o significado da atuação política de Franklin. Ele tinha na prática política uma forma de proteção do seu patrimônio e nas armas o instrumento determinante de manutenção de ambos: patrimônio econômico, poder político. Vale ressaltar que o critério de riqueza no vale do São Francisco nas primeiras décadas deste século é a posse de gado vacum. Embora ainda não tivesse um rebanho equiparável ao das famílias tradicionais, Franklin era considerado, além de comerciante próspero, um fazendeiro. A opção pela luta contra os Correas em 1913 foi baseada na real possibilidade de vitória. Franklin tinha a seu favor as armas, uma clientela e a adesão da oposição política dos Teixeiras e Marianos, e a possibilidade de apoio dos Castelos Brancos. Estavam dadas as condições para a disputa pelo poder.

Dominava o município de Pilão Arcado a família Correa ligada por laços de casamento às famílias Queiroz e Lacerda. Grandes comerciantes que também possuíam terras de carnaúbas e gado, eram herdeiros do poder desde os tempos imperiais. Foi contra eles que se insurgiu Franklin.

Os motivos aparentes do conflito são diversamente apresentados pelos depoentes. Uns, como Wilson Lins, referem-se à perseguição que os Correas movem a Franklin, simplesmente porque esse começa a enriquecer e disputar a clientela daqueles. Outros, como Antonio Correa de Queiroz, atribuem aos homens de Franklin, saques de fazendas e de gado, que acabou por gerar o conflito. O fato é que no ano de 1918, Franklin tendo aglutinado em torno de si os opositores dos Correas — os Teixeiras, Gonçalves e Mari

anos — consegue resistir ao cerco de 4 dias à sua casa que lhe fizeram os Correias e derrubá-los do poder.

Ao contrário do costume dos antigos coronéis, Franklin preferiu a cooptação política à expulsão dos antigos dominadores, e tentou acordos que garantissem a permanência dos seus adversários no município, mas apenas um dos Correias de Queiroz permaneceu; os demais preferiram sair de Pilão Arcado e ir para Bonfim, Remanso e outras cidades onde possuíam parentes. Franklin então assumiu a chefia do município e as posições políticas de Pilão Arcado. A necessidade de legitimação do mando não pôde ser suprida apenas pela vitória no confronto armado. Para Franklin era necessário que se percebesse que ele tinha algo a mais que os outros. A simples troca de um coronel por outro não era suficiente para a manutenção do poder nas mãos de Franklin e ele precisou inclusive do reconhecimento do governo estadual além da própria clientela.

Houve ainda alguma tentativa por parte dos Lacerdas, junto ao governo estadual, de restituição dos seus domínios. Mas, na época (1913), o então governador Moniz de Aragão preferiu não intervir, reconhecendo a chefia política do vencedor.

Embora a atuação de J.J.Seabra (1912-1916) tenha mudado consideravelmente a relação coronéis x executivo estadual, via de regra mantinha-se a "Política dos Governadores" também entre as instâncias estadual e municipal; e isto significa dizer que o governo estadual, no caso de disputas municipais, "garantia" o vencedor. Franklin depôs os Correias em 1913 e imediatamente promoveu as eleições para Intendentes e Conselho Municipal.

Franklin ascendeu ao poder municipal pela força das armas, mas introduzindo uma nova forma de lidar com a vitória: ao invés de expulsão dos inimigos, a cooptação.

Depois de garantido o poder municipal, o coronel Franklin buscou

e encontrou respaldo político entre os severinistas da capital aos quais estiveram ligados Tomaz Lins e Manuel Lins, seu pai. É através deste apoio que o coronel Franklin conseguiu garantir o crédito das casas comerciais de Pilão Arcado na praça de Salvador comprometendo-se perante os grandes comerciantes da capital a saldar todas as dívidas num prazo de três anos. Esta também foi uma postura invulgar, pois jamais algum vencedor das lutas políticas locais conseguiu (ou ao menos teve intenção de fazê-lo), assumir enquanto governante, as dívidas advindas de uma "guerra".

Ascendendo ao poder pela força das armas, este foi o seu instrumento básico de sustentação. Franklin era reconhecido, temido e respeitado no município e nas vizinhanças como "homem de jagunços". Esta foi sua fonte de poder, sem dúvida tradicionalíssima que pouco se diferenciava dos tempos imperiais quando o único recurso de sustentação do poder, uma vez que se tratava mesmo de disputa de território com os Índios. Apesar disto, o exército de Franklin esteve muito mais envolvido em conflitos fora do município que diretamente em defesa dos seus interesses como em 1918. Pairava, entretanto, a possibilidade de confronto armado a quem quisesse desafiar o novo chefe político.

Franklin soube desenvolver também outros mecanismos de sustentação da sua posição política e se mantém no poder, mesmo morando em Salvador (depois de 1936) e até após sua morte (1944) quando os dividendos políticos são herdados pelos filhos que cumprem diversos mandatos parlamentares.

Uma das suas posturas básicas era a relação direta com a clientela, cuidadosamente cultivada; o coronel vai à procura do seu povo, e não só o povo é quem prestigia o coronel. Esta conduta é atestada pela maioria dos depoimentos. Eis os mais significativos:

"Seu Franklin tinha aquele costume de dar um dinheiro a um, um dinheiro a outro, mas quando precisava de nós

para a batalha, a gente tinha que ir" (3).

"Naqueles tempos quase ninguém ia a Salvador, somente ele. Então quando ele projetava uma viagem a Salvador geralmente demorava três a quatro meses indo e voltando. O Franklin um mês antes daquela viagem ia, todas as tardes, naquela Pilão Velha, de casa em casa se despedindo do povo, tomando nota das encomendas: remédios, peça para máquina de costura, fosse que encomenda fosse, ninguém lhe dava dinheiro para isso não. Por isso quando era o dia dele viajar tinha aquele acampamento enorme: aquele povo todo ia levar ele no vapor. A mesma coisa acontecia quando ele chegava, porque ele tinha o cuidado de prestigiar o povo se despedindo daquela gente" (4).

Esta forma de relacionar-se com a população é conhecida na expressão popular como "ter o povo na mão". Franklin tinha assim todo cuidado em relacionar-se bem com sua clientela, usando todas as ocasiões como oportunidades de troca de favores.

Vê-se então que o coronel Franklin, por tais posturas, diferenciava-se dos antigos mandatários de Pilão Arcado e dos outros coronéis da região como um todo: a primeira era a cooptação dos adversários e a segunda o prestigiar o povo, atitude definida no depoimento de Teódulo T. de Medeiros como o "bater de porta em porta". Embora tais práticas não fossem, em si mesmas, algo de novo para outras regiões baianas, como no cacau por exemplo, no vale do São Francisco elas tiveram um significado inovador. Devido às relações sociais estarem condicionadas ao ritmo de lento desenvolvimento desta região do São Francisco e também possuírem pouca articulação além da sociedade regional, a dominação política acabava por se restringir aos costumes locais, sem que pudessem haver trocas ou incorporação de outras experiências. Franklin introduzia, portanto, uma renovação para a região.

---

(3) Calorino Marques da Cruz. Sento Sé, ago/35

(4) Teódulo Teixeira de Medeiros. Pilão Arcado, out/36

As relações comerciais foram também canais de aproximação e manutenção da clientela sob sua influência. Franklin estabeleceu um monopólio de fato, do comércio na sua área de influência. Ele era o comprador terminal do município principalmente para os produtos de exportação como cera de carnaúba, borracha, couros e peles, e algodão. Este monopólio de comércio não era uma condição expressa, ficava apenas implícita e Franklin jogava com atrativos: dava um preço um pouco maior que os concorrentes, fornecia um rancho para os trabalhadores pernovernarem, além de sacarias para acondicionarem seus produtos. Havia ainda a concepção de que reconhecer Franklin como o melhor comprador era emprestar-lhe prestígio e consideração que poderia ser revertido n'algum favor. Assim, o monopólio do comércio de produtos de exportação foi-se convertendo numa situação incontestada. Por outro lado, funcionou como uma medida preventiva contra outros aventureiros, pois barrava as possibilidades d'outras pessoas repetirem o seu processo de ascensão social. Franklin tinha, aliás, a prática de sempre se associar a comerciantes novos e/ou em processo de expansão, tanto como uma forma de investimento, quanto como uma forma de manter o controle da praça comercial. As novidades introduzidas por Franklin nas relações com a clientela vão aos poucos sendo imitadas pelos outros coronéis da região.

A exclusividade do comércio dos produtos de exportação lhe assegurou também relações com exportadores que o inseriu em circuitos de relações cada vez maiores, ampliando o seu trânsito e sua área de influência. Franklin tinha relações comerciais com as casas exportadoras de Juazeiro e com empresários do porte de Geraldo Rocha em Barreiras. Através destas relações conseguiu incluir-se nas iniciativas econômicas que objetivam modernizar a produção. É neste sentido que entre 1924 e 1926, Franklin fez uma campanha para expandir a plantação de algodão, montou uma usina para beneficiá-lo com uma máquina descaroçadeira. Procurou também aprimorar o preparo da cera de carnaúba e a salga dos surubins,

peixe muito apreciado em Salvador.

Franklin teve assim uma postura de incentivador das novidades no seu reduto político, que por um lado abria espaços de progresso social para o município de Pilão Arcado e por outro, agigantava sua dominação. O fato de ser Franklin quem introduz estas novidades no município, contribuía para o fortalecimento da sua base política.

O que surpreende nestas iniciativas e que também singulariza a atuação do coronel Franklin é o tipo de sociedade da qual ele emergiu e onde atuou. O perfil da economia do baixo médio São Francisco, por si só não criaria a necessidade de articulações internacionais e menos ainda de montagem de indústrias. Por isso é que as inovações levadas pelo coronel Franklin para a região tiveram uma repercussão muito mais política que propriamente econômica; em outros termos, contribuem muito mais para a projeção de Franklin como um coronel empreendedor do que para o desenvolvimento econômico da região.

O crescimento do prestígio político de Franklin teve oportunidades ímpares na década de 20. Com apenas dois anos de mando em Pilão Arcado (1918-1920), Franklin foi convocado a cerrar fileiras junto a Anfilófilo Castelo Branco, chefe da Junta Revolucionária do São Francisco na revolta sertaneja de 1920. A participação nesta luta foi para Franklin uma espécie de batismo no grupo dos coronéis mais poderosos do sertão da Bahia, como Horácio de Mattos, das Lavras Diamantinas; João Duque, de Carlinhama e o próprio Anfilófilo Castelo Branco, de Remanso, entre outros. Esta aliança lhe garantiu a legalidade do controle político no município de Pilão Arcado, subtendida inclusive no Acordo de Remanso, quando o então chefe da Junta Revolucionária do São Francisco negociava com o interventor federal — General Cardoso de Aguiar — a chefia política dos municípios de Remanso, Xique-Xique e Casa Nova, deixando intocáveis os municípios de Santo Sé e Pilão Arcado.

Noutro momento (1926), a perseguição à Coluna Prestes fora a ocasião em que Franklin pôde ampliar ainda mais suas relações políticas. Convocados diretamente pelo Ministro do Exército — Goes Monteiro — os coronéis do sertão, e particularmente Franklin, tiveram reforçada sua ligação direta com o poder federal, independente do executivo estadual, situação estabelecida a partir de 1920 que no caso de Franklin se efetivou nesta hora. A intermediação entre o coronel Franklin e o Ministro Goes Monteiro foi feita através de Geraldo e Francisco Rocha, de Barreiras que recorren ao coronel Franklin para a defesa da legalidade. Esta foi uma oportunidade para Goes e Franklin estabelecerem uma amizade que irá permanecer em forma de apoio mútuo durante toda a vigência política de Goes Monteiro. Franklin recebeu do governo federal patentes, fardamentos, armas e financiamento para reforçar seu exército particular e cumprir a determinação de expulsar a Coluna Prestes do país. Juntamente com outros coronéis Franklin perseguiu a Coluna Prestes até a Bolívia.

Este acontecimento resultou na consolidação do prestígio político de Franklin na região e no país. Alguns depoentes opinam mesmo que foi pelo desempenho militar de Franklin neste evento, que sua liderança ganhou equivalência à dos coronéis mais poderosos dos sertões. Foi também a partir daí que Franklin abriu um canal direto com a Presidência da República cuja experiência lhe serviu durante toda a era getulista.

Entretanto, a formação de batalhões patrióticos e o combate a Coluna Prestes não foi só um canal de ampliação das relações políticas de Franklin nas instâncias maiores do poder; foi um momento também de congregar clientelas de coronéis vizinhos e aumentar a sua própria. Franklin soube aproveitar, desde o momento da convocação para os batalhões patrióticos, para cooptar os homens do povo que mais se destacaram na campanha para sua clientela.

A formação da clientela foi um aspecto cuidadosamente tratado

por Franklin. O coronel sabia cultivar os laços através do contato constante, das oportunidades de remediação, montando negócios em associações etc; e especialmente na organização do seu exército particular, o coronel Franklin fazia com que a função de jagunço fosse uma eventualidade, com papel a cumprir nas horas de necessidade; os seus homens, de uma maneira geral, eram trabalhadores e como não eram sustentados pelo coronel, ficavam protegidos socialmente da pecha de jagunços.

Segundo Teódulo(5), o exército de Franklin era assim organizado:

"Existiam os cabos-de-turma que contavam com 10 a 12 homens; quando se precisava de homens para alguma luta, convocavam os cabos-de-turma que por sua vez convocavam os homens sob sua direção. Vinham pela influência de ganhar alguma coisa com os eventuais saques".

Mas, nos momentos de paz, todos eram lavradores, pescadores ou tropeiros; todos tinham uma ocupação donde tirar o seu sustento e só recorriam ao chefe em casos de necessidade, como por exemplo em casos de doença.

Os depoimentos de alguns participantes relatam ainda que a convocação para os batalhões patrióticos era feita com base no apelo do serviço à pátria que por certo seria reconhecido com honrarias, cujo significado subliminar era não só o prestígio social, mas também ascensão econômica. Essa foi uma expectativa de certa forma respondida, sendo a ascensão econômica circunstancial, pois não chega a se constituir num fator de nobilidade social.

Assim, o combate à Coluna Prestes deu para Franklin muitos dividendos tanto interna como externamente à região.

Firmado politicamente, o coronel Franklin não perderia mais oportunidades de crescer e consolidar-se. Entendendo que o jogo político-partidário-parlamentar era também um campo decisivo de luta, preocupava-se com a formação de quadros para o Parlamento,

---

(5) Teódulo T. Medeiros. Pilão Arcado set/36.

sustentou os estudos de diversas pessoas da região, futuros bacharéis, não só filhos, afilhados e parentes seus como também familiares dos aliados políticos. Franklin que tinha como apoio político parlamentar Francisco Rocha, de Barreiras, vai aos poucos formando seus próprios representantes.

Quando chegou a Revolução de 30, Franklin já tinha habilidade política suficiente para negociar com o poder sua participação e tornou-se um dos pontos de apoio do chefe de gabinete de Juracy Magalhães — Manoel Novais — que fez do São Francisco uma das principais bases políticas do interventor. Embora a participação do coronel Franklin no momento da Revolução de 30 seja controversa, seu apoio ao juracisismo e ao próprio Vargas era público e notório e pode-se até dizer de primeira linha.

Por ocasião do movimento de 1930, o coronel Franklin é orientado pelo Senador Pedro Lago e o empresário Geraldo Rocha com quem tinha fortes ligações, organizar batalhões em defesa da legalidade. E, de fato, compromete-se com Washington Luis. O jornal A TARDE de 17 e 18 de outubro de 1930 noticia inclusive a chegada de contingentes de forças do coronel Franklin Lins de Albuquerque a Petrolina com o objetivo de interpretar as tropas revolucionárias. Entretanto, as correspondências com o coronel Herculano Moreira Leite (6), representante de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, presidente de Minas Gerais, no São Francisco, revelam que desde abril de 1930, Franklin estava comprometido com os revolucionários. Há muitas cartas, inclusive, a orientação clara de que a melhor tática no momento em que se prepara a revolução é manter-se travestido de governista. Na carta que Herculano M. Leite enviava para Franklin de Belo Horizonte em 13 de junho de 1930, diz: "Mantenha constante correspondência de solidariedade com os próceres da situação, deve ser este o seu maior ponto de vista para que eles julguem contar consigo"; e em 28 de agosto do mesmo ano, já na Bahia, as mesmas recomendações se mantêm: "Se no irrompi -

---

(6) in. Breve notícia do coronel Franklin (no centenário do seu nascimento) 1831-1931, por Wilson Lins.

mento da revolução o governo lhe quiser fornecer elementos para a defesa dele, v. aceite, reafirmando a solidariedade. Seja sempre este o ponto de vista. É tempo de v. se vingar das perseguições de que tem sido vítima dos seus tais 'amigos'."

Parece-nos então que a aparente dubiedade do coronel Franklin era, na realidade, uma estratégia traçada pelos próprios revolucionários. Todavia, PANIC(7) levanta a possibilidade de Franklin estar trabalhando para os dois lados. A adesão aos revolucionários estaria explícita desde março de 1930 quando do seu apoio aos candidatos baianos da Aliança Liberal; entretanto, o não confronto com o General Santa Cruz do exército legalista, em Alagoas, pode indicar, para PANIC, uma cumplicidade com a situação. Outro dado que se pode levantar nesta controvérsia, é o telegrama de Góes Monteiro para Franklin(8), que foi interceptado pelo Gal. Santa Cruz, com o seguinte teor: "Como seu amigo do Estado Maior e velho camarada, concito o amigo a ter uma única atitude que o patriotismo está indicando neste momento para todos os bons soldados, isto é, cooperar para que o momento da vitória se apresse sem maiores sacrifícios". Esta mensagem enviada em 16 de outubro de 1930 demonstra o desconhecimento que Góes Monteiro tem do compromisso de Franklin com os revolucionários, isto já às vésperas da queda do poder de Washington Luis. Sendo as relações de amizade e políticas entre eles bastante estreitas desde os tempos de 1926 na ocasião da perseguição à Coluna Prestes, estranha-se tal desconhecimento. Pesa ainda contra Franklin a própria atitude dos revolucionários baianos que, tornando o poder na Bahia, prenderam e desarmaram os coronéis do sertão, inclusive o próprio Franklin.

Preso e desarmado pela Revolução de 1930, Franklin não ofereceu resistência aos revolucionários. Foi a Salvador, negociou seus redutos. Ele jogava então com todas as oportunidades que surgiam para crescer em força e poder: fossem novidades econômicas, ali

(7) Coronelismo e Oligarquias p.211

(8) publicado pelo jornal Diário da Bahia em 10 de janeiro de 1934

anças políticas ou lutas armadas. Este é um dinamismo natural em coronéis de regiões mais ativas econômica e socialmente e que no São Francisco encontra em Franklin seu expoente.

A partir de 1930, o coronel Franklin será um dos grandes articuladores do juracisismo em todo o Vale do São Francisco. Vinculado muito estreitamente a Manoel Novais e também a Juracy durante todo o seu governo (1931-1937), já em dezembro de 1931, visita as cidades de Barra, de Dom Jesus da Lapa e outras em "missão social e política em nome do Patriótico Interventor Juracy"<sup>(9)</sup>. Participa ativamente da Coligação Sanfranciscana, base política do PSD baiano sempre como um articulador dos coronéis do Vale no trabalho de construção do juracisismo. Vê-se então que, na medida das oportunidades, Franklin vai expandindo a sua liderança, conectando a sociedade regional a outros circuitos mais amplos e até mesmo criando mecanismos formais e institucionais capazes de normatizar a prática política na sociedade regional, como é o caso da Coligação Sanfranciscana. Embora continue com a fama de coronel de jagunços, depois de 1930, o coronel Franklin dedicou-se muito mais à consecução dos pactos políticos que a confrontos armados, num claro sentido de que a sua adequação à nova situação foi ganhando uma direção de cada vez mais prestígio e poder.

O perfil do coronel Franklin traçado pelos depoimentos, deixa entrever diversos mecanismos de sustentação. Eis os mais significativos:

"O Franklin tinha o domínio político de Piloão Arcado, parte de Santo Sé e se estendeu até o interior do Piauí. Era, vamos dizer, um coronel muito inteligente, muito treitoso e que se impôs como chefe político, como chefe de bando, como chefe financeiro da região. Era ele quem tinha o direito, o privilégio de exportar peles, de exportar couro, de exportar mamona. Os outros podiam comprar, mas vender a ele; só ele podia vender fora" (10).

(9) Diário da Bahia, 10 de janeiro de 1932.

(10) Carlos Dias Ribeiro. *Relanço*, ago/35.

"O Franklin era um indivíduo de altas rodas. Era um homem de se entender com os generais, com governadores, com Presidente, essa gente toda. Era um indivíduo de poucas letras, mas de uma inteligência rara. Tanto era que chegou a dominar o São Francisco quase todo, e ser ouvido pelos governadores, senadores, deputados e tudo isso. Ele deixou um alicerce político dos mais importantes e muito bem feito para seus filhos". (11).

"Franklin incentivou muito lá em Pilão Arcado: a lavoura, o comércio, e chegou a ter usinas descaroçadeiras de algodão que exportava(...) O velho era forte e valente. A voz de Franklin aqui nem mesmo o governo desmanchava" (12).

Tem-se aí uma visão clara de que apesar da imposição pelas armas, Franklin usou de muitos outros instrumentos de sustentação como a exclusividade comercial e o acesso/inserção em outras instâncias de poder. Deve-se perceber também as referências ao carisma do coronel Franklin quase sempre designado pela qualidade inteligência. Tais referências certamente dizem respeito à habilidade para resolver situações, como também à capacidade de articulação/alianças que o fortalecem no poder.

Apesar dos coronéis só se terem mantido legalmente armados até a Revolução de 30, a marca mais significativa na população é o poder armado de Franklin. Isso se explica, pois se por um lado os coronéis foram desarmados, por outro eles foram reforçados politicamente nos seus comandos, o que significa conduzir e até mesmo determinar a ação da polícia local. As armas, portanto continuam, de fato, nas mãos dos coronéis. O posto de delegado era inclusive cuidadosamente escolhido por Franklin entre um dos seus, e naturalmente prestava obediência às suas determinações.

Franklin tem o perfil característico daquele que se impôs — che

---

(11) José Castelo Branco. Remanso, ago/85

(12) Teóduo Teixeira de Medeiros. Pilão Arcado, ago/85

fe de bando, poucas letras e inteligência rara, valente e mais poderoso que o governo. São estes os atributos que a memória social da região lhe confere, acentuando sempre a valentia e a inteligência. Como a imagem social do indivíduo é sempre comparativa, o perfil do coronel Franklin só pode ser entendido no contexto da sociedade regional cuja frágil articulação externa não engendraria a necessidade de tantas inovações como as empreendeu o coronel Franklin. Não estão presentes com seus atributos, uma família nobre e/ou grandes propriedades. A marca do seu perfil é mesmo a do aventureiro que com luta e habilidade conquista e se mantém no poder. Diferentemente dos demais coronéis da região que sempre tinham uma herança para se manterem, fosse de tradição, fosse de bens econômicos.

Consolidado seu reduto, em 1933, o velho coronel mudou-se para Salvador — certamente para se manter mais próximo do centro de decisão — diversificando aí seus negócios. Economicamente começou a explorar cera de ouricuri e politicamente alinhou-se mais ainda aos juracisistas comprando inclusive um jornal, O IMPARCIAL, para dar combate aos seus adversários políticos. É o coronel do sertão expandindo seus negócios econômicos e políticos, alargando seu circuito de inserção.

As suas incursões como dono de jornal foi aliás anterior à sua mudança para Salvador. Ainda em Pilão Arcado fundou e manteve "O Pilão Arcado", um semanário que tinha circulação além do próprio município. Mas foi em Salvador que investiu sistematicamente nos meios de comunicação como uma arma de sustentação política. O IMPARCIAL esteve sob sua propriedade no período de 1933 até mais ou menos 1943, sendo que depois da sua morte (1944) sob a direção de Wilson Lins, seu filho. O coronel Franklin manteve também um convênio com a Rádio Sociedade da Bahia que durante três anos (de 1941 a 1943) irradiou um jornal diretamente da redação d'O IMPARCIAL. Estas iniciativas revelam que, se na sociedade regio-

nal a dinâmica atuação do coronel Franklin o colocava como um coronel "sui generis", invulgar, na capital do Estado, colocava-o em perfeitas condições de competir com outras lideranças políticas muito mais alicerçadas pela própria familiaridade e proximidade com o aparelho do Estado, dentre elas, o coronel Franklin aliou-se a João da Costa Pinto Dantas Junior de família tradicionalíssima na Bahia.

Isto não significou entretanto um abandono das suas propriedades e posições políticas no São Francisco. Ao contrário, era no São Francisco que estavam seus principais pontos de sustentação: votos para seus deputados, fazendas de gado cujos lucros são investidos n'outros negócios, além das principais alianças com outros chefes políticos regionais.

A imagem de Franklin como chefe de jagunços e também como comerciante empreendedor acompanhou-o durante a sua permanência em Salvador.

O coronel Franklin investe na comercialização da cera do ouricuri que nativa no Estado tem sua área de concentração do sudoeste. Criou a Sociedade Brasileira de Ceras Vegetais, de sua propriedade, a qual negociava com os produtos da carnaúba e do ouricuri. Com a ajuda de alguns técnicos ele consegue criar um método de extração e depuração da cera do ouricuri e a partir daí domina a exploração e o comércio deste produto. Durante algum tempo Franklin disputou com alguns comerciantes o mercado fornecedor deste produto, chegando a envolver a Secretaria de Segurança Pública e pronunciamentos do governo federal. Do ano de 1938 tem-se notícia de um telegrama do coronel Franklin ao presidente Getúlio Vargas onde ele procurava se justificar de determinadas acusações nos seguintes termos: "Referência negócios cera ouricuri minha atuação tem sido agir judicialmente contra infratores patente intervenção numero 24437 conferido pelo Ministério Agricultura para extração dita cera agindo legalmente termos assegura-

rados decreto numero 16.264 de 19 de dezembro de 1923 apreendendo mercadoria contrafeita e promovendo competente processo criminal". No ano de 1941, um officio do Secretário de Segurança Pública ao Interventor Federal na Bahia registra a continuidade da questão acusando Franklin de ações ilegais, como se pode constatar nestes trechos: "De começo, relembro à V. Exa. que o sr. Franklin, munido da carta-patente sobre o seu método de extração e depuração da cera do ouricuri, iniciou pelo sertão baiano uma série de apreensões, ao seu modo, independente de mandato judicial, utilizando-se de empregados seus e, até de soldados da Força Policial induzidos por ele àquele serviço, quando não os conseguindo com autoridades da zona onde, em tempos idos exercera o mandonismo (o São Francisco).

À vista dessa sua atuação, outras firmas, negociantes e exploradores do comércio da cera e do pó do ouricuri, também se deram ao mesmo processo de apreensão, umas contra outras, sem forma legal, o que trouxe certa convulsão ao Estado e, por isso, determinando a intervenção do Poder Público".

E mais adiante: "... não obstante a ação vigilante por que se não repitam os atos ilegais dantes postos em prática no sertão baiano, o sr. Franklin e seus filhos mantêm uma violenta campanha contra seus adversários envolvendo a honra pessoal e funcional dos que se opõem aos seus atos de prepotência e, mesmo aqui na capital, promoveram uma busca e apreensão, macunados com oficiais de Justiça e auxiliados estes por assecclas seus, emprestando a feição de assalto à propriedade particular, quando, ao revés, o que lhes cumpria fazer — no caso de existir mandato e opposição — era testemunhar e certificar o fato para que o Juiz providenciasse as medidas protetoras do seu mandado."

Neste mesmo officio o Secretário de Segurança atesta que Franklin "conseguiu por sete anos (de 1930 a 1937) exercer pleno domínio na referida zona, alheando-se da lei e sob o imperativo de sua vontade".

Este ofício surgiu como justificativa do Secretário de Segurança Pública da ordem que ele baixa para as Delegacias Regionais de não executarem apreensões de pó e cera de ouricuri a não ser com a consulta prévia à Secretaria de Segurança Pública. Franklin então telegrafou ao Presidente da República pedindo proteção dos seus direitos e o governo federal notifica ao interventor a solicitação. Do relato do Secretário de Segurança ao Interventor pode-se ver inicialmente o reconhecimento do "império" de Franklin no São Francisco. Depois percebe-se que, mesmo na Capital, fora portanto do seu reduto, Franklin continuou com a postura típica do coronel: age em nome da lei, como um representante do poder associando oficiais de justiça e empregados particulares e também subordinando os delegados regionais do interior do Estado. É interessante perceber ainda que quando o coronel Franklin, por julgar feridos seus direitos, promoveu buscas e apreensões de pó e cera de ouricuri, esta conduta se generalizou no Estado, exigindo do poder público uma intervenção a fim de evitar maiores convulsões, segundo relata o ofício acima citado. Isto pode significar o tipo de liderança que o coronel Franklin exercia sobre seus liderados. Por ocasião desta disputa um outro comerciante da capital - sr. Thomaz Monte — recorreu aos jornais locais para publicação de uma carta e entre as trocas de acusações estava a de que Franklin defendia seus negócios à bala de jagunços como nos velhos tempos. Nesta nota, o comerciante Thomaz Monte que teve seu estoque de pó e cera de ouricuri apreendido, diante da impossibilidade do confronto, conclui assim: "confio, entretanto, nas autoridades e na justiça baiana a quem entrego mais este abuso dos que pensam estar ainda em Pilão Arcado", numa clara referência à continuidade da postura política e social do coronel Franklin. Esta é apenas uma indicação para demonstrar como tal imagem fica definitivamente estabelecida. Não cabe aqui entrar no mérito da questão. Tinha ou não usado jagunços para a resolução de uma disputa comercial, Franklin de qualquer forma era um

coronel que sem grandes posses, vai enriquecendo pelo próprio esforço; sem família tradicional articula-se a políticos de maior prestígio; e estava sempre disposto a abrir um novo negócio: fosse um jornal, fosse o comércio de um bem cotado produto.

Esta trajetória de um pequeno comerciante que ascendeu ao poder e aí se manteve durante toda sua vida (e ainda por mais algum tempo, os seus filhos), revela como o poder de um coronel não reside necessariamente na tradição de mando mas também na sua capacidade de mandar; isto é, na forma como o coronel desenvolve os mecanismos de sustentação do poder. Franklin foi um exemplo típico de uma luta pelo poder onde o aproveitamento das condições favoráveis de diferentes momentos históricos conduziu à vitória.

Entretanto, se por um lado a trajetória de Franklin representa uma ruptura nas tradicionais brigas entre famílias, por outro o poder que ele exerce é o mesmo de qualquer outro coronel. É, sem dúvida um poder coronelista onde as relações de dominação e personificação do poder estão claramente estabelecidas, apenas com mecanismos de mando mais flexíveis e mais ágeis.

Todavia a história política de Franklin demonstra quão dinâmicas podem ser as relações de dominação política mesmo no sertão, tão distante do centro de decisões políticas. Para o estabelecimento de sua liderança Franklin teve que jogar com circunstâncias de abrangências diversas. Isso significa que apesar da ênfase no fator armas, a história política do poder coronelista tem outros elementos intrincados. Franklin aproveitou de todo tipo de relação (comercial, política, militar) tanto para ampliar sua clientela como para ter acesso a circuitos de poder mais abrangentes. A dinâmica de sustentação do coronel não esteve presa às instâncias administrativas do poder: nem para o acesso ao mesmo, nem para sua manutenção. As relações entre as instâncias administrativas funcionaram como elemento facilitador e referendaram o poder constituído dos coronéis, como no caso de Franklin que, vito

rioso na luta contra os Correias, foi reconhecido pelo executivo estadual.

Enfim, a história da ascensão política de Franklin — de certo não inteiramente "sui generis" — atesta que a instituição de um coronel pode estar muito mais dependente da forma como as lideranças aproveitam momentos históricos, do que possuir ou não os requisitos de tradição de mando, bens e prestígio social.

Especificamente em Pilão Arcado, uma das cidades mais antigas da região, onde o mando vinha sendo hereditariamente repassado entre as famílias tradicionais, que desde os tempos imperiais habitam o município. A quebra deste tipo de poder por um elemento estranho a estas famílias, reveste-se ao mesmo tempo de um significado de ruptura e continuidade. É a permanência do sistema coronelista, embora com um novo estilo cujo mandatário é um forasteiro. Para um mandonismo tão tradicional como o dos Correias, pode-se considerar a ascensão de Franklin como uma inovação, sobretudo porque a sociedade regional não apresentava um desenvolvimento nem econômico, nem social capaz de justificar uma exigência por relações mais flexíveis, mais dinâmicas, e também mais autoritárias e controladoras.

O mando de Franklin foi muito mais eficiente que o dos Correias, haja visto o sentido geral da sua trajetória que indica uma direção contínua para a expansão e fortalecimento deste tipo de coronelismo.

O coronel Franklin conquistou então um novo patamar de desenvolvimento e sustentação do sistema coronelista na região do baixo médio São Francisco, capaz, inclusive, de permanecer mesmo após a sua morte através do aproveitamento do seu prestígio político pelos seus filhos e outros aliados políticos que continuam articulados à região como seus representantes parlamentares.

Enquanto os demais coronéis desta região ficam, de certa forma,

estagnados — coño os Sentos Sés e os Vianas — nos seus velhos redutos, ou mesmo diluídos pela ascensão de novas lideranças, como no caso de Remanso, Franklin, ao contrário, desenvolve uma trajetória de expansão que em última instância sustenta e reafirma a prática política do coronelismo enquanto sistema de dominação.

C O N C L U S Õ E S

## CONCLUSÕES

O estudo da constituição do mando coronelista nos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova revela que apesar de possuir características comuns, o coronelismo, enquanto sistema de mando, tem particularidades fundamentais que o distingue em cada localidade.

É comum aos coronéis desta região a relação direta com a cliente la que engendra um poder personalizado. É ao coronel a quem se recorre para as necessidades, batendo na sua porta, falando diretamente com a sua pessoa. O poder não é apenas um papel e/ou uma função social, mas um atributo do coronel. A legitimidade do poder é dada àquele que efetivamente pode socorrer nas precisões e proteger dos adversários. O coronel é o organizador do mundo rural: determina desde o acesso da população aos meios de produção até o trânsito nos limites do seu domínio, assim como articula externamente a região através das suas relações comerciais com as firmas exportadoras.

Apesar de uma base econômica mais homogênea, os mecanismos de dominação — isto é, a forma como os coronéis exercem o poder na região — são diferenciados. Em Pilão Arcado, a trajetória de Franklin Lins de Albuquerque demonstra um sentido de expansão contínua, extrapolando os limites territoriais do município, chegando a exercer certo mandonismo até mesmo em Salvador. Franklin utiliza para sua sustentação todo tipo de aliança (comercial, política e militar), além de aproveitar circunstâncias históricas (Revolta Sertaneja, Coluna Prestes, Revolução de 1930, p.ex.) para ampliar e fortalecer seu mando. Em Remanso, após a morte de Anfilófilo Castelo Branco, o poder fica diluído entre os membros da família e seus aliados; vai perdendo portanto, a condição básica do coronelismo que é a personalização do poder. Em Sento Sé To nhá domina até o final dos anos 30 quando é substituído pelo seu fi

lho. Apesar da firme dominação, o mando coronelista dos Sentos Sés permanece restrito a uma determinada área do município. Os Sentos Sés sustentam-se no poder sobretudo pela coesão da família e manutenção da clientela, a ocupação dos cargos públicos, a representação parlamentar e também, quando necessário, a investida armada. Em Casa Nova, os Vianas têm a tradição de mando e exercem um poder mais verticalizado pelas articulações com as instâncias administrativas do Estado e é por isso um mando mais estável.

Contudo, o mando coronelista é sempre contestado e este exercício de contestação, de disputa pelo poder, acaba por imprimir um dinamismo próprio ao sistema coronelista da região. O dinamismo com que os mandatários se adequam à novas situações, lhes permite a sustentação no poder. Por outro lado, é também um aspecto que fragiliza o poder.

A fragilidade de mando oligarca, entretanto, será mais claramente percebida na geração imediatamente posterior aos velhos coronéis cuja mudança no estilo das novas lideranças políticas, agora muito mais preocupadas com as disputas intestinas no aparelho do Estado, vai aos poucos pulverizando o controle da clientela. É comum nos depoimentos, falas semelhantes a estas:

"Ele deixou acho que foi um sobrinho, o Arlindo Lins. Ele entregou fechado na mão, assim ó, o povo todo e Arlindo afroxou o povo todinho. Gente pobre quer o agrado e ele não dava a ninguém: o povo ficava desagrado, né? Aí foi frouxando tudinho. Quando ele precisou dos votos, cadê o povo? Frouxaram tudo..."(1)

"Hoje pela idade, a coisa ficou mais fragmentada. Não existe mais a chefia dos Castelos. Existe um grupo de um lado e um grupo do outro. Fragmentou-se o poder".  
(2).

---

(1) Miguel Porteiro. Pilão Arcado, out/86

(2) Carlos Dias Ribeiro. Remanso, ago/85

"Ele nunca soltou a política prá ninguém. Aqui, com o filho mesmo, o Fafá, ele deu uma eleição pro Fafá. Mas o Fafá não soube segurar o pessoal, né? Aí o pessoal saltou tudo fora. Foi só o velho pai dele, o Tonhá, morrer, o pessoal deixou ele" (3).

Esta é entretanto uma fase posterior, de transição entre a organização política em clientelas de fato e de direito, para a instauração dos partidos políticos onde a dominação de clientelas é só um fato, não mais um direito.

O importante perceber destas falas é a fatalidade biológica do ciclo vital como um componente forte na reorganização da vida política do baixo médio São Francisco.

A diversificação dos mecanismos de mando e perfis de dominação numa mesma região onde a base econômica é homogênea, coloca a dificuldade de adoção de um modelo explicativo que seja capaz de generalizar as diferentes expressões e/ou manifestações do fenômeno coronelismo. As especificidades locais podem, as vezes serem tão marcantes e definidoras a ponto de não se enquadrarem na análise mais geral do sistema coronelista.

Na região do baixo médio São Francisco, particularmente nos municípios de Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Casa Nova, apesar do mando coronelista possuir variações e nuances capazes de distingui-lo do modelo interpretativo mais geral.

A tradução de mando e a propriedade da terra podem pesar muito menos ainda que determinada aliança em outros níveis de poder.

Assim, o coronelismo nesta região teve sua constituição e reprodução muito mais por conta de circunstâncias históricas que por fatores apontados nos padrões tradicionais.

---

(3) Domingos Gomes da Silva. Vila São Joaquim, out/86

REFERENCIAS

BIBLIOGRAFICAS

FONTES ESCRITASA. Bibliografia

- ATAIDE, Iara Dulce. "Onde estão os catingueiros e beiradeiros de Sobradinho?" Dissertação de mestrado. Salvador, mimeo.1984.
- BENJAMIM, José Botelho. Breve Notícia sobre o Estado da Bahia; sua geografia physica, política, riquezas naturaes, leis principais, esboço histórico etc. Bahia, Typ.e Encadernação do Diário da Bahia, 1894.
- BLONDEL, Jean. As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba trad. Alcântara Nogueira. Rio de Janeiro, FGV, 1957.
- BULHÕES, A. M. de Oliveira. Estudo da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco; Estudos definitivos de Alagoinhas ao Juazeiro e Casa Nova. Rio de Janeiro, 1874.
- BURSZTYN, Marcel. O Poder dos Donos: planejamento e clientelismo no Nordeste. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
- CARONE, Edgar. A República Velha (Instituições e classes sociais) 4ª ed. São Paulo, DIFEL, 1973.
- CARVALHO, Orlando M. O rio da unidade nacional: O São Francisco. São Paulo. Cia Ed. nacional, 1937.
- CASTRO, José de. Estados Unidos do Brasil; o Estado da Bahia: sua descrição phisica e econômica com a relação dos principais produtos que exporta e firmas exportadoras dos mesmos, Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1936.
- DANTAS, Iberê. Coronelismo e Dominação, Aracaju. U.F.Se. PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1987.
- DANTAS Jr., João da Costa Pinto. Repertório das Leis do Estado da Bahia: 1891-1928. Salvador, São Francisco, 1918.

- DOURADO, Valter. Pequena História da navegação no Rio São Francisco. Salvador. Ed. Beneditina Ltda. 1973.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 6ª ed. vol.2. Porto Alegre, Glóbo. 1985.
- JANOTTI, Ma. de Lourdes Mônaco. O Coronelismo: uma política de compromissos. 5ª ed. col. Tudo é História, nº 13. São Paulo. Brasiliense, 1986.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo. Alfa-Ômega, 1975.
- LINS, Wilson. O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros. Salvador, Oxumaré, 1952.
- LINS, Wilson. Breve Notícia do Coronel Franklin (no centenário do seu nascimento) 1881-1981. Salvador. Tip. São Judas Tadeu, 1981
- MAGALHÃES, Juracy. Juracy Magalhães, Minhas memórias provisórias: depoimento prestado ao CPDOC/Coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo Vasconcelos e Paulo Cezar Farah. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. 3ª ed., Petropolis, Vozes, 1936.
- PANG, Eul-Soo. Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): A Bahia na primeira república brasileira. trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1979.
- QUEIROZ, Ma. Isaura Pereira de. O Coronelismo numa Interpretação Sociológica. in. HISTORIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, T. III 1ª vol. organizado por Bóris Fausto. São Paulo, DIFEL, 1975
- 
- \_\_\_\_\_. O mandonismo local na vida Política Brasileira (da Colônia à Primeira República) São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

- REGO, Luis Flores de M. O Vale do São Francisco. São Paulo, Editora Renascença. Sa. 1945.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. Os Partidos Políticos da Bahia na primeira República; uma política de acomodação; Salvador. CED/UFBA, 1975.
- SOUZA, Alirio F.B. O Coronelismo no Medio São Francisco, in. Cadernos de Pesquisa nº 3, Mestrado em Ciências Humanas. Bahia, mimeo, 1972.
- SOUZA, Ma. Mercedes Lopes de. José Marcelino de Souza e sua obra administrativa do São Francisco. Rio de Janeiro. A.Norte, 1955
- TRERY, Hervé. O Vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. in, Revista da SBPC: Ciência e Cultura. vol 32 nº 8, ago. 1980.
- ZARUR, Jorge. A Bacia do Médio São Francisco: uma análise regional Rio de Janeiro. IBGE, 1946.

#### B. Relatórios de Viagens

- ANTONIL, André João. Cultura e Opulência do Brasil: texto confrontado com a edição de 1711, com um estudo bibliográfico por Affonso de E. Taunay; nota bibliográfica de fernando Sales e vocabulário e índices antroponímico toponimico e de assuntos de Leonardo Arroyo - 3ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaias. São Paulo: EDUSP, 1982.
- BAHIA, Relatorio janeiro 1933. Anexo 10-8 Ata da Inauguração da Coligação Sertaneja. Lata 2, SPE/Arquivo Nacional.
- HALFELD, Henrique Guilherme F. Relatorio Concernente a exploração do rio São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até o Ocea no Atlântico durante os annos de 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro, Typografia de Georges Bertrand, 1854.

SAMPAIO, Teodoro F. O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina.  
Bahia. Ed. Cruzeiro, 1938.

C. Jornais

Diário de Remanso - 10 de março de 1920

Diário da bahia - 10 de janeiro de 1937.

D. Falas e Mensagens dos Governadores da Província à Assembléia  
Legislativa.

Anos: 1875, 1883 e 1889.

FONTES ORAISA. Depoentes de Pilão Arcado

Antonio Felix - lavrador

Bernardino Borges Evangelista - lavrador

Miguel Porteiro - lavrador, tropeiro e pescador

Teódulo Teixeira de Medeiros - comerciante

B. Depoentes de Remanso

Carlos Dias Ribeiro - médico

José Castelo Branco - delegado

C. Depoentes de Sento Sé

Antonio Joaquim Oliveira - lavrador

Carolino Marques da Cruz - lavrador

Domingos Gomes da Silva - lavrador e vaqueiro

Luciano Felix - lavrador

José N. de Souza - lavrador

Miguel Brito - geralista, pescador, lavrador

D. Depoentes de Casa Nova

Lauro Viana - fazendeiro, ex-prefeito.

E. Depoentes de Vila de São Joaquim

Antonio Ferreira da Costa - lavrador

Porfírio Evangelista - funcionário da Viação do São Francisco

Venceslau dos Santos - Comerciante e paqueteiro